

MINISTÉRIO DA SAÚDE
INSTITUTO NACIONAL DE CÂNCER JOSÉ ALENCAR GOMES DA SILVA

RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2015

RIO DE JANEIRO-RJ
2016



RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2015

RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2015, APRESENTADO AOS ÓRGÃOS DE CONTROLE INTERNO E EXTERNO E À SOCIEDADE COMO PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL A QUE ESTA UNIDADE JURISDICIONADA ESTÁ OBRIGADA NOS TERMOS DO PARÁGRAFO ÚNICO DO ART. 70 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL, ELABORADO DE ACORDO COM AS DISPOSIÇÕES DA IN TCU Nº 63/2010, DA DN TCU Nº 134/2013, DN TCU Nº 146/2015, PORTARIA TCU Nº 321/2015 E DAS ORIENTAÇÕES DO ÓRGÃO DE CONTROLE INTERNO - PORTARIA CGU Nº 650/2014.

**Divisão de Planejamento
RIO DE JANEIRO-RJ**

1. ELEMENTOS PRÉ-TEXTUAIS

1.3 Siglas e Abreviações

ABIFICC	Associação Brasileira de Instituições Filantrópicas de Combate ao Câncer
ABRAHUE	Associação dos Hospitais Universitários e de Ensino
ABRASCO	Associação Brasileira de Pós-Graduação em Saúde Coletiva
ABRC	Associação Brasileira de Registros de Câncer
AFINCA	Associação dos Funcionários do Instituto Nacional do Câncer
AGU	Advocacia Geral da União
APADS	Assessoria de Procedimentos Administrativo-Disciplinares
ApuraSUS	Sistema de Apuração e Gestão de Custos do SUS
ATS	Avaliação de Tecnologia em Saúde
BA	Bahia
BCCA	British Columbia Cancer Agency
BI	<i>Business Intelligence</i>
BVS	Biblioteca Virtual em Saúde
C&T	Ciência e Tecnologia
CACON	Centro de Alta Complexidade em Oncologia
CAF	Cirurgia de Alta Frequência
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CBR	Colégio Brasileiro de Radiologia
CC	Centro Cirúrgico
CCO	Cancer Care Ontario
CCONT	Coordenação de Contabilidade do FNS/MS
CD	Conselho Deliberativo
CEFET	Centro Federal de Educação Tecnológica
CEMO	Centro de Transplante de Medula Óssea
CEP	Código de Endereçamento Postal
CFM	Conselho Federal de Medicina
CGESP	Coordenação-Geral de Gestão de Pessoas do Ministério da Saúde
CGU	Controladoria Geral da União
CGUPAD	Sistema de Gestão de Processos Disciplinares
CID	CID – Classificação Internacional de Doenças
CIEE	Centro de Integração Empresa-Escola
CMB	Confederação Nacional das Santas Casas de Misericórdia, Hospitais e Entidades Filantrópicas
CNAE	Classificação Nacional de Atividades Econômicas

CNPJ	Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica
CNPq	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
CNS	Conselho Nacional de Saúde
Co-60	Cobalto 60
COAGE	Coordenação de Administração Geral (renomeada na estrutura da UJ)
COAD	Coordenação de Administração
COAS	Coordenação de Assistência
COENS	Coordenação de Ensino
COGEP	Coordenação de Gestão de Pessoas
COLEP	Coordenação de Legislação de Pessoal
CONASEMS	Conselho Nacional de Secretarias Municipais de Saúde
CONASS	Conselho Nacional de Secretário de Saúde
CONBIO	Conselho de Bioética do INCA
CONICQ	Comissão Nacional para Implementação da Convenção-Quadro para Controle do Tabaco
CONJUR	Consultoria Jurídica
CONPREV	Coordenação de Prevenção e Vigilância
CONSINCA	Conselho Consultivo do INCA
COPEP	Coordenação de Pesquisa e Educação
CPAC	Canadian Partnership Against Cancer
CQCT	Convenção Quadro para o Controle do Tabaco
CTP	Câmara Técnico-Política
CUB	Custo Unitário da Produção
DAP	Divisão de Administração de Pessoal
DAS	Direção e Assessoramento Superiores
DATASUS	Departamento de Informática do SUS
DBR	Declaração de Bens e Rendas
DCNT	Doenças Crônicas Não Transmissíveis
DCS	Divisão de Comunicação Social
DENASUS	Departamento Nacional de Auditoria do SUS
DESID	Departamento de Economia da Saúde, Investimentos e Desenvolvimento
DF	Distrito Federal
DG/INCA	Direção Geral do INCA
DIDEP	Divisão de Desenvolvimento de Pessoas
Dinter	Doutorados Interinstitucionais
DIPAT	Divisão de Patologia
DIPLAN	Divisão de Planejamento
DN	Decisão Normativa
DOU	Diário Oficial da União
DRAC	Departamento de Regulação, Avaliação e Controle de Sistemas da SAS
EAD	Ensino a Distância

EGF R	Epidermal Growth Factor Receptor
ENSP	Escola Nacional de Saúde Pública
Expande	Programa de Expansão da Radioterapia do Ministério da Saúde
FAF	Fundação Ary Frauzino para Pesquisa e Controle do Câncer
FAPERJ	Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro
FG	Função Gratificada
FNS	Fundo Nacional de Saúde
FIOCRUZ	Fundação Oswaldo Cruz
FOSP	Fundação Oncocentro de São Paulo
GAB	Gabinete
Geo-Rio	Fundação Instituto de Geotécnica da Secretaria Municipal de Obras RJ
GM	Gabinete do Ministro
GQ	Gratificação por Qualificação
GRPU	Gerência Regional do Patrimônio da União
GT	Grupo de Trabalho
HC I	Hospital de Câncer I
HC II	Hospital de Câncer II
HC III	Hospital de Câncer III
HC IV	Hospital de Câncer IV
HPV	Human Papilloma Virus
IAEA	Agência Internacional de Energia Atômica
IARC	Agência Internacional de Pesquisa em Câncer
IASERJ	Instituto de Assistência dos Servidores do Estado do Rio de Janeiro
IESC	Instituto de Estudos em Saúde Coletiva
IME	Instituto de Matemática e Estatística
IMIP	Instituto de Medicina Integral de Pernambuco
IMRT	Radioterapia de Intensidade Modulada
IN	Instrução Normativa
INCA	Instituto Nacional de Câncer José Alencar Gomes da Silva
IPATIMUP	Instituto de Patologia e Imunologia Molecular da Universidade do Porto
IPPN	Instituto de Pesquisas de Produtos Naturais Walter Mors
ISBN	ISBN - International Standard Book Number
ISO	ISO – International Organization for Standardization
LDO	Lei de Diretrizes Orçamentárias
LMI	Licença Municipal de Instalação
LOA	Lei Orçamentária Anual
MEC	Ministério da Educação
MG	Minas Gerais
MPOG	Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão
MS	Ministério da Saúde
NBCT	Normas Brasileiras de Contabilidade Técnica

NCI	National Cancer Institute
NERJ	Núcleo Estadual do Ministério da Saúde no Rio de Janeiro
NIH	National Institutes of Health
OCI	Órgão de Controle Interno
OE	Objetivo Estratégico
OFSS	Orçamento Fiscal e da Seguridade Social
OI	Orçamento de Investimento
OMS	Organização Mundial da Saúde
ONG	Organização Não Governamental
OPAS	Organização Pan-Americana de Saúde
PA	Pará
PAC	Programa de Aceleração do Crescimento
PACS	<i>Picture Archiving and Communication System</i> - Sistema de Comunicação e Arquivamento de Imagens
PAD	Processo Administrativo Disciplinar
PCC&T	Plano de Carreira de Ciência e Tecnologia
PE	Pernambuco
PHAC	Public Health Agency of Canada
PLS	Plano de Gestão de Logística Sustentável
PNCT	Programa Nacional de Controle do Tabagismo
PNH	Política Nacional de Humanização
PPA	Plano Plurianual
PQM	Programa de Qualidade em Mamografia
PQRT	Programa de Qualidade em Radioterapia
PR	Paraná
PSE	Programa Saúde na Escola
PUC	Pontifícia Universidade Católica
Qualicito	Programa de Qualificação Nacional em Citopatologia
RAO	Rede de Atenção Oncológica
RBC	Revista Brasileira de Cancerologia
RCBP	Registro de Câncer de Base Populacional
REDOME	Registro de Doadores de Medula Óssea
RGPS	Regime Geral de Previdência Social
RH	Recursos Humanos
RHC	Registro Hospitalar de Câncer
RINC	Rede de Institutos Nacionais de Câncer
RIP	Registro Imobiliário Patrimonial
RJ	Rio de Janeiro
RNPCC	Rede Nacional de Pesquisa Clínica em Câncer
RS	Rio Grande do Sul
RT/CBR	Setor de Radioterapia do Colégio Brasileiro de Radiologia

SAA	Serviço de Apoio Administrativo
SAA/SE/MS	Subsecretaria de Assuntos Administrativos da Secretaria Executiva do Ministério da Saúde
SADT	Serviço Auxiliar de Diagnóstico e Terapia
SAS	Secretaria de Atenção à Saúde do Ministério da Saúde
SBC	Sociedade Brasileira de Cancerologia
SBCO	Sociedade Brasileira de Cirurgia Oncológica
SBEO	Sociedade Brasileira de Enfermagem Oncológica
SBOC	Sociedade Brasileira de Oncologia Clínica
SCTIE	Secretaria de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde
SE	Secretaria Executiva
Sebrae	Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
SEFIPE	Secretaria de Fiscalização de Pessoal – TCU
SES	Secretaria de Estado da Saúde
Secex	Secretarias de Controle Externo – TCU
SIAFI	Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal
SIAPÉ	Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos
SIASG	Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais
SIBI	Sistema Integrado de Bibliotecas do INCA
SIC	Serviço de Informação ao Cidadão
SICONV	Sistema de Gestão de Convênios
SIM	Sistema de Informação sobre Mortalidade
SIOP	Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento
SIORG	Sistema de Informações Organizacionais do Governo Federal
Sisac	Sistema de Avaliação e Registro dos Atos de Admissão e Concessões
SISCAN	Sistema de Câncer
SISCOLO	Sistema de Informação do câncer de colo do útero
SISMAMA	Sistema de Informação do câncer de mama
SISPLAN	Sistema de Planejamento e Gestão
SISREG	Sistema Nacional de Regulação
SISRHC	Sistema de Informação de Registro Hospitalar de Câncer
SITEC	Seção Integrada de Tecnologia em Citopatologia
SLTI	Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação / MPOG
SMS	Secretaria Municipal de Saúde
SMSDC	Secretaria Municipal de Saúde e Defesa Civil
SNT	Sistema Nacional de Transplantes
SOBOPE	Sociedade Brasileira de Oncologia Pediátrica
SP	São Paulo
SPIUNET	Sistema de Gerenciamento do Patrimônio Imobiliário de Uso Especial da União
SRFB	Secretaria da Receita Federal do Brasil

SQRI	Serviço de Qualidade de Radiação Ionizante
SUS	Sistema Único de Saúde
SVS	Secretaria de Vigilância em Saúde
SWOG	South West Oncology Group
TCU	Tribunal de Contas da União
TI	Tecnologia da Informação
TR	Termo de Referência
UERJ	Universidade do Estado do Rio de Janeiro
UF	Unidade de Federação
UFF	Universidade Federal Fluminense
UFPB	Universidade Federal da Paraíba
UFRGS	Universidade Federal do Rio Grande do Sul
UFRJ	Universidade Federal do Rio de Janeiro
UG	Unidade Gestora
UICC	União Internacional de Combate ao Câncer
UJ	Unidade Jurisdicionada
UNACON	Unidade de Alta Complexidade em Oncologia
UNASUR	União de Nações Sul-Americanas
UNIFESP	Universidade Federal de São Paulo
USA	United States of America
USLACRN	United States - Latin America Cancer Research Network
USP	Universidade de São Paulo
VIGITEL	Vigilância de Fatores de Risco e Proteção para Doenças Crônicas por Inquérito Telefônico
WHO	World Health Organization.

1.4 Lista de quadros

- QUADRO 1 - Identificação da UJ
- QUADRO 2 - Informações sobre áreas ou subunidades estratégicas
- QUADRO 3 - Principais Insumos e Fornecedores em 2015
- QUADRO 4 - Objetivos e Estratégias utilizadas nas Ações Institucionais no exercício de 2015
- QUADRO 5 - Quantitativo de alunos em Programas e Cursos do INCA em 2015
- QUADRO 6 - Distribuição de alunos em cursos de capacitação do INCA, durante o ano de 2015
- QUADRO 7 - Participação do INCA na Rede Assistencial do Estado
- QUADRO 8 - Evolução da participação do INCA na Rede Assistencial do Estado e Município
- QUADRO 9 - Ações relacionadas ao programa temático do PPA de responsabilidades da UPC – Ação 8758
- QUADRO 10 - Ações relacionadas ao programa temático do PPA de responsabilidades da UPC – Ação 125H
- QUADRO 11 - Despesas por Modalidade de Contratação
- QUADRO 12 - Despesas por Grupo ou Elemento de Despesa
- QUADRO 13 - Concessão de Suprimento de Fundos
- QUADRO 14 - Utilização de Suprimento de Fundos
- QUADRO 15 - Classificação dos Gastos com Suprimento de Fundos
- QUADRO 16 - Procedimentos Administrativos Disciplinares – 2015
- QUADRO 17 - Avaliação do Sistema de Controles Internos da UJ
- QUADRO 18 - Número de contatos estabelecidos com INCA através do canal “Fale Conosco”
- QUADRO 19 - Principais temas de questionamento veiculados pelo “Fale Conosco”
- QUADRO 20 - Número de atendimentos prestados pela Ouvidoria do INCA
- QUADRO 21 - Tratamento Contábil de Bens Móveis
- QUADRO 22 - Força de Trabalho da UJ
- QUADRO 23 - Distribuição da lotação efetiva
- QUADRO 24 - Detalhamento da estrutura de cargos em comissões e funções gratificadas da UPC.
- QUADRO 25 - Distribuição de aposentadorias por cargo em 2015
- QUADRO 26 - Despesas com pessoal
- QUADRO 27 - Contratos de Pessoal de Apoio
- QUADRO 28 - Contratos de Estagiários
- QUADRO 29 - Evolução de Contratações de Estagiários
- QUADRO 30 - Descritivo de veículos em uso ou sob responsabilidade da UPC
- QUADRO 31 - Distribuição e Caracterização de Imóveis
- QUADRO 32 - Imóveis de Propriedade da União sob responsabilidade da UJ
- QUADRO 33 - Imóveis de Propriedade da União sob responsabilidade da UJ exceto Imóvel Funcional
- QUADRO 34 - Plano de Capacitação de profissionais da área de tecnologia de informação
- QUADRO 35 - Cursos oferecidos a profissionais da área de tecnologia de informação em 2015
- QUADRO 36 - Contratos ainda vigentes em 2015
- QUADRO 37 - Despesas com Publicidade

1.5 Lista de anexos

Anexo I - Declaração do Contador Atestando Conformidade das Demonstrações Contábeis, com ressalvas.

Anexo II - Relatório de Acompanhamento de Recomendações

Sumário

1. ELEMENTOS PRÉ-TEXTUAIS	3
1.3 Siglas e Abreviações	3
1.4 Lista de tabelas, quadros, gráficos e figuras	9
1.5 Lista de anexos e apêndices.....	10
2. APRESENTAÇÃO	13
3. VISÃO GERAL DA UNIDADE PRESTADORA DE CONTAS.....	15
3.1 Finalidade e competências	15
3.2 Normas e regulamentos de criação, alteração e funcionamento do órgão ou da entidade	16
3.3 Ambiente de atuação.....	17
3.4 Organograma	20
3.5 Macroprocessos finalísticos.....	22
4. PLANEJAMENTO ORGANIZACIONAL E DESEMPENHO ORÇAMENTÁRIO E OPERACIONAL	26
4.1 Planejamento Organizacional	26
4.1.1 Descrição sintética dos objetivos do exercício	28
4.1.2 Vinculação dos planos da unidade com as competências institucionais e outros planos	28
4.2 Formas e instrumentos de monitoramento da execução e dos resultados dos planos	37
4.3 Desempenho orçamentário.....	42
4.3.1 Objetivos estabelecidos no PPA de responsabilidade da unidade e resultados alcançados.....	42
4.3.2..... Execução física e financeira das ações da Lei Orçamentária Anual de responsabilidade da unidade	42
4.3.3 Fatores intervenientes no desempenho orçamentário.....	44
4.3.5 Informações sobre a execução das despesas	45
4.3.6 Suprimentos de fundos, contas bancárias tipo B e cartões de pagamento do governo federal	47
4.4 Apresentação e análise de indicadores de desempenho.....	48
5. GOVERNANÇA.....	49
5.1 Descrição das estruturas de governança.....	49
5.2 Atividades de correição e apuração de ilícitos administrativos.....	50
5.3 Gestão de riscos e controles internos	52
5.4 Informações sobre a empresa de auditoria independente contratada.....	54
6. RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE	56
6.1 Canais de acesso do cidadão.....	56
6.2 Carta de Serviços ao Cidadão	58
6.3 Aferição do grau de satisfação dos cidadãos-usuários	58
6.4 Mecanismos de transparência das informações relevantes sobre a atuação da unidade	59
6.5 Medidas para garantir a acessibilidade aos produtos, serviços e instalações	60
7. DESEMPENHO FINANCEIRO E INFORMAÇÕES CONTÁBEIS	61
7.1 Tratamento contábil da depreciação, da amortização e da exaustão de itens do patrimônio e avaliação e mensuração de ativos e passivos	61
7.2 Sistemática de apuração de custos no âmbito da unidade	61

7.3 Demonstrações contábeis exigidas pela Lei 4320/64 e notas explicativas	62
8. ÁREAS ESPECIAIS DA GESTÃO	63
8.1 Gestão de Pessoas.....	63
8.1.1 Estrutura de pessoal da Unidade.....	63
8.1.2 Demonstrativo das despesas com pessoal	67
8.1.3 Gestão de riscos relacionado ao pessoal (TEXTO ORIGINAL!!!).....	68
8.1.4 Contratação de pessoal de apoio e estagiários.....	75
8.2 Gestão do patrimônio e da infraestrutura	76
8.2.1 Gestão da frota de veículos própria e terceirizada.....	76
8.2.2 Política de destinação de os veículos inservíveis ou fora de uso e informações gerenciais sobre veículos nessas condições.....	78
8.2.3 Gestão do patrimônio imobiliário da União.....	78
8.2.4 Cessão de espaços físicos e imóveis a órgãos e entidades públicas ou privadas	83
8.2.5 Informações sobre os imóveis locados de terceiros	83
8.3 Gestão da tecnologia da informação.....	85
8.3.1 Principais sistemas de informações	90
9. CONFORMIDADE DA GESTÃO E DEMANDAS DE ÓRGÃOS DE CONTROLE	95
9.1 Tratamento de determinações e recomendações do TCU	95
9.2 Tratamento de recomendações do Órgão de Controle Interno (FALTA!!!)	95
9.3 Medidas administrativas para a apuração de responsabilidade por dano ao Erário	96
9.4 Demonstração da conformidade do cronograma de pagamentos de obrigações com o disposto no art. 5º da Lei 8666/1993.....	97
9.5 Informações sobre a revisão dos contratos vigentes firmados com empresas beneficiadas pela desoneração da folha de pagamento.....	97
9.6 Informações sobre as ações de publicidade e propaganda	98
10. ANEXOS E APÊNDICES	99

2. APRESENTAÇÃO

O Instituto Nacional de Câncer José Alencar Gomes da Silva (INCA), atendendo ao disposto na DN TCU nº 146, de 30 de setembro de 2015 sintetiza através desse relatório, os resultados de suas ações e presta contas da utilização de recursos orçamentários e financeiros durante o ano de 2015.

O Relatório foi estruturado em conformidade com estabelecido na decisão normativa (DN) TCU nº 146/2015, considerando a Instrução Normativa (IN) TCU 63/2010. O conteúdo deste documento foi elaborado observando o disposto na IN TCU nº 63/2010, DN TCU nº 146/2015, Portaria TCU nº 321/2015 e orientações do órgão de controle interno - Portaria CGU nº 650/2014.

Os itens e quadros contidos no relatório foram renumerados observando a sequência dos conteúdos descritos, de acordo com o que vem sendo atribuído no sistema *e-contas* para esta UPC.

Por questão de inaplicabilidade, não constam neste documento as informações referentes aos itens: execução descentralizada com transferência de recursos (Seção 4.0, ítem 4.3.4); Informações sobre a estrutura de pessoal para análise das prestações de contas (Seção 4.0, ítem 4.3.4.1)

Em seu conteúdo o relatório deixa explícito que o ano de 2015 foi atípico para a instituição, com a nomeação de dois diretores gerais em um período de seis meses. Essa alternância na gestão afetou o clima institucional, ameaçando a continuidade das ações planejadas.

Concomitante a este fato, o INCA recebeu servidores concursados em substituição a servidores terceirizados em cumprimento de decisão judicial. A saída de profissionais com *expertise* em diversas áreas gerou impacto nos resultados devido à curva de aprendizagem natural e necessária para a plena adaptação da força de trabalho.

Como reflexo dos fatores apontados, vem sendo também apresentada a dificuldade do Instituto na implantação do sistema de monitoramento de custos do governo federal ApuraSus, o que pode ser aqui compreendido pela complexidade de campos de ação e

diversidade de serviços ofertados pela instituição. Em contraponto merecem destaque as seguintes ações desenvolvidas pelo INCA durante o ano de 2015:

- . Publicação das Diretrizes para a Detecção Precoce do Câncer de Mama no Brasil, elaboradas por um grupo de trabalho coordenado pelo INCA.
- . Implementação dos Seminários de Orçamento, com o objetivo de esclarecer os servidores sobre a previsão e a execução orçamentária e financeira do INCA, bem como fomentar a reflexão dos gestores para o uso racional e eficiente dos recursos.
- . Elaboração de Plano de Uso para justificar e acompanhar a execução financeira das ações orçamentárias do INCA, objetivando o aprimoramento da gestão.
- . Realização de um Fórum de Planejamento para o quadriênio 2016-2019 com planos de ação alinhados com as necessidades institucionais e os objetivos estratégicos do Ministério da Saúde.

3. VISÃO GERAL DA UNIDADE PRESTADORA DE CONTAS

3.1 Finalidade e competências

O Instituto Nacional de Câncer José Alencar Gomes da Silva é um órgão do Ministério da Saúde, diretamente vinculado à Secretaria de Atenção à Saúde (SAS). Além de assistir ao Ministro de Estado na formulação da política nacional de prevenção, diagnóstico e tratamento do câncer, o Instituto é referência nacional na assistência, constituindo-se como Centro de Assistência em Alta Complexidade em Oncologia, conforme Portaria SAS/MS nº 140, de 2014.

Cabe destacar, contudo, que a contribuição do INCA transcende seu papel assistencial. A Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, art. 41, firmou a relevância das ações desenvolvidas pelo INCA como “referencial de prestação de serviços, formação de recursos humanos e para transferência de tecnologia”.

Competências Institucionais

Conforme disposto no Decreto nº 8.065, de 2013, compete ao INCA:

- I. Participar da formulação da política nacional de prevenção, diagnóstico e tratamento do câncer;
- II. Planejar, organizar, executar, dirigir, controlar e supervisionar planos, programas, projetos e atividades, em âmbito nacional, relacionados à prevenção, ao diagnóstico, e ao tratamento das neoplasias malignas e afecções correlatas;
- III. Exercer atividades de formação, treinamento e aperfeiçoamento de recursos humanos, em todos os níveis, na área de cancerologia;
- IV. Coordenar, programar e realizar pesquisas clínicas, epidemiológicas e experimentais em cancerologia; e
- V. Prestar serviços médico-assistenciais aos portadores de neoplasias malignas e afecções correlatas.

3.2 Normas e regulamentos de criação, alteração e funcionamento do órgão ou da entidade

Quadro 1 - Identificação da UJ

Poder e Órgão de Vinculação			
Poder: Executivo			
Órgão de Vinculação: Ministério da Saúde/Secretaria de Atenção à Saúde			Código SIORG: 304
Identificação da Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa: Instituto Nacional de Câncer José Alencar Gomes da Silva			
Denominação Abreviada: INCA			
Código SIORG: 2409	Código LOA: 99999	Código SIAFI: 250052	
Natureza Jurídica: Administração Direta		CNPJ: 00.394.544/0171-50	
Principal Atividade: Regulação de atividades de saúde, educação, serviços culturais e outros serviços sociais.			Código CNAE: 84.12-4-00
Telefones/Fax de contato:	(21) 3207-1313	(21) 3207-1004	(21) 3207-1224
Endereço Eletrônico: abittencourt@inca.gov.br, alessandra.pereira@inca.gov.br			
Página na Internet: http://www.inca.gov.br			
Endereço Postal: Praça Cruz Vermelha, nº 23, Centro, CEP 20230-130, Rio de Janeiro, RJ			
Normas Relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Normas de criação e alteração da Unidade Jurisdicionada			
Lei nº 8.080, de 19/09/1990, art. 41.			
Outras normas infralegais relacionadas à gestão e estrutura da Unidade Jurisdicionada			
1. Decreto 8.065, de 07/08/2013, publicado no Diário Oficial da União (DOU) de 08/08/2013, aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas do Ministério da Saúde e remaneja cargos em comissão;			
2. Apostila BS nº 03, de 03/09/2013 - altera a denominação das unidades organizacionais do Ministério da Saúde alteradas ou incluídas pelo Decreto 8.065/2013, ficando mantidos os cargos em comissão, funções gratificadas e seus respectivos titulares e substitutos;			
3. Portaria nº 3.965/GM/MS, de 14/12/2010, aprova os regimentos internos dos órgãos do Ministério da Saúde;			
4. Portaria nº 2.397, de 11 de outubro de 2013, publica, na forma do Anexo a esta Portaria, a relação nominal dos titulares dos Cargos em Comissão do Grupo de Direção e Assessoramento Superiores (DAS) e Funções Gratificadas (FG), e os cargos vagos que compõem os órgãos e unidades organizacionais do Ministério da Saúde.			
5. Portaria nº 140/SAS/MS, de 27 de fevereiro de 2014, redefine os critérios e parâmetros para organização, planejamento, monitoramento, controle e avaliação dos estabelecimentos de saúde habilitados na atenção especializada em oncologia e define as condições estruturais, de funcionamento e de recursos humanos para a habilitação destes estabelecimentos no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS).			
Manuais e publicações relacionadas às atividades da Unidade Jurisdicionada			
. Carta de Serviço ao Cidadão - Decreto nº 6.932/2009			
. Relatório de Atividades			
Unidades Gestoras e Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Não se aplica.			
Fonte: Dipan/DG/INCA - 2015			

3.3 Ambiente de atuação

O INCA é o órgão auxiliar do Ministério da Saúde no desenvolvimento e coordenação das ações integradas para a prevenção e o controle do câncer no Brasil. Essas ações compreendem a assistência médico-hospitalar, prestada direta e gratuitamente aos pacientes com câncer como parte dos serviços oferecidos pelo Sistema Único de Saúde (SUS), e a atuação em áreas estratégicas, como prevenção e detecção precoce, formação de profissionais especializados, desenvolvimento da pesquisa e geração de informação epidemiológica.

No seu campo de atuação, que vai além do cenário nacional, o INCA estabelece parcerias com diferentes entidades públicas e organizações da sociedade civil no Brasil e no exterior, mantendo uma lógica de sinergismo e complementariedade de competências, recursos e estrutura. Os principais parceiros são:

Parceiros Nacionais

- Cooperação Técnica com a OPAS;
- Departamento de Bioquímica – UERJ;
- Departamento de Farmácia – FIOCRUZ;
- Departamento de Imunologia LPT – FIOCRUZ;
- Departamento de Psicologia – UERJ;
- Departamento de Reumatologia - PUC RS;
- Escola de Medicina – UFRGS;
- ENSP – FIOCRUZ;
- IESC – UFRJ;
- IPPN – UFRJ;
- Instituto de Bioquímica Médica – UFRJ;
- Laboratório de Virologia Humana – UFRJ;
- Museu Nacional – UFRJ;
- Produtos Naturais - Universidade de Mogi das Cruzes;
- Produtos Naturais - Universidade de São Carlos;
- Produtos Naturais – UFPB;
- Programa de Oncobiologia – UFRJ;
- CEFET- RJ;
- Rede do INCA com os Institutos de Pesquisa do Brasil;

- Associação Brasileira de Registros de Câncer (ABRC);
- Secretarias Estaduais de Saúde – SES;
- Casa Oswaldo Cruz e Instituto Fernandes Figueiras - Fiocruz;
- Projeto Vitória da Conquista;
- Instituto Ronald MacDonald;
- Colégio Brasileiro de Radiologia;
- Grupo Operativo do Câncer do Colo do Útero da Rede de Institutos Nacionais de Câncer – RINC/UNASUR;

Parceiros Internacionais

- Agência Internacional de Energia Atômica (IAEA);
- Cooperação Bilateral Brasil-Peru.
- IAEA – Agência Internacional de Energia Atômica;
- IARC – Agência Internacional para Pesquisa em Câncer;
- IPATMUP - Instituto de Patologia e Imunologia Molecular da Universidade do Porto (Triangulação);
- NCI – National Cancer Institute;
- PHAC - Public Health Agency of Canada, BCCA - British Columbia Cancer;
- Agency, CCO - Cancer Care Ontario e CPAC - Canadian Partnership Against Cancer;
- Projeto Cuba – Vitória da Conquista;
- Projetos realizados com a África – Moçambique;
- RINC - Rede de Instituições Nacionais do Câncer;
- SE-CONICQ;
- SWOG – South West Oncology Group;
- UICC – União Internacional de Combate ao Câncer;
- University of Birmingham;

No âmbito de sua atuação o INCA teve como **ameaças** externas e internas a serem enfrentadas:

- ✓ o crescente número de casos de pacientes com câncer no país
- ✓ evolução progressiva dos gastos em saúde, em particular no que se refere ao aumento do consumo e uso de medicamentos mais caros
- ✓ o subfinanciamento da saúde
- ✓ a desigualdade de acesso aos serviços de saúde

- ✓ a dificuldade de interlocução, dado o caráter de implantação da Rede de Atenção a Saúde e a regulação incipiente em oncologia no SUS
- ✓ déficit de pessoal, dada a inexistência de uma política regular de reposição de servidores
- ✓ a fragmentação física e funcional do instituto

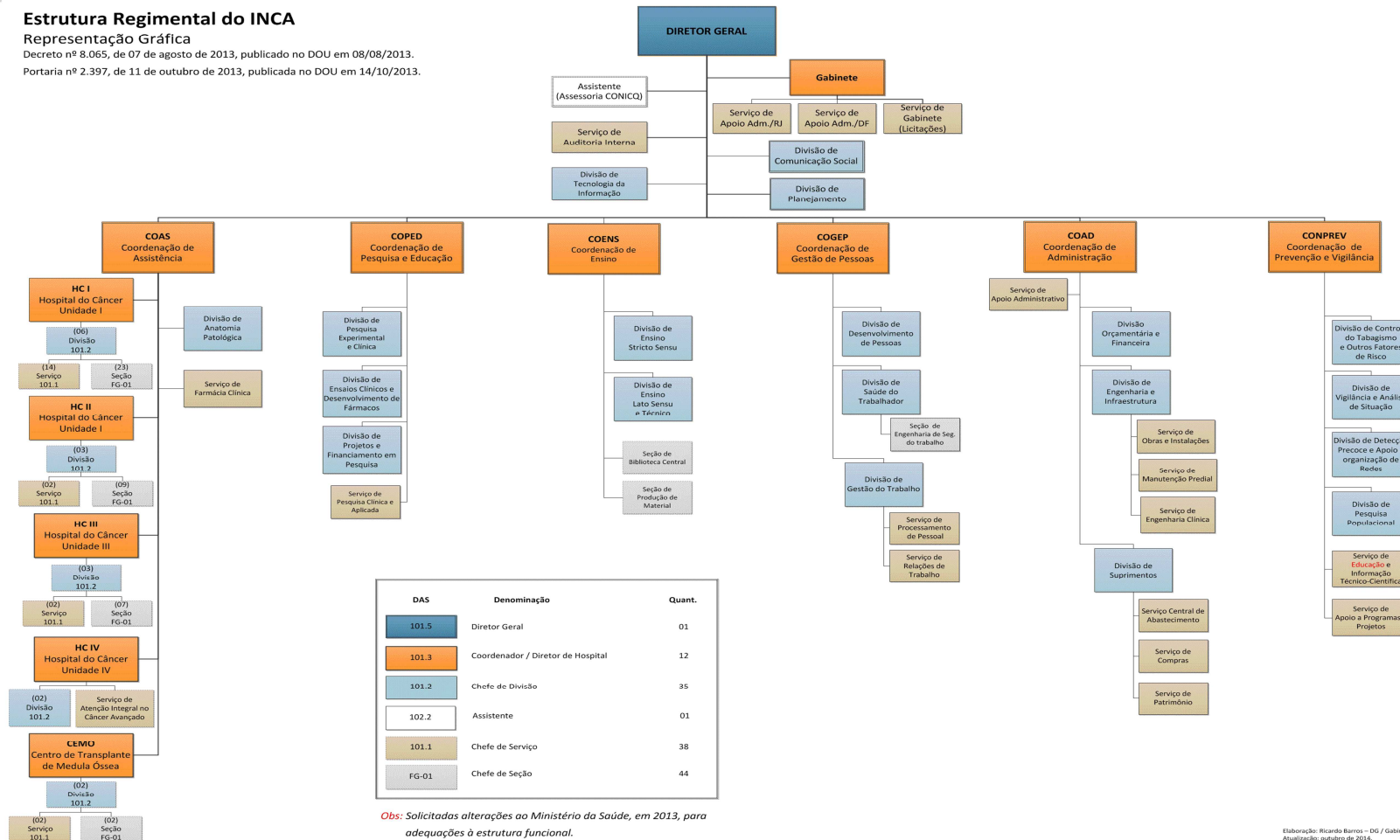
Por outro lado dentro do cumprimento de suas atividades, a instituição fez face às seguintes **oportunidades** para seu desenvolvimento estratégico:

- ✓ políticas públicas de saúde priorizando promoção à saúde e prevenção de doenças, estabelecendo a lógica das Redes de Atenção à Saúde
- ✓ aumento de controle social sobre as políticas públicas de saúde e no SUS
- ✓ aumento da demanda da sociedade por uma gestão pública mais transparente e eficaz
- ✓ aumento da demanda pela profissionalização de gestores de sistemas e serviços de saúde
- ✓ melhorias no âmbito de tecnologia da informação, amplificando acesso a informação interna.
- ✓ esforço coletivo na detecção das dificuldades dos processos internos e na redefinição de rumos e prioridades.

3.4 Organograma

Estrutura Regimental do INCA Representação Gráfica

Decreto nº 8.065, de 07 de agosto de 2013, publicado no DOU em 08/08/2013.
Portaria nº 2.397, de 11 de outubro de 2013, publicada no DOU em 14/10/2013.



DAS	Denominação	Quant.
101.5	Diretor Geral	01
101.3	Coordenador / Diretor de Hospital	12
101.2	Chefe de Divisão	35
102.2	Assistente	01
101.1	Chefe de Serviço	38
FG-01	Chefe de Seção	44

Obs: Solicitadas alterações ao Ministério da Saúde, em 2013, para adequações à estrutura funcional.

Elaboração: Ricardo Barros – DG / Gabinete.
Atualização: outubro de 2014.

Abaixo quadro representativo das subunidades mais estratégicas do INCA e detalhamento de competências e responsáveis.

Quadro 2 - Informações sobre áreas ou subunidades estratégicas

ÁREAS/SUBUNIDADES ESTRATÉGICAS	COMPETÊNCIAS	TITULAR	CARGO	PERÍODO DE ATUAÇÃO
Coordenação de Administração	Planejar, coordenar e dirigir a execução das atividades administrativas, de suprimentos, de orçamento e finanças, e de engenharia, necessárias ao perfeito funcionamento do INCA.	André Tadeu Bernardo de Sá	Coordenador	01/01/2015 a 20/08/2015
		Tuani Cristina Martins de Figueiredo	Coordenador Substituto	01/01/2015 a 31/12/2015
Coordenação de Assistência (COAS)	Planejar, programar, coordenar, dirigir e assegurar as políticas, as estratégias de atuação e a alocação de recursos financeiros, materiais e humanos, no âmbito das unidades assistenciais do INCA.	Reinaldo Rondinelli	Coordenador	01/01/2015 a 1º/09/2015
		Luis Fernando da Silva Bouzas	Coordenador Substituto	01/12/2015 a 07/12/2015
Coordenação de Ensino (COENS)	Planejar, coordenar e dirigir a implementação e a avaliação dos programas de ensino nas áreas <i>Stricto Sensu</i> , lato sensu e técnico; promover e avaliar eventos científicos de interesse do INCA; manter o Sistema Integrado de Bibliotecas e Informação do INCA; e, coordenar a produção de conteúdo	Luis Felipe Ribeiro Pinto	Coordenador	01/01/2015 a 31/12/2015
		Anke Bergmann	Coordenador Substituto	01/01/2015 a 31/12/2015
Coordenação de Gestão de Pessoas	Planejar, coordenar, acompanhar e supervisionar técnica e administrativamente as atividades relacionadas administração de pessoal, provimento de pessoas e saúde do trabalhador, em consonância com as políticas e diretrizes emanadas do Ministério da Saúde, do MPOG e das	Cassilda dos Santos Soares	Coordenador	01/01/2015 a 31/12/2015
		Marisa Martins Teixeira de Carvalho	Coordenador Substituto	01/01/2015 a 31/12/2015
Coordenação de Pesquisa (CPQ)	Planejar, coordenar, dirigir e fomentar o desenvolvimento de pesquisa básica, translacional, clínica e epidemiológica no campo da oncologia e afecções correlatas, contribuindo para o controle do câncer.	Marisa Maria Dryer Breitenbach	Coordenador	01/01/2015 a 31/12/2015
		Luis Felipe Ribeiro Pinto	Coordenador Substituto	01/01/2015 a 02/02/2015
		João Paulo de Biaso Viola	Coordenador Substituto	02/02/2015 a 31/12/2015
Coordenação de Prevenção e Vigilância (CONPREV)	Planejar, coordenar fomentar e dirigir a implementação e o desenvolvimento de programas nacionais de prevenção, controle, detecção precoce e vigilância de câncer e de seus fatores de risco, incluindo a promoção de práticas alimentares saudáveis e a prevenção e vigilância da exposição a	Claudio Pompeiano Noronha	Coordenador	01/01/2015 a 02/09/2015
		Eduardo Barros Franco	Coordenador Substituto	01/01/2015 a 31/12/2015
Hospital do Câncer I (HCI)		Sylvio Valença de Lemos Neto	Diretor	01/01/2015 a 10/06/2015
		Luiz Augusto Alves Carneiro Vianna	Diretor	13/07/2015 a 31/12/2015
		Luiz Augusto Alves Carneiro Vianna	Diretor Substituto	01/01/2015 a 12/08/2015
		Gécio Luiz Quintella Mendes	Diretor Substituto	12/08/2015 a 31/12/2015
		Marcos José Pereira Renni	Diretor	01/01/2015 a 31/12/2015
Hospital do Câncer II (HCII)	São competências das Unidades Assistenciais (HCI, HCII, HCIII, HCIV e CEMO) do INCA propor e estabelecer ações que proporcionem programação de ensino e usa para o pessoal de Saúde lotado na unidade; prestar assistência médica oncológica aos pacientes da unidade; promover aquisição de material, bem como utilizar prestações de serviços por terceiros, de acordo com as normas vigentes; e, monitorar as condições sanitárias de conforto e segurança para os pacientes e funcionários das Unidades.	Gécio Luiz Quintella Mendes	Diretor Substituto	01/01/2015 a 06/08/2015
Mario Lucio Cordeiro Araujo Junior		Diretor Substituto	06/08/2015 a 31/12/2015	
Hospital do Câncer III (HCIII)		Pedro Aurélio Ormonde do Carmo	Diretor	01/01/2015 a 06/01/2015
		Rodrigo Motta de Carvalho	Diretor	09/04/2015 a 31/12/2015
Hospital do Câncer IV (HCIV)		Rodrigo Motta de Carvalho	Diretor Substituto	01/01/2015 a 09/04/2015
		Germana Hunes Grassi Gomes Victor	Diretor	01/01/2015 a 31/12/2015
		Ana Luisa Teixeira da Costa Durante	Diretor Substituto	01/01/2015 a 08/09/2015
Centro de Transplante de Medula Óssea (CEMO)		Eliete Farias Azevedo	Diretor Substituto	08/09/2015 a 31/12/2015
		Luis Fernando da Silva Bouzas	Diretor	01/01/2015 a 07/12/2015

Fonte: DG, INCA - 2015

3.5 Macroprocessos finalísticos

Para a execução de suas atividades finalísticas o INCA mantém seis macroprocessos relacionados diretamente com as competências institucionais.

Macroprocessos	Descrição	Produtos e Serviços	Principais Clientes	Subunidades Responsáveis
ASSISTÊNCIA ONCOLÓGICA	Além de definir as políticas de assistência entre suas cinco unidades, e participar das determinações em relação à rede de atenção oncológica nos três níveis da Federação, o INCA também zela pela integração da atenção hospitalar, ambulatorial e domiciliar. A gestão assistencial do INCA inclui as 5 unidades assistenciais e ainda as Áreas de Qualidade, Humanização, Divisão de Patologia (DIPAT) e Divisão de Farmácia. É responsável ainda por apoiar as Ações Nacionais, por ações de controle, avaliação e regulação, e pela Área de Normas Técnicas. Todas estas atividades são voltadas para a consolidação e o fortalecimento da rede de atenção oncológica local, regional e nacional. Serviços de confirmação de diagnóstico de câncer, estadiamento, tratamento, reabilitação e cuidados paliativos, com atendimento multiprofissional integrado, suportes diagnósticos e terapêuticos garantidos são também atividades sob sua responsabilidade.	Assistência oncológica, adulto e pediátrica - (oncologia clínica, oncologia pediátrica, hematologia adulto e pediátrica, dermatologia, oncologia cirúrgica - pediátrica, abdomen, plastica, torax, urologia, neurologia, cabeça e pescoço): - Internações Hospitalares; - Atendimentos ambulatoriais; - Cirurgias oncológicas; - Quimioterapia; - Radioterapia; - Serviços de diagnóstico e terapia; - Diagnóstico e pesquisa molecular por imagem;	Pacientes acometidos por diversos tipos de cânceres.	Coordenação de Assistência/ Hospital do Câncer I (HC I)
		- Tratamento de ginecologia oncológica e tecido ósseo conectivo (Hospitalar e ambulatorial); - Capacitação de profissionais oriundos de outras regiões do país em Exérese de Lesão Precursora (Cirurgia de Alta Frequência - CAF), fortalecendo as ações de controle do câncer do colo do útero;	Pacientes da ginecologia oncológica e tecido osseo-conectivo	Coordenação de Assistência/ Hospital do Câncer II (HC II)
		- Diagnóstico e tratamento (Hospitalar e ambulatorial) do câncer de mama; - Capacitação de profissionais oriundos de outras regiões do país em radiologia mamária, punção por agulha grossa e exame clínico das mamas.	Pacientes da Mastologia	Coordenação de Assistência/ Hospital do Câncer III (HC III)
		- Cuidados paliativos a pacientes com cânceres avançados e fora de possibilidade de tratamento curativo.	Pacientes matriculados em outras unidades do INCA com cânceres avançados e fora de possibilidade de tratamento curativo.	Coordenação de Assistência/ Hospital do Câncer IV (HC IV)
		- Transplantes de Medula Óssea (transplantes autólogos e alogênicos); - Realização, principalmente, das tipagens de doadores de medula óssea para o Registro Nacional de Doadores de Medula Óssea (REDOME) e outros exames que dão suporte às campanhas de doadores voluntários;	Pacientes de Transplante de Medula Óssea.	Coordenação de Assistência/ Centro de Transplante de Células-Tronco Hematopóéticas (CEMO)
VIGILÂNCIA DE RISCO - PROJETO HOSPITAL SENTINELA	Desenvolvido pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA), o Projeto Sentinela, possui como objetivo promover a ampliação e sistematização da vigilância sobre produtos de saúde promovendo melhores serviços e condições de trabalho. O intuito é organizar uma rede de serviços que tenham o compromisso de zelar pela segurança dos pacientes, buscando melhorias contínuas, de forma a prevenir e reduzir a incidência de eventos adversos no atendimento e internação. O programa é resultado da experiência acumulada pela Rede Sentinela, um conjunto de hospitais coordenados pela Anvisa e que atuam fortemente na notificação de eventos adversos que afetam a assistência ao paciente.	Notificações de eventos adversos e queixas técnicas de produtos de saúde, insumos, materiais, medicamentos, saneantes, kits para provas laboratoriais e equipamentos médico-hospitalares, a partir de práticas de Farmacovigilância, Hemovigilância e Tecnovigilância, e do Programa de Controle de Infecções Hospitalares.	Unidades assistenciais internas	Coordenação de Assistência/ Farmacovigilância, Hemovigilância e Comissões de Controle de Infecções Hospitalares.
QUALIDADE DE CITOPATOLOGIA E HISTOPATOLOGIA	A Seção Integrada de Tecnologia em Citopatologia (SITEC) atua como unidade auxiliar do Ministério da Saúde no desenvolvimento e coordenação de ações integradas para a prevenção e controle do câncer no Brasil. A SITEC cumpre a missão de realizar exames cito e histopatológicos para a rede de serviços, além de atuar na formação de citotécnicos para o SUS e atuar na formulação e apoio no Programa de Vigilância e Prevenção do Câncer. Para garantir exames citopatológicos ginecológicos padronizados e confiáveis na rede.	- Realização de exames citopatológicos e histopatológicos para a rede de serviços do SUS; - Formação de citotécnicos para o SUS.	- 995 unidades assistenciais do SUS distribuídas em 51 municípios do Estado do Rio de Janeiro. - Alunos do Curso de Formação para Citotécnico	Coordenação de Assistência/ SITEC

Macroprocessos	Descrição	Produtos e Serviços	Principais Clientes	Subunidades Responsáveis
ENSINO (lato sensu)	<p>O INCA é responsável pelas ações que visam à qualificação de profissionais de saúde para a Rede de Atenção à Saúde das Pessoas com Doenças Crônicas.</p> <p>As principais atividades desenvolvidas neste macroprocesso contemplam planejamento, desenvolvimento, e avaliação de ações educacionais destinadas a formação de profissionais da saúde para atuação na rede de atenção aos portadores de doenças crônicas, buscando a formação em oncologia para o SUS; o desenvolvimento e publicação de pesquisas educacionais e acadêmicas; a discussão e elaboração do processo seletivo para os programas de residências e demais cursos do INCA; e o planejamento e gestão de atividades que envolvem as tecnologias educacionais interativas, como a telessaúde e a educação à distância.</p>	<ul style="list-style-type: none"> . Cursos de Pós-graduação Lato Sensu: Residência Médica e Residência Multiprofissional; . Cursos de Educação Profissional Técnica de Nível Médio e Educação Profissional (Subsequente, qualificação, especialização, aperfeiçoamento e atualização); . Cursos na modalidade EAD; . Programa de sensibilização da função de preceptoria (Programa Elaborado e implementado em parceria com o MEC e a Unifesp). . Oficinas para Formação Didático-Pedagógicas de preceptores; . Pesquisas Educacionais . Eventos 	<ul style="list-style-type: none"> . Profissionais graduados na área de saúde (Medicina, Física Médica, Enfermagem, Farmácia, Fisioterapia, Odontologia, Nutrição, Psicologia e Serviço Social) . Profissionais de nível médio para o curso de citopatologia e técnicos nas áreas de enfermagem e radiologia . Profissionais que atuam na área da saúde (exceto o curso "Saber Saúde", destinado aos profissionais da área da educação básica). . Preceptores dos programas de residência multiprofissional para profissionais de saúde do país; . Preceptores das unidades assistenciais do INCA; . Profissionais da Rede de Atenção Básica da SMS/RJ que atuam como preceptores dos programas de residência do INCA . Discentes, egressos e preceptores dos programas de residência e cursos realizados no INCA. . Profissionais que atuam na RAO, graduandos da área de saúde. 	COENS / Divisão de Ensino Lato Sensu e Técnico
ENSINO (stricto sensu)	<p>O INCA desenvolve cursos de pós-graduação na área de Oncologia, em nível de Mestrado e Doutorado, visando a formação de pessoal altamente qualificado para as atividades de pesquisa e para o exercício do magistério superior, atuando nas diversas áreas da Oncologia.</p> <p>A pós-graduação stricto sensu em Oncologia do Inca tem a melhor avaliação no país - conceito 6 - que constitui excelência em Oncologia.</p>	<ul style="list-style-type: none"> . Programa de Mestrado em Oncologia . Programa de Doutorado . Oficinas do INCA de Portas Abertas para a Comunidade Escolar. . Curso de Verão em Oncologia do INCA. 	<ul style="list-style-type: none"> . Profissionais graduados em cursos da área da saúde ou afins. . Alunos do ensino médio de escolas públicas do município do Rio de Janeiro. . Alunos de graduação da área da saúde e afins 	COENS / Divisão de Pós-Graduação Stricto Sensu
Macroprocessos	Descrição	Produtos e Serviços	Principais Clientes	Subunidades Responsáveis
PESQUISA	<p>O INCA tem avançado como uma instituição de ensino e pesquisa, cujas ações envolvem um modelo técnico-científico, onde a assistência está associada à geração do conhecimento e formação de recursos humanos em câncer. As principais atividades desenvolvidas neste macroprocesso contemplam produção de pesquisa em câncer, envolvendo as áreas do conhecimento básico-translacional, clínica e epidemiológica; além disso, forma recursos humanos capacitado para realizar pesquisa, com foco nas prioridades do SUS. Para a realização de pesquisa, os profissionais dispõem de laboratórios e estruturas multiusuárias de alta complexidade tecnológica. As atividades de Pesquisa são desenvolvidas por profissionais localizados nas diferentes Unidades do INCA.</p> <p>O INCA mantém em sua estrutura 10 programas científicos onde os pesquisadores estão organizados, a saber: Biologia Celular; Genética e Aconselhamento Genético; Oncovirologia; Farmacologia; Carcinogênese; Neoplasias Hematológicas e Transplante de Medula Óssea; Pesquisa Clínica; Hemato-Oncologia; Oncologia e Hematologia Pediátricas; Saúde Coletiva.</p> <p>As linhas de pesquisa trabalhadas pelo instituto procuram alcançar as metas pactuadas pelo Termo de Compromisso da Coordenação de Pesquisa com a Direção Geral.</p>	<ul style="list-style-type: none"> Apresentação de trabalhos científicos em congressos Publicação de artigos científicos em revistas indexadas nas bases de dados internacionais Disciplinas na Pós-graduação Orientação de alunos de graduação na modalidade de Iniciação Científica Orientação de Profissionais da área da saúde em pesquisa científica através das seguintes modalidades: aperfeiçoamento, mestrado, doutorado, pós-doutorado Participação em eventos científicos proferindo palestras e como membro de mesa-redonda Organização de eventos científicos e encontros de pesquisadores Captação de recursos para pesquisa em agências de fomentos e fundações de amparo à pesquisa Participação em bancas de teses e monografias 	<ul style="list-style-type: none"> Profissionais e pesquisadores da área de saúde Profissionais e pesquisadores da área de saúde Alunos de Pós-graduação Alunos de graduação Profissionais e pesquisadores da área de saúde Profissionais e pesquisadores da área de saúde Profissionais e pesquisadores da área de saúde Agências e fundações financiadoras de pesquisa em câncer Pesquisadores e alunos de Graduação e Pós-graduação da área de saúde 	COPED / Programas Científicos

Macroprocessos	Descrição	Produtos e Serviços	Principais Clientes	Subunidades Responsáveis	
PREVENÇÃO E VIGILÂNCIA	<p>O Instituto compartilha com outros setores do Ministério da Saúde a missão de implementar ações com vistas à garantia de condições de saúde adequadas à população brasileira, tendo como objetivo a promoção de práticas alimentares e hábitos saudáveis que favoreçam o controle de câncer. É o órgão do Ministério da Saúde responsável por articular as ações de controle do tabagismo, maior fator de risco evitável de adoecimento e morte no mundo. Nesse contexto, há cerca de 20 anos, desenvolve o Programa Nacional de Controle do Tabagismo – PNCT conjuntamente com demais setores do Ministério da Saúde e outros parceiros.</p> <p>As ações nacionais de vigilância do câncer têm como objetivo conhecer com detalhes o atual quadro do câncer no Brasil. Os registros possibilitam identificar os novos casos e realizar estimativas de incidência do câncer, subsídios fundamentais para o planejamento das ações locais de prevenção e controle da doença de acordo com cada região.</p> <p>As atividades de prevenção e vigilância estão organizadas da seguinte forma:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Ações de Detecção Precoce e apoio a rede de atenção ao Câncer; - Ações para o Controle do Câncer de Colo do Útero e do Câncer de Mama; - Sistemas de Informação; - Organização da Rede Assistencial; - Atividades de articulação de políticas e planos de ação de promoção da saúde, alimentação saudável, segurança alimentar e nutricional, doenças crônicas não transmissíveis; - Atividades transversais de mobilização e comunicação; e - Atividades desenvolvidas pelo Serviço de Qualidade de Radiações Ionizantes. 	<ul style="list-style-type: none"> - Avaliação da qualidade de serviços de radioterapia e mamografia; - Cursos a distância; 	Serviços de radioterapia do Brasil e da América Latina e serviços de mamografia do Brasil	CONPREV	
		<ul style="list-style-type: none"> - Ações de Detecção precoce do Câncer (especialmente Colo do Útero e Mama) - Relatórios técnicos e diretrizes para a detecção precoce do câncer. - Avaliação das ações de rastreamento através de indicadores. - Comunicação e Mobilização, com elaboração de materiais educativos e informativos sobre detecção precoce do câncer; - Assessoria Técnica e Produção de Conhecimento (Elaboração de notas técnicas, pareceres, indicações e posicionamentos diversos para tomada de decisão de instâncias governamentais sobre a área de detecção precoce e redes de atenção ao câncer) 	<ul style="list-style-type: none"> - Apoio e assessoria técnica na implantação de Serviços de Oncologia pelo Projeto Expande; - monitoramento e avaliação, a partir dos dados disponíveis nos sistemas de informação, dos estabelecimentos de saúde habilitados em oncologia. 	<ul style="list-style-type: none"> SES e SMS, profissionais de saúde, sociedades científicas organizadas Estados e Municípios, ONGs, movimento organizado de mulheres, profissionais de saúde e população em geral. Deputados e Senadores, Ministério Público, SES, Demais Coordenações e Departamentos do MS. 	CONPREV/ Divisão de Detecção Precoce e Apoio à organização de Redes
		<ul style="list-style-type: none"> - Ações de controle do tabagismo visando prevenção da iniciação, apoio para cessação, proteção contra o tabagismo passivo e diminuição da aceitação social do uso do tabaco: ações educativas, ações de apoio à cessação do tabagismo, mobilização social, apoio a adoção de medidas legislativas e econômicas para controle do tabaco. 	<ul style="list-style-type: none"> - Disseminação das informações sobre agentes cancerígenos relacionados ao trabalho e ao ambiente com vistas à prevenção e vigilância do câncer: eventos, curso, capacitação de profissionais de saúde e da previdência social sobre câncer relacionado ao trabalho, elaboração de material didático disseminação da informação na mídia. 	<ul style="list-style-type: none"> Gestores de SES e SMS profissionais de saúde da rede SUS e população em geral. Gestores de SES e SMS profissionais da rede SUS; profissionais da previdência social (peritos) e população em geral. 	CONPREV/ Divisão de Controle do Tabagismo e Outros Fatores de Risco.
		<ul style="list-style-type: none"> - Apoio gerencial às ações de vigilância por meio de assessoria e consultoria técnicas para gestão da informação e vigilância de câncer; - Implantação e implementação de Registros de Câncer; - Cursos regulares de capacitação em Registros de Câncer; - Ações de divulgação (produção técnico-científica e Informativos de Vigilância); - Ações de cooperação internacional; e, - Promoção e atualização de base nacional de dados sobre câncer 	<ul style="list-style-type: none"> - Apoio gerencial às ações de vigilância por meio de assessoria e consultoria técnicas para gestão da informação e vigilância de câncer; - Implantação e implementação de Registros de Câncer; - Cursos regulares de capacitação em Registros de Câncer; - Ações de divulgação (produção técnico-científica e Informativos de Vigilância); - Ações de cooperação internacional; e, - Promoção e atualização de base nacional de dados sobre câncer 	<ul style="list-style-type: none"> gestores de saúde e equipes de vigilância de câncer - em nível federal, estadual e municipal; profissionais de saúde da rede SUS e não SUS; pesquisadores, educadores; formadores de opinião e população em geral 	CONPREV/ Divisão de Vigilância e Análise de Situação
		<ul style="list-style-type: none"> - Produção de toda publicação técnico-científica do INCA - Gerenciamento do Sistema Integrado de Bibliotecas do INCA (SIBI) e da Biblioteca Virtual em Saúde Prevenção e Controle de Câncer (BVS) - Produção da Revista Brasileira de Cancerologia (RBC) 	<ul style="list-style-type: none"> - Produção de toda publicação técnico-científica do INCA - Gerenciamento do Sistema Integrado de Bibliotecas do INCA (SIBI) e da Biblioteca Virtual em Saúde Prevenção e Controle de Câncer (BVS) - Produção da Revista Brasileira de Cancerologia (RBC) 	<ul style="list-style-type: none"> Público interno do INCA, profissionais e gestores de saúde, pesquisadores e estudantes do Brasil e do mundo Profissionais e gestores de saúde, pesquisadores e estudantes do Brasil e do mundo 	CONPREV/ Serviço de Educação e Informação Técnico-Científica
		<ul style="list-style-type: none"> - Ações com vistas à promoção de práticas alimentares saudáveis que favoreçam o controle de câncer. 	<ul style="list-style-type: none"> - Ações com vistas à promoção de práticas alimentares saudáveis que favoreçam o controle de câncer. 	<ul style="list-style-type: none"> Gestores de SES e SMS profissionais de saúde do SUS, organizações da sociedade civil, universidades e população em geral. 	CONPREV

Principais insumos e fornecedores que concorrem para execução dos macroprocessos finalísticos

A alta especificidade e custo de medicamentos antineoplásicos, materiais médico-hospitalares e equipamentos de alta tecnologia, faz com que a Assistência seja o macroprocesso do INCA que concentre a maior demanda por insumos.

No quadro abaixo apresentamos a relação de insumos que em função de sua imprescindibilidade e impacto financeiro exigiram acompanhamento sistemático no exercício de 2015.

Quadro 3 - Principais Insumos e Fornecedores em 2015

ANTINEOPLÁSICOS E OUTROS MEDICAMENTOS	PRINCIPAIS FORNECEDORES
TRASTUZUMAB 440MG	MINISTÉRIO DA SAÚDE - compra centralizada
TRASTUZUMAB 150MG	MINISTÉRIO DA SAÚDE - compra centralizada
IMATINIBE, MESILATO 400MG	EMS S/A
ANFOTERICINA B 50MG LIPOSSOMAL	GILEAD SCIENCES
RITUXIMAB 500MG 50ML	MINISTÉRIO DA SAÚDE - compra centralizada
CAPECITABINA 500MG	PRODUTOS ROCHE QUIM. E FARMAC S.A
VORICONAZOL 200MG IV	HOSPFAR IND. E COM. DE PROD. HOSP. LTDA
TEMOZOLOMIDA 100MG	ONCOPROD Distribuidora Ltda
VORICONAZOL 200MG	HOSPFAR IND. E COM. DE PROD. HOSP. LTDA
DEXMEETOMIDINA 100MCGG/ML 2ML	EXPRESSA DISTRIB. DE MEDICAMENTOS LTDA
OCTREOTIDA 20MG	NOVARTIS BIOCIENCIA S/A
DOCETAXEL 40MG/ML 2ML	CERTA Medicamentos Ltda
FILGRASTIMA RECOMBINANTE 300MCG/ML	EXFARMA Distribuidora Ltda
BORTEZOMIBE 3,5MG	COSTA CAMARGO COM. DE PROD. HOSP. LTDA
DASATINIBE 50MG	ONCOPROD Distribuidora Ltda
CETUXIMABE 5MG/ML 20ML	MERCK S/A
TAMOXIFENO, CITRATO 20MG	BLAUSIEGEL Ind. Farmacêutica
BEVACIZUMABE 25MG/ML 16ML	PRODUTOS ROCHE QUIM. E FARMAC S.A
DECITABINA 50MG	ELFA Medicamentos Ltda
SUNITINIBE 50MG	ONCOPROD Distribuidora Ltda
IMUNOGLOBULINA HUMANA (IGG)	FARMACONN Dist. Med. Ltda
SUGAMADEX SÓDICO 100MG/ML 2ML	MAJELA Dist. Med. Ltda
LINEZOLIDA 2MG/ML 300ML IV	HOSPFAR IND. E COM. DE PROD. HOSP. LTDA
GOSSERRELINA, ACETATO DEPOT 10,8MG	AZTRAZENCA Ind. Ltda
EVEROLIMO 10MG	NOVARTIS BIOCIENCIA S/A
MATERIAL MEDICO HOSPITALAR	PRINCIPAIS FORNECEDORES
Conjunto de procedimento para equipamento de Fotofereze	C.E.I. COM. EXPORT. E IMPORT. DE MAT ME
Alimento para dieta enteral ou oral, normocalórico, hiperpro kit de hcv	PHARMANUTRI LTDA
Equipo macrogotas para infusão de soluções parenterais	UNIVERSAL ACM DIAG. COM. E REPRES. LTDA
Equipo macrogotas p/infusão de soluç. parenterais	J.F. GALLO PROD. FARMACEUTICOS LTDA
filtro p/ transf. de hemácias p/bancada	BBRAUN LTDA
Kit para pesquisa de HIV AG/AB	C.E.I. COM. EXPORT. E IMPORT. DE MAT ME
Conjunto de reagente p/ detecção vírus ARN e ADN	UNIVERSAL ACM DIAG. COM. E REPRES. LTDA
Compressa protetor cutâneo de uso unico	NEW DIAG LTDA
kit p/plaquetafereze de doador único ref.890	PROEXI LTDA
Conjunto de reagentes p/ detecção contra Treponema Pallidum	C.E.I. COM. EXPORT. E IMPORT. DE MAT ME
circuito p/nebulização c/macronebulizador,traquéia e máscara	UNIVERSAL ACM DIAG. COM. E REPRES. LTDA
composto radioativo de flúor 18 glicose (FDG)	PROEXI LTDA
equipo p/ infusão de soluções injetáveis	IEN
Microesferas para quimioembolização, tam de 100 a 300 micra	BBRAUN LTDA
Fralda descartável, adulto, tamanho G, de 70 a 90kg	FUJICOM COM. DE MAT. HOSP. LTDA
Microesferas para quimioembolização, tam de 300 a 500 micra	JCJ COM. LTDA
kit de anti htlv-I/II igg p/elisa - marca ortho	FUJICOM COM. DE MAT. HOSP. LTDA
pinça Atlas Short 20cm, descartável p/ ligasure	UNIVERSAL ACM DIAG. COM. E REPRES. LTDA
Conjunto de reagentes p/ detecção contra Tripanosoma Cruzi	AUTOSUTURE LTDA
Bolsa coletora para nefrostomia	UNIVERSAL ACM DIAG. COM. E REPRES. LTDA
kit de anti hbc igg	ECOMED COMERCIO E INDUSTRIA LTDA
Alimento para dieta enteral ou oral, normocalórico, normoporo oxigênio líquido 2,5 (99,55%)	UNIVERSAL ACM DIAG. COM. E REPRES. LTDA
Alimento para dieta enteral ou oral, polimérico, normocalóri	PRODIET DIST. LTDA
	LINDE GASES
	SUPPORT LTDA

Fonte: COAD 2015

4. PLANEJAMENTO ORGANIZACIONAL E DESEMPENHO ORÇAMENTÁRIO E OPERACIONAL

4.1 Planejamento Organizacional

O Instituto Nacional de Câncer, como unidade integrante da Secretaria de Atenção à Saúde, organiza seu planejamento em consonância com o Planejamento Estratégico do Ministério da Saúde, considerando o Plano Plurianual (PPA) e a Lei Orçamentária Anual (LOA) no respectivo exercício.

No que diz respeito ao Planejamento Estratégico do Ministério da Saúde, o resultado das ações do INCA em 2015 esteve vinculado ao objetivo estratégico 1 (OE1).

Objetivo Estratégico 1: Garantir acesso da população a serviços de qualidade, com equidade e em tempo adequado ao atendimento das necessidades de saúde, aprimorando a política de Atenção Básica e atenção Especializada.

Como dito anteriormente, a atuação do Instituto não se esgota nos procedimentos assistenciais. As áreas especializadas responsáveis pelos principais macroprocessos (Seção 3, ítem 3.5) produzem resultados que conferem o diferencial do INCA como um Instituto de referência nas áreas de ensino e pesquisa em oncologia, no âmbito do Sistema Único de Saúde.

No ano de 2012, com intuito de atender às demandas internas, houve uma revisão dos objetivos estratégicos institucionais e a pactuação de quatro grandes grupos de objetivos a partir dos quais o trabalho institucional vinha sendo organizado e a oferta de produtos ou serviços foi sendo estruturada.

No cumprimento desses objetivos, as dificuldades encontradas pelo INCA em 2015 foram ainda reflexo do cenário crítico do contingenciamento orçamentário de 2014, que impactou diretamente a dotação de crédito para investimento, comprometendo assim o andamento de aquisição de equipamentos médico-hospitalares, e a abertura do ciclo de inserção de novos projetos institucionais de inovação e incorporação tecnológica.

Este cenário somado às mudanças na gestão interna e a renovação do quadro de funcionários (Portaria GM/MS nº 357, de 10/10/2014) em substituição aos 583 profissionais contratados anteriormente pela Fundação Ary Frauzino (FAF), foi determinante não só na baixa de produtividade de alguns setores, mas também no desenvolvimento de culturas setoriais e dispersão de recursos humanos, materiais e insumos.

Com o objetivo de harmonizar os processos institucionais e minimizar o impacto desses fatos, coube à instituição retomar o processo de articulação interna de modo a garantir seu papel de referência como indutora de políticas de saúde frente ao controle do câncer. Assim, ao final de 2015, foi retomada a discussão interna, desta vez com foco no Plano de Ação Institucional para os próximos quatro anos. A finalidade deste fórum foi de rediscutir processos internos, alinhando os objetivos e iniciativas de governo relacionadas ao INCA no PPA aos objetivos estratégicos e macroprojetos institucionais.

Fundamentado no fortalecimento de gestão participativa e compartilhada, o trabalho contou com a participação de gestores e formadores de opinião, girando em torno de seis eixos temáticos que balizam a atuação institucional:

1. Saúde e Política de Controle do Câncer e Relacionamento com a Rede
2. Acolhimento e tratamento assistencial
3. Integração e Qualificação da força de trabalho para o SUS
4. Ensino, Informação e Comunicação em Saúde
5. Pesquisa e Inovação para Saúde
6. Missão, Visão e Valores Institucionais

A discussão foi permeada pela análise situacional – forças e fraquezas, oportunidade e ameaças, considerando os ambientes interno e externo, tendo como diretrizes:

- Fortalecimento do papel do INCA, enquanto referência nacional, na estruturação de políticas de saúde voltadas para prevenção e controle do câncer.
- Fortalecimento dos processos internos e instrumentos de gestão, bem como, da promoção da integração funcional e física (Campus), visando a maior efetividade das ações para o controle do câncer e garantia da qualidade na assistência à saúde.

4.1.1 Descrição sintética dos objetivos do exercício

Quadro 4- Objetivos e estratégias utilizadas nas ações institucionais no exercício de 2015

Objetivos	Estratégias
1. Promover a produção, disseminação e aplicação do conhecimento para o fortalecimento das ações de controle do câncer	Desenvolver a pesquisa em oncologia no INCA e, através da integração interna e de parcerias interinstitucionais, atuar no cenário nacional e internacional
	Desenvolver e implantar processos de ensino, com ênfase nos modelos descentralizados, através de parcerias com instituições afins e da utilização de tecnologias educacionais atualizadas, visando ampliar a capacitação de profissionais de saúde para as ações de controle do câncer no país
	Desenvolver mecanismos de divulgação do conhecimento na área oncológica, atuando de forma proativa junto aos meios e estruturas de comunicação voltadas aos diversos tipos de público
2. Contribuir para a estruturação das redes de atenção à saúde, com foco nas ações para o controle do câncer	Apoiar os gestores do SUS na estruturação das redes de atenção, com foco nas ações de controle do câncer, de forma a contribuir para o atendimento integral à população
	Atuar na integração e consolidação dos sistemas de informação e vigilância do câncer
3. Contribuir para o desenvolvimento científico e tecnológico em saúde, otimizando sua aplicação nas ações para o controle do câncer	Desenvolver o estudo de novas tecnologias relacionadas ao controle do câncer
	Desenvolver a área de Avaliação de Tecnologia em Saúde (ATS) voltada para a atenção ao câncer
	Contribuir para o fortalecimento do Complexo Econômico e Industrial da Saúde
4. Aprimorar processos e instrumentos de gestão, visando a maior efetividade das ações para o controle do câncer	Desenvolver processos de gestão voltados para resultados e mecanismos de monitoramento e avaliação
	Atuar na melhoria permanente da qualidade das ações e serviços, na perspectiva da otimização dos recursos existentes

Vinculadas a esses objetivos, as principais realizações do INCA no exercício de 2015 estão relatadas de forma distribuída pelos tópicos deste Relatório. Entretanto, merecem destaque àquelas mencionadas nos itens seguintes desta seção.

4.1.2 Vinculação dos planos da unidade com as competências institucionais e outros planos

O Instituto Nacional de Câncer tem como missão:

Ações nacionais integradas para prevenção e controle do câncer

A base para o bom desempenho dessa missão é o trabalho integrado de todas as áreas do INCA, bem como o fortalecimento e a intensificação das parcerias interinstitucionais.

A seguir relatamos como foram planejadas as ações, relacionadas aos objetivos mencionados no Quadro 4, e os principais resultados alcançados no ano de 2015.

Participação na formulação da política nacional de prevenção, diagnóstico e tratamento do câncer.

A Portaria GM/MS nº 874/2013 instituiu a *Política Nacional de Prevenção e Controle do Câncer na Rede de Atenção à Saúde das Pessoas com Doenças Crônicas no âmbito do SUS* (PNPCC), atribuindo ao Ministério da Saúde, por meio da SAS e do INCA, a sua estruturação e implementação. Cabe ao Inca o planejamento, organização, execução, controle e supervisão de planos, programas, projetos e atividades, em âmbito nacional, relacionados à prevenção, ao diagnóstico e ao tratamento das neoplasias malignas e afecções correlatas.

No que tange ao *Programa de Controle do Câncer do Colo do Útero*, a qualidade do diagnóstico citopatológico também constitui uma das diretrizes da PNPCC. Para apoio aos gestores e aos laboratórios foi atualizado o Manual de Monitoramento da Qualidade do Exame Citopatológico, conteúdo técnico complementar às normas do Ministério da Saúde na formulação do *Programa de Gestão da Qualidade da Citopatologia*.

O controle do câncer de mama representa hoje um desafio mundial. Sua incidência no Brasil está em ascensão devido, principalmente, ao envelhecimento da população. Nesse contexto, o INCA elabora material técnico e atua em ações de controle considerando 4 estratégias principais:

1. Prevenção, relacionada ao controle de fatores de risco (obesidade, abuso de álcool, uso de terapia de reposição hormonal na menopausa) e promoção de fatores de prevenção (alimentação saudável, peso adequado, amamentação prolongada dos filhos);
2. Diagnóstico precoce, por meio de uma política de alerta aos sinais precoces do câncer de mama com 3 pilares: população informada, profissionais preparados e rede de saúde acessível. As políticas de prevenção e de alerta para o câncer de mama precisam atingir todas as mulheres, independente da idade e do risco e devem estar organizadas em todas as regiões de saúde;
3. Rastreamento mamográfico bienal para mulheres na faixa etária de 50 a 69 anos;

4. Investigação diagnóstica e tratamento oportuno e adequado para todos os casos suspeitos nas estratégias 2 e 3.

O INCA participa e auxilia outras áreas do Ministério da Saúde, nas ações de controle do câncer de mama, e também atua em parceria com as secretarias de saúde e demais instâncias de gestão do SUS e de controle social.

As Diretrizes para a Detecção Precoce do Câncer de Mama no Brasil, publicadas em 2015, foram elaboradas por um grupo de trabalho coordenado pelo INCA. O trabalho fez parte de um conjunto de ações desenvolvidas pelo Ministério da Saúde com a finalidade de ampliar e qualificar a detecção precoce do câncer de mama, objetivando diminuir a mortalidade pela doença, e foi apoiado pela Coordenação-Geral de Atenção às Pessoas com Doenças Crônicas, do Departamento de Atenção Especializada e Temática, vinculado à Secretaria de Atenção à Saúde (SAS), pelo Departamento de Ciência e Tecnologia (Decit) do Ministério da Saúde e por especialistas externos convidados.

Nas ações de controle do câncer de mama o Instituto tem atuado na divulgação e implantação das novas diretrizes e no apoio ao *Programa Nacional de Qualidade da Mamografia* (PNQM). Nesse contexto, para possibilitar a avaliação e monitoramento da qualidade dos serviços de mamografia, utiliza-se o Sistema de Informação da Qualidade da Mamografia (QIID), bem como o cadastro dos serviços no programa pode ser viabilizado via *web*, permitindo também o acompanhamento do processo de avaliação quanto à qualidade da imagem e da interpretação diagnóstica dos exames enviados pelos serviços de mamografia.

Atividades de formação, treinamento e aperfeiçoamento de recursos humanos, em todos os níveis, na área de cancerologia

O INCA forma e qualifica profissionais para a *Rede de Atenção à Saúde das Pessoas com Doenças Crônicas* e tem a atribuição de identificar demandas de formação, propor e formular planos visando a criação de uma rede descentralizada de instituições formadoras em oncologia no país. O Instituto tem o compromisso de promover a qualificação de equipes multiprofissionais para atuação em todos os níveis de cuidado da Atenção Oncológica e o trabalho é desenvolvido com base em parcerias com instituições formadoras, prestadoras de serviços e gestores.

O INCA forma e qualifica presencialmente mais de 500 profissionais ao ano para o SUS, com vistas ao controle do câncer e à organização da *Rede de Atenção à Saúde das Pessoas com Doenças Crônicas*.

Os cursos de Aperfeiçoamento *Fellow* contam com 19 cursos na área médica dos quais participam 15 alunos, em 7 cursos ativos. São ainda ofertados cursos de aperfeiçoamento e atualização nas áreas de Ensino Médico, Ensino de Enfermagem e Ensino Multiprofissional.

O *Programa de Pós-Graduação em Oncologia do INCA* (PPGO-INCA) destina-se à formação de pessoal altamente qualificado para as atividades de pesquisa e para o exercício do magistério superior, atuando nas diversas áreas da Oncologia, com linhas de pesquisa nas áreas básica, translacional, clínica e epidemiológica. O programa tem a melhor avaliação no país, com conceito 6 – excelência em oncologia, e conta com uma equipe multidisciplinar de docentes das principais áreas associadas à Oncologia.

Em 2015, o INCA teve um total de 99 alunos ativos nos programas de mestrado e doutorado. No processo seletivo, das 25 vagas oferecidas para o mestrado e 25 para o doutorado, foram preenchidas 19 e 15 vagas, respectivamente.

Arelado ao programa, o INCA desenvolve os Doutorados Interinstitucionais (Dinter) na Universidade do Pará e no Instituto Materno Infantil de Pernambuco (IMIP), por meio de convênio com a CAPES. O Dinter conta com 12 alunos, sendo 04 do Pará e 08 de Pernambuco.

Outras atividades também vinculadas ao programa dizem respeito às oficinas do INCA de Portas Abertas para Ensino Médio - que objetiva a difusão de informações sobre fatores de risco e prevenção contra o câncer para estudantes do ensino médio - e o Curso de Verão, destinado a estudantes do ensino superior, que tem por finalidade a divulgação das ações de ensino, pesquisa, assistência e gestão desenvolvidas pelo Instituto. No ano de 2015 essas atividades envolveram, respectivamente, 400 estudantes da rede pública do ensino médio e 35 graduandos, matriculados em instituições públicas e privadas, distribuídas por todo território nacional.

O INCA também oferece curso de pós-graduação *lato sensu*, que visa o aprofundamento dos conhecimentos e habilidades técnicas em áreas específicas para profissionais nas áreas de: Medicina, Enfermagem, Farmácia, Física Médica, Fisioterapia, Nutrição, Odontologia,

Psicologia e Serviço Social. Buscando a formação em oncologia para o SUS. A Residência Médica é ministrada em 23 programas, totalizando 212 alunos ativos. São oferecidos ainda 15 Programas Opcionais de Residência Médica, totalizando 14 alunos, em 06 programas ativos. A Residência Multiprofissional conta, atualmente, com 7 áreas (Enfermagem, Fisioterapia, Odontologia, Psicologia, Serviço Social, Farmácia e Nutrição), totalizando 89 alunos. Há ainda o Programa de Residência em Física Médica com ênfase em imagem e ênfase em radioterapia, contando com 10 alunos ativos.

Na Área de Ensino Técnico o instituto oferta cursos de Educação Profissional Técnica de Nível Médio e Educação Profissional nas áreas de Radioterapia, Citopatologia, Enfermagem em Oncologia e Enfermagem em Instrumentação Cirúrgica, contando com 49 alunos ativos.

Para a capacitação de profissionais, o INCA disponibiliza ainda cursos de Aperfeiçoamento e Atualização.

No que se refere ao ensino *lato sensu* e técnico, em 2015 foram oferecidas 256 vagas, das quais foram preenchidas 210 (82,03%), nas diversas modalidades de cursos realizadas.

Quadro 5 - Quantitativo de alunos em Programas e Cursos do INCA em 2015

CURSOS/PROGRAMAS	No. DE ALUNOS ATIVOS E FORMADOS		
	TOTAL/CURSO	ATIVOS	FORMADOS
Residência Médica	273	212	61
Aperfeiçoamento Fellow	38	15	23
Residência Médica Ano (opcional)	27	14	13
Área de Ensino Multiprofissional (Residência)	145	99	46
Área de Ensino Técnico - Especialização, Formação e Qualificação	68	49	19
TOTAL	551	389	162

Fonte: COENS-2015

Em 2015 também foram oferecidos 11 cursos na modalidade EAD, alcançando um total de 850 participantes. Dentre os cursos oferecidos destaca-se a segunda edição do curso ABC do Câncer, atualizado em 2015 e oferecido aos profissionais da rede de atenção indicados pela Secretaria de Estado de Saúde do Rio de Janeiro – SES/RJ. Outros cursos vêm sendo atualizados, planejados e desenvolvidos no ambiente virtual de aprendizagem, com destaque para cursos nas áreas de Imunohistoquímica, Enfermagem em Oncologia e Capacitação em Tutoria a Distância.

Quadro 6 – Distribuição de alunos em cursos de capacitação do INCA, durante o ano de 2015

CURSOS DE CAPACITAÇÃO	TOTAL DE PARTICIPANTES
Programa de capacitação de preceptores	26
INCA de Portas Abertas para graduandos	68
Oficina de capacitação para preceptores da rede de atenção básica municipal	14
Estágio curricular opcional para discentes externos	184
Cursos a distância	858
TOTAL	1150

Fonte: COENS-2015

Coordenação e execução de pesquisas clínicas, epidemiológicas e experimentais em cancerologia

Internamente as atividades de Pesquisa são desenvolvidas tanto por pesquisadores alocados na Coordenação de Pesquisa (CPQ), que trabalham em prédio próprio de laboratórios (pesquisa básica-translacional), como por profissionais distribuídos nas unidades hospitalares (pesquisa clínica) e nos grupos de Pesquisa Populacional.

O INCA conta com 30 grupos de pesquisa cadastradas no CNPq, com enfoque em diferentes abordagens da história natural do câncer, desde a área básica-translacional até a área clínica e epidemiológica.

Como assessor técnico do Ministério da Saúde na *Política Nacional de Atenção Oncológica*, o INCA coordena várias redes de pesquisa em níveis nacional e latino-americano. Além da produção do conhecimento, há a perspectiva nessas redes de discussão e estabelecimento de padrões de diagnóstico molecular, tanto para câncer esporádico como para câncer familiar. Essas iniciativas devem ser discutidas com setores do Ministério da Saúde envolvidos com a incorporação de novas tecnologias ao Sistema de Saúde.

A seguir estão relacionadas às Redes de Pesquisa com forte atuação do INCA, com seus respectivos objetivos:

a) *RNPCC - Rede Nacional de Pesquisa Clínica em Câncer:*

- Desenhar, propor, implementar e acompanhar protocolos clínicos colaborativos entre as instituições de pesquisa;
- Certificar protocolos de pesquisa clínica;
- Capacitar recursos humanos;

- Qualificar a atenção oncológica, incentivando a definição e implantação de protocolos clínicos e diretrizes terapêuticas;
- Produzir, sistematizar e difundir conhecimentos voltados à melhoria da qualidade da atenção oncológica.

b) REDEFAC - Rede Nacional de Desenvolvimento de Fármacos:

- Promover o desenvolvimento científico e tecnológico de fármacos, medicamentos e produtos para diagnóstico em oncologia de forma a contribuir com a implementação de políticas públicas de controle do câncer;
- Articular projetos de desenvolvimento de fármacos, medicamentos e produtos para diagnóstico em oncologia com potencial translacional para atender às demandas da rede de atenção aos doentes de câncer, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS);
- Apoiar o desenvolvimento de novas tecnologias farmacêuticas prioritárias ao país;

c) Estabelecer uma plataforma técnica e administrativa que viabilize o uso clínico e a exploração comercial das novas tecnologias desenvolvidas. **RNCF: Rede Nacional de Câncer Familiar:** Criada por meio do Edital do CNPq/MCT N° 021/2006. O objetivo geral de criação desta rede foi o de fomentar a pesquisa em genética clínica através de apoio a projetos de pesquisa que contribuam para o avanço científico, geração de produtos e deem subsídios para a formulação, implantação e avaliação de ações públicas voltadas para a atenção em Genética Clínica no SUS. Consolidada em 2007, a RNCF (<http://cancerfamiliar.INCA.gov.br>) vem sendo coordenada pelo INCA desde então, e tem por objetivos específicos:

- Organizar cursos para profissionais do setor e gestores públicos, com vistas a divulgar a importância de diagnóstico precoce e métodos de intervenção para o Câncer Familiar;
- Discutir estratégias para a caracterização de núcleos de referência no país objetivando o diagnóstico de pacientes portadores de câncer familiar;
- Organizar um programa de formação em oncogenética.

d) **INCT - Rede Institutos de Ciência e Tecnologia em Controle do Câncer:** criada por meio do Edital MCT /CNPq/ FNDCT/ CAPES/ FAPEMIG/ FAPERJ/

FAPESP/INCTs nº 15/2008. O foco do edital foi promover a formação ou consolidação de Institutos Nacionais de Ciência e Tecnologia (INCT), que devem ocupar posição estratégica no Sistema Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação. O projeto recebeu financiamento a partir de 2009 e o INCA, como instituição-sede, coordena um conjunto de pesquisadores de diferentes instituições do país, como UERJ, UFRJ, Fiocruz, PUC-RS, UFPB, Museu Nacional, Unifesp e colaboradores internacionais como o IARC. O INCT para o Controle do Câncer tem como objetivos específicos:

- Implementação de Centros de Referência nas diferentes regiões do país, através dos Polos de Excelência em Ensino e Pesquisa do câncer nas regiões Norte (Pará), Nordeste (Pernambuco), Sul (Rio Grande do Sul) e Sudeste (Rio de Janeiro, São Paulo e Espírito Santo);
- Contribuir para a consolidação de redes de pesquisa que possam efetivamente contribuir para aumentar a produção do conhecimento em câncer, voltada para as prioridades do SUS;
- Fortalecer grupos de pesquisa emergentes para aumentar a produção científica e formação de recursos humanos em pesquisa do câncer;
- Estabelecer plataformas de diagnóstico molecular para o diagnóstico do câncer e implantá-las nos centros públicos de referência;
- Transferir para a Sociedade os conhecimentos básicos para atenção ao câncer, contribuindo para melhorar as ações de prevenção e detecção precoce estabelecidas pelo Ministério da Saúde;
- Inserir na formação do graduando da área da saúde conhecimento mais sistematizado sobre Oncologia Clínica e Molecular;
- Apoiar a capacitação da rede básica de saúde com informações que se traduzam em melhoria do diagnóstico precoce e da navegação do paciente oncológico no sistema público de saúde, permitindo otimização terapêutica.

e) Rede Cooperativa Internacional NCI-NIH / Países Latino-Americanos: Essa Rede foi criada em 2009, a partir de assinatura de Termo de Cooperação entre os Ministérios da Saúde do Brasil e dos Estados Unidos. O projeto cooperativo busca estudar o perfil molecular e epidemiológico de tumores. O estudo está em andamento com a

inclusão de mais de 212 pacientes, e envolve os Hospitais de Barretos, ICESP e A.C.Camargo, sob a coordenação do INCA.

Prestação de serviços médico-assistenciais aos portadores de neoplasias malignas e afecções correlatas.

Todas as atividades desenvolvidas no âmbito da gestão assistencial do Instituto estão voltadas para a consolidação e o fortalecimento da *Rede de Atenção à Saúde das Pessoas com Doenças Crônicas* nas esferas local, regional e nacional. As 5 unidades assistenciais do INCA oferecem serviços de confirmação de diagnóstico de câncer, estadiamento do câncer, tratamento, reabilitação e cuidados paliativos, com atendimento multiprofissional integrado, garantidos os suportes diagnóstico e terapêutico. Todas essas atividades estão ainda estreitamente vinculadas à formação de recursos humanos nas diversas especialidades oncológicas, ao desenvolvimento da pesquisa clínica e à divulgação científica.

As unidades assistenciais do INCA estão inseridas no SUS como referências para atendimento em oncologia. Dos pacientes atendidos no Instituto, 99% são oriundos do estado do Rio de Janeiro.

Quadro 7-Participação do INCA na Rede Assistencial do Estado

ANO	2014	2015
RIO DE JANEIRO	44%	40%
OUTROS MUNICÍPIOS (RJ)	32%	28%

Fonte: Intranet INCA

Também deve ser apontada a participação do INCA como consultor e receptor na Central Nacional de Regulação de Alta Complexidade, do Ministério da Saúde, que amplia a assistência de alta complexidade e de alto custo, organizando o fluxo e encaminhando os doentes que necessitam dessa assistência, por residirem em estados onde ela é insuficiente ou ainda inexistente.

Aspecto relevante por tratar do controle e organização do acesso, a implantação do processo regulatório para as matrículas no Instituto avançou em 2015, desenvolvendo-se em conformidade com a Portaria GM/MS nº 1.559, de 1º de agosto de 2008.

No que se refere à participação do INCA na rede assistencial do Rio de Janeiro, o quadro a seguir mostra o percentual de procedimentos realizados no Instituto, considerando o total de procedimentos no estado e no município do Rio de Janeiro (cirurgias oncológicas, quimioterapia e radioterapia – 2013 a 2015).

Quadro 8 - Evolução da participação do INCA na Rede Assistencial do Estado e Município

Ano de Referência	Estado			Município		
	2013	2014	2015	2013	2014	2015*
PROCEDIMENTOS DE CIRURGIAS ONCOLOGICAS	44%	40%	47%	54%	52%	50%
ATENDIMENTOS DE QUIMIOTERAPIA	32%	28%	24%	47%	43%	37%
ATENDIMENTOS DE RADIOTERAPIA	24%	28%	29%	42%	51%	51%

*Dados de 2015 acumulados referem-se à produção APROVADA pela SMS

Fonte: DATASUS

4.2 Formas e instrumentos de monitoramento da execução e dos resultados dos planos

O INCA faz o monitoramento e acompanhamento de seus resultados através do Sisplan (Sistema de Planejamento e Gestão), ferramenta que viabiliza transparência e participação na gestão de recursos de todo o investimento realizado no Instituto.

A utilização do sistema tem como premissas: a promoção do alinhamento estratégico, buscando maior convergência entre estratégia governamental e coerência interna, e o fortalecimento da capacidade de implementação de ações para alcance dos objetivos, missão e visão institucional. Com base nos norteadores estabelecidos pelo Conselho Deliberativo, a Direção define as prioridades para cada ciclo financeiro, direcionando os projetos e investimentos em materiais e equipamentos para o alcance dos objetivos estratégicos institucionais.

No ano de 2015 o principal aprimoramento introduzido à ferramenta, foi a otimização do fluxo de aquisição de materiais permanentes destinados à manutenção das atividades do Instituto.

No Sisplan os indicadores de desempenho, metas e resultados estão alocados por área, fornecendo subsídios para revisão e aprimoramento de estratégias adotadas na execução das atividades finalísticas do Instituto. As informações estão sistematizadas e disponíveis no painel de indicadores para toda a força de trabalho do Instituto, fortalecendo o modelo de gestão institucional participativa e compartilhada.

A periodicidade de avaliação dos resultados ao longo do ano varia de acordo com a natureza das metas, podendo ser, de acordo com a área, a cada 1, 2, 3, 4, 6 meses ou mesmo 1 ano. Os quadros a seguir apresentam o resultado dos indicadores pactuados para o ano de 2015.

Área	Indicador	Fórmula	Finalidade	Meta	Resultado	Varição
A S S I S T Ê N C I A	Consumo de morfina	Número total em mg de morfina administrada / Número de pacientes atendidos pelo serviço	Mensurar o consumo de morfina no tratamento da dor crônica de pacientes com câncer	236,67	108,5	-54%
	Percentual de cirurgias programadas não realizadas no CC	Número de cirurgias programadas não realizadas / Número de cirurgias programadas x 100	Avaliar a gestão do mapa cirúrgico	12,03%	13,9%	16%
	Quantidade de atendimentos de quimioterapia	Somatório dos atendimentos de quimioterapia	Acompanhamento da produção de quimioterapia	40.296	43.771	9%
	Quantidade de campos irradiados na radioterapia	Somatório dos campos irradiados	Acompanhamento da produção da radioterapia	202.800	248.836	23%
	Quantidade de cirurgias realizadas	Somatório das cirurgias realizadas	Acompanhamento da produção cirúrgica	7.680	7.315	-5%
	Quantidade de consultas médicas	Somatório das consultas médicas	Acompanhamento da produção ambulatorial	245.496	232.036	-5%
	Quantidade de internações	Somatório das internações	Acompanhamento da produção de internação hospitalar	14.136	14.386	2%
	Quantidade de matrículas novas	Somatório de novas matrículas	Acompanhamento da absorção de novos pacientes	8.520	8.332	-2%
	Quantidade de transplantes de medula óssea	Somatório* de transplantes de medula óssea * Considerar autólogos, aparentados e não-aparentados	Acompanhamento da produção total de transplantes de medula óssea	96	54	-44%
	Quantidade de visitas domiciliares	Somatório das visitas domiciliares	Acompanhar a realização de visitas domiciliares	12.000	12.601	5%
	Taxa de infecção hospitalar	Número de infecções hospitalares por serviço / Número de internações realizadas por serviço x 100	Acompanhamento da qualidade da assistência prestada	10,75%	4,1%	-61%
	Taxa de mortalidade hospitalar	Número de óbitos ocorridos em pacientes internados / Número de pacientes que tiveram saída do hospital x 100	Medir a mortalidade ocorrida durante a internação hospitalar *Padronização da nomenclatura no censo hospitalar de acordo com a Portaria 312	19,40%	16,6%	-15%
Taxa de ocupação hospitalar	Número de pacientes-dia / Número de leitos-dia x 100 * Considera-se para o cálculo dos leitos dia no denominador os leitos instalados e constantes do cadastro do hospital, incluindo os leitos bloqueados e excluindo os leitos extras	Padronização da nomenclatura no censo hospitalar de acordo com a Portaria 312	80%	75,7%	-5%	
Tempo médio de permanência	Total de pacientes-dia / Total de saídas	Relacionar o tempo médio e dias que os pacientes permanecem internados	9,20	7,61	-17%	

Área	Indicador	Fórmula	Finalidade	Meta	Resultado	Varição
E N S I N O E P E S Q U I S A	Percentual de requisitos em conformidade necessários a recertificação do INCA como Hospital de Ensino	Número de requisitos em conformidade / Número de requisitos exigidos x 100	Manter-se como um espaço de referência da atenção ao paciente oncológico para a formação de profissionais de saúde e desenvolvimento tecnológico	100%	100%	0%
	Percentual de Programas de residência e cursos de educação profissional de nível médio autorizados (credenciados/reconhecidos) ou em fase de autorização (credenciamento/reconhecimento) pelo MEC	Número de programas de residência e cursos de educação profissional de nível médio autorizados (credenciados/reconhecidos) ou em fase de autorização (credenciamento/reconhecimento) pelo MEC / Número de programas de residência e cursos de educação profissional de nível médio ofertados na instituição x 100.	Ser um centro de excelência na formação de profissionais de saúde para atuação na atenção ao paciente oncológico	100%	100,0%	0%
	Número de orientações em andamento, por pesquisador, no programa de bolsas do INCA	Número de orientações no programa de bolsas do INCA / N° de pesquisadores	Mensurar o número de orientações, por pesquisador, no programa de bolsas do INCA	3	1,6	-47%
	Percentual de pacientes atendidos em projetos de pesquisa clínica	(N° de pacientes incluídos em ensaios clínicos no ano corrente / n° total de pacientes atendidos) x 100	Avaliar a capacidade do INCA para realizar pesquisa clínica.	10%	1,5%	-85%
	Percentual de docentes permanentes do Programa de Pós-graduação Stricto Sensu do INCA, orientando (01) discente de mestrado ou doutorado	Número de docentes (permanentes) realizando orientação de no mínimo um discente de mestrado ou doutorado / Número de docentes (permanentes) credenciados no Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu do INCA x 100.	Manter o nível de excelência da Pós-graduação Stricto Sensu em Oncologia	100%	ND	
	Média de artigos publicados em revistas indexadas Qualis maior ou igual a B1(Capes/Medicina), por pesquisador	N° de artigos publicados em revistas indexadas Qualis maior ou igual a B1(Capes/Medicina) / N° de pesquisadores	Mensurar a produção científica dos pesquisadores	2	4,42	121%
	Número de alunos orientados, por pesquisador credenciado no Programa de Pós graduação stricto sensu do INCA	Somatório de alunos orientados por pesquisador credenciado na Pós graduação stricto sensu	Mensurar o número de alunos orientados na Pós graduação	3	3,8	27%
	Percentual de critérios em conformidade para permanência do Conceito 6 ou alcance do Conceito 7 na avaliação da Capes	Número de critérios em conformidade / Número de critérios exigidos pela CAPES x 100	Formar pesquisadores altamente qualificados para atividades de pesquisa e ensino em diferentes áreas da atenção oncológica, com conceito CAPES 6 ou 7 de Excelência, mantendo-se como o melhor Programa de Pós-Graduação em Oncologia do país (o único com o selo de excelência da CAPES)	100%	ND	AVALIAR

Área	Indicador	Fórmula	Finalidade	Meta	Resultado	Varição
P R E V E N Ç Ã O E	Percentual de Registros Hospitalares de Câncer (RHC) com base enviada para o IntegradorRHC	(n° de RHC em CACON em atividade operacional e base consolidada de dados com envio dessa base para o IntegradorRHC / n° total de CACON com RHC em atividade operacional) * 100 RHC implantados e em atividade operacional = equipe técnica (coordenador e registradores) executando coleta e armazenamento eletrônico dos dados; atendendo aos critérios de infra-estrutura estabelecidos pelo INCA, em manual técnico, sobre implantação de registros de câncer. Base de dados consolidada = banco de dados que estejam com a respectiva coleta de dados encerrada para no mínimo 01 ano calendário - submetido + verificação de inconsistências e pronto para publicação e divulgação.	Avaliar adesão e a utilização do IntegradorRHC	60%	97%	62%
	Percentual de Registros de Câncer de Base Populacional (RCBP) com informações consolidadas	% de RCBP, sob a gerência direta do INCA, com informações consolidadas (a partir do ano calendário de 1998) / N° total de RCBP em atividade operacional * 100 Definições: Informação consolidada = banco de dados que estejam com a respectiva coleta de dados encerrada para no mínimo 03 anos calendário - submetido + revisão criteriosa e, conseqüentemente, correção de incorreções e erros, pronto para publicação e divulgação. Sob a gerência direta do INCA = planejamento e apoio técnico-operacional do INCA.	Avaliar a produção de informações pelo RCBP	85%	86%	1%

4.3 Desempenho Orçamentário

4.3.1 Objetivos estabelecidos no PPA de responsabilidade da unidade e resultados alcançados

A execução orçamentária e financeira, assim como as metas do exercício referem-se às duas ações OFSS cujo resultado é da responsabilidade integral do INCA, identificadas na LOA 2015, onde também constam as respectivas dotações orçamentárias:

- 2015.8758.0033 - Aperfeiçoamento, Avaliação e Desenvolvimento de Ações e Serviços Especializados em Oncologia – INCA – No Estado do Rio de Janeiro;
- 2015.125H.0033- Implantação do Complexo Integrado do Instituto Nacional de Câncer – INCA – No Estado do Rio de Janeiro.

4.3.2 Execução física e financeira das ações da Lei Orçamentária Anual de responsabilidade da unidade

As ações orçamentárias de responsabilidade do Instituto são Aperfeiçoamento, Avaliação e Desenvolvimento de Ações e Serviços Especializados em Oncologia (código 8758) e Implantação do Complexo Integrado do Instituto Nacional de Câncer (código 125H).

A execução financeira com os recursos previstos na LOA da Ação 8758 foi de 100% e a meta física de execução foi de 99,26%.

Em relação à Ação 125H, a execução física alcançada foi 1,67%.

Estão ausentes deste subitem os conteúdos que tratam dos Programas Temáticos e Objetivos, por inaplicabilidade, de acordo com a Portaria TCU n.º 321/2015.

O INCA não foi responsável por subtítulos de outras ações, bem como por ação referente ao Orçamento de Investimento.

Todos os créditos orçamentários do INCA são recebidos por movimentação. Entretanto, o Instituto responde integralmente pelos resultados de duas Ações do Orçamento Fiscal e da Seguridade Social, vinculadas ao Programa 2015, que estão apresentadas a seguir:

Quadro 9 – Ações relacionadas ao programa temático do PPA de responsabilidades da UPC – Ação 8758

Identificação da Ação						
Código	8758				Tipo:	Atividade
Título	Aperfeiçoamento, Avaliação e Desenvolvimento de Ações e Serviços Especializados em Oncologia - INCA - No Estado do Rio de Janeiro					
Iniciativa	02PB: Aperfeiçoamento, avaliação e desenvolvimento de ações e serviços especializados em oncologia - INCA					
Objetivo	Garantir acesso da população a serviços de qualidade, com equidade e em tempo adequado ao atendimento das necessidades de saúde, aprimorando a política de atenção básica e a atenção especializada.	Código	0713			
Programa	Aperfeiçoamento do Sistema Único de Saúde (SUS)	Código	2015	Tipo:	Atividade	
Unidade Orçamentária	36901 - Fundo Nacional de Saúde					
Ação Prioritária	() Sim (x) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras					
Lei Orçamentária 2015						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2015	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
310.000.000,00	314.000.000,00	312.964.828,11	290.971.169,05	287.020.450,18	3.950.718,87	21.993.659,06
Execução Física						
Descrição da meta		Unidade de medida		Montante		
atendimento realizado		unidade		Previsto	Reprogramado	Realizado
				271.454	-	269.442
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1º janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta		Unidade de medida	Realizada
26.191.354,60	21.863.811,27	2.150.279,37	número de atendimentos realizados		unidade	*

*Não há medição da meta de atendimentos realizados com base em restos a pagar. Cabe destacar que o recurso orçamentário custeia todos os macroprocessos do Instituto, que não estão restritas ao número de atendimentos realizados na assistência, conforme descrito na Seção 3.0 (item 3.5) deste Relatório.

Fonte: Tesouro Gerencial - 2015

A meta prevista de 271.454 atendimentos considerava, conforme o PPA 2012-2015, dados sobre triagem especializada, consultas médicas, visitas domiciliares e internações. Foram realizados 269.442 atendimentos o que representa 99,26% do esperado. Ressalta-se que as consultas de triagem não são mais realizadas para seis clínicas que aderiram ao sistema de regulação. Dessa forma, os pacientes das clínicas de tórax, cabeça e pescoço, oncologia clínica, ginecologia, neurologia e urologia não são computados no atendimento de triagem. Cabe mais uma vez destacar que o INCA atendeu plenamente à decisão judicial de substituição de terceirizados por servidores mediante concurso público, o que certamente impactou nos atendimentos realizados, considerando a curva de aprendizagem necessária para o desenvolvimento pleno e qualificado das atividades.

Os *restos a pagar processados* no exercício de 2015, na ação 8758 somaram R\$3.950.718,87 processados, o que representa uma redução de 32% em relação a 2014 que foi de R\$5.852.768,95. Quanto aos *restos a pagar não processados* para o exercício de 2015 na ação 8758 somaram R\$21.993.659,06, o que representa uma redução de 16% em comparação com o valor de 2014 que foi de R\$26.191.354,60.

Quadro 10 – Ações relacionadas ao programa temático do PPA de responsabilidades da UPC – Ação 125H

Identificação da Ação							
Código	125H					Tipo:	Projeto
Título	Implantação do Complexo Integrado do Instituto Nacional de Câncer - INCA - No Estado do Rio de Janeiro						
Iniciativa	02PO - Implantação do complexo integrado do Instituto Nacional de Câncer - INCA						
Objetivo	Garantir acesso da população a serviços de qualidade, com equidade e em tempo adequado ao atendimento das necessidades de saúde, aprimorando a política de atenção básica e a atenção especializada.	Código	0713				
Programa	Aperfeiçoamento do Sistema Único de Saúde (SUS)	Código	2015	Tipo:	Projeto		
Unidade Orçamentária	36901 - Fundo Nacional de Saúde						
Ação Prioritária	() Sim (x) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras						
Lei Orçamentária 2015							
Execução Orçamentária e Financeira							
Dotação		Despesa				Restos a Pagar inscritos 2015	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados	
56.000.000,00	1.300.000,00	1.296.663,71	1.124.030,41	1.124.030,41	0,00	172.633,30	
Execução Física							
Descrição da meta		Unidade de medida		Montante			
				Previsto	Reprogramado	Realizado	
complexo implantado (%)		%		14%	0%	1,67%	
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores							
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas				
Valor em 1º janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta		Unidade de medida	Realizada	
89.276.438,76	16.962.736,82	72.182.661,80	complexo implantado (%)		%	*	
*Não há medição da meta de implantação do complexo integrado com base em restos a pagar.							

Fonte: Tesouro Gerencial - 2015

Com relação à programática 2015.125H.0033 a meta prevista para o período foi de 14% de implantação do complexo integrado do INCA. A meta física realizada, entretanto, foi de 1,67% devido à rescisão unilateral no mês de abril da empresa contratada. Considerando a magnitude da obra, a previsão de sua conclusão é de 3 a 4 anos, a partir da retomada das atividades, de acordo com o cronograma estabelecido.

4.3.3 Fatores intervenientes no desempenho orçamentário

Com relação à gestão orçamentária e financeira, houve um trabalho de aprimoramento dos processos internos que contribuiu para a melhoria da execução, com vistas a garantir as aquisições necessárias para manutenção da qualidade e a continuidade dos serviços prestados à população. O desenvolvimento de ações institucionais possibilitou maior

sinergia para aplicação eficiente dos recursos através da implantação de instrumentos de trabalho em parceria com todas as áreas do Instituto. Destaca-se o Plano de Uso que possibilitou o dimensionamento mensal dos recursos de acordo com a programação orçamentária e financeira através de informações qualificadas em parceria entre O Planejamento e a Administração acerca da provisão e distribuição do orçamento. A realização do I Fórum de Orçamento fortaleceu os conhecimentos sobre orçamento do INCA permitindo à força de trabalho ampliar sua participação no controle dos gastos através do relacionamento das informações do orçamento público com a melhoria no uso dos recursos para execução das atividades cotidianas. Estas ações tiveram uma abordagem dinâmica e sistemática ao longo do ano e, por isto, são propostas para os exercícios seguintes como forma contínua da melhoria na gestão orçamentária e financeira.

4.3.5 Informações sobre a execução das despesas

Quadro 11 - Despesas por Modalidade de Contratação

Unidade orçamentária:	Código UO:		Código UGO:	
Modalidade de Contratação	Despesa Liquidada		Despesa paga	
	2015	2014	2015	2014
1. Modalidade de Licitação (a+b+c+d+e+f+g)	240.492.828,01	239.414.080,87	238.854.825,68	223.726.130,19
a) Convite	0,00	0,00	0,00	0,00
b) Tomada de Preços	13.114,56	122.520,06	13.114,56	122.520,06
c) Concorrência	121.976,84	1.714.616,48	121.976,84	1.714.616,48
d) Pregão	240.357.736,61	237.576.944,33	238.719.734,28	221.888.993,65
e) Concurso	0,00	0,00	0,00	0,00
f) Consulta	0,00	0,00	0,00	0,00
g) Regime Diferenciado de Contratações Públicas	0,00	0,00	0,00	0,00
2. Contratações Diretas (h+i)	128.535.423,51	114.087.198,80	125.591.216,08	112.668.464,05
h) Dispensa	107.475.865,64	89.272.156,23	105.524.591,90	88.877.621,56
i) Inexigibilidade	21.059.557,87	24.815.042,57	20.066.624,18	23.790.842,49
3. Regime de Execução Especial	17.743,92	27.946,14	17.743,92	27.946,14
j) Suprimento de Fundos	17.743,92	27.946,14	17.743,92	27.946,14
4. Pagamento de Pessoal (k+l)	126.272,75	130.299,14	113.494,05	130.299,14
k) Pagamento em Folha	0,00	0,00	0,00	0,00
l) Diárias	126.272,75	130.299,14	113.494,05	130.299,14
5. Outros	9.779.561,60	8.381.673,94	9.779.561,60	8.381.673,94
6. Total (1+2+3+4+5)	378.951.829,79	362.041.198,89	374.356.841,33	344.934.513,46

Fonte: DOF/COAD - 2015

Quadro 12 - Despesas por Grupo ou Elemento de Despesa

DESPESAS CORRENTES								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
1. Pessoal	2015	2014	2015	2014	2015	2014	2015	2014
339008	136.385,45	134.300,34	136.385,45	134.300,34	0,00	0,00	136.385,45	134.300,34
2º elemento de despesa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3º elemento de despesa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais elementos do grupo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2. Juros e Encargos da Dívida								
1º elemento de despesa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2º elemento de despesa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3º elemento de despesa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais elementos do grupo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3. Outras Despesas Correntes								
339030	160.550.690,84	154.296.343,09	138.929.894,95	140.581.432,23	21.620.795,89	13.714.910,76	138.137.896,93	125.047.353,79
339037	71.318.618,46	65.212.193,53	71.195.370,72	62.487.796,92	123.247,74	2.724.396,61	70.806.858,27	62.282.087,92
339039	82.412.631,08	86.370.470,19	80.130.778,41	78.166.970,64	2.281.852,67	8.203.499,55	76.849.627,12	77.425.538,55
339034	51.087.245,68	53.488.871,60	50.688.252,42	53.048.509,61	398.993,26	440.361,99	50.688.252,42	53.048.509,61
Demais elementos do grupo	33.745.212,31	23.605.824,55	33.410.262,82	23.416.751,98	334.949,49	189.072,57	33.410.262,82	22.799.563,18
DESPESAS DE CAPITAL								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não Processados		Valores Pagos	
4. Investimentos	2015	2014	2015	2014	2015	2014	2015	2014
449051	1.296.663,71	27.415.000,00	1.124.030,41	0,00	172.633,30	27.415.000,00	1.124.030,41	0,00
449052	10.077.061,68	6.725.324,59	2.919.325,91	4.047.967,18	7.157.735,77	2.677.357,41	2.798.777,91	4.039.690,18
449039	404.750,00	935.170,75	404.750,00	27.170,75	0,00	908.000,00	404.750,00	27.170,75
Demais elementos do grupo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
5. Inversões Financeiras								
1º elemento de despesa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2º elemento de despesa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3º elemento de despesa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais elementos do grupo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
6. Amortização da Dívida								
1º elemento de despesa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2º elemento de despesa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3º elemento de despesa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais elementos do grupo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Fonte: DOF/COAD - 2015

- **Análise Crítica:**

As principais razões das alterações observadas com relação aos montantes realizados por modalidade de licitação foram: a não utilização da modalidade de concorrência e a pouca utilização da modalidade de pregão. Uma concentração significativa das contratações foi realizada via dispensa e inexigibilidade em virtude da impossibilidade de aguardar novos procedimentos licitatórios, nos casos itens desertos/frustrados em processo regulares para garantir a continuidade das atividades do Instituto e o atendimento dos pacientes.

Com relação a consumo, tivemos um aumento de 3 milhões em relação a 2014, referente a necessidade de contratação emergencial no início de 2015. O aumento foi gerado em função da virada do ano com estoque somente até janeiro, e a perda do saldo disponível em atas com vigência até o final de 2014. Além disso, houve variação do volume de recursos em função de repactuações de contratos e ajustes de quantitativos para atender a demanda institucional. Destacamos ainda que o aumento no grupo de despesas de Capital foi significativo no subgrupo 449052 devido as Emendas Parlamentares recebidas.

4.3.6 Suprimentos de fundos, contas bancárias tipo B e cartões de pagamento do governo federal

Quadro 13- Concessão de Suprimento de Fundos

Exercício Financeiro	Unidade Gestora (UG) do SIAFI		Meio de Concessão				Valor do maior limite individual concedido
			Conta Tipo B		Cartão de Pagamento do Governo Federal		
	Código	Nome ou Sigla	Quantidade	Valor Total	Quantidade	Valor Total	
2015	250052	INST. NAC. DE CÂNCER	0	0,00	23	17.743,92	2.554,31
2014	250052	INST. NAC. DE CÂNCER	0	0,00	15	27.946,14	4.610,92

Fonte: Tesouro Gerencial

Quadro 14 - Utilização de Suprimento de Fundos

Exercício	Unidade Gestora (UG) do SIAFI		Conta Tipo B		Cartão de Pagamento do Governo Federal			Total (a+b)
					Saque		Fatura	
	Código	Nome ou Sigla	Quantidade	Valor Total	Quantidade	Valor dos Saques (a)	Valor das Faturas (b)	
2015					23	0,00	17.743,92	17.743,92
2014					15	0,00	27.946,14	27.946,14

Fonte: Tesouro Gerencial

Quadro 15 - Classificação dos Gastos com Suprimento de Fundos

Unidade Gestora (UG) do SIAFI		Classificação do Objeto Gasto			
Código	Nome ou Sigla	Elemento de Despesa		Subitem da Despesa	Total
250052	INST. NAC. DE CÂNCER	339030 – Material de Consumo	42	FERRAMENTAS	263,90
			19	MATERIAL DE ACONDICIONAMENTO E EMBALAGEM	962,43
			21	MATERIAL DE COPA E COZINHA	143,30
			16	MATERIAL DE EXPEDIENTE	3.939,87
			17	MATERIAL DE PROCESSAMENTO DE DADOS	944,92
			28	MATERIAL DE PROTEÇÃO E SEGURANÇA	690,00
			44	MATERIAL DE SINALIZAÇÃO VISUAL E OUTROS	730,00
			26	MATERIAL ELETRICO E ELETRONICO	1.505,36
			9	MATERIAL FARMACOLOGICO	1.977,52
			36	MATERIAL HOSPITALAR	1.525,02
			10	MATERIAL ODONTOLÓGICO	60,00
			29	MATERIAL P/ AUDIO, VIDEO E FOTO	576,00
			24	MATERIAL P/ MANUT. DE BENS IMOVEIS/INSTALACOES	1.693,90
			11	MATERIAL QUIMICO	684,00
			23	UNIFORMES, TECIDOS E AVIAMENTOS	254,70
			339039 – Outros Serviços de Terceiros – PJ	16	MANUTENÇÃO E CONSERV. DE BENS IMOVEIS
			59	SERVICOS DE AUDIO, VIDEO E FOTO	32,00
				TOTAL	17.743,92

Fonte: DOF/COAD - 2015

• Análise Crítica:

Os suprimentos de fundos foram liberados de forma criteriosa, fazendo-se análise quanto à urgência e aos valores do pedidos e tendo o cuidado de verificar antes das compras a existência do material em estoque no almoxarifado. Não houve ocorrência de irregularidades nas prestações de contas dos supridos, todos os documentos comprobatórios foram adequados à finalidade e à natureza da despesa da concessão. Houve redução de valor em relação ao exercício anterior apesar da quantidade ter aumentado.

4.4 Apresentação e análise de indicadores de desempenho

Não cabe ao INCA, como subordinado a SAS, apresentar instrumento de aferição. Os resultados de indicadores de desempenho referentes às atividades finalísticas institucionais estão apresentados nesta mesma seção, ítems 4.1.2 e 4.2.

5. GOVERNANÇA

5.1 Descrição das estruturas de governança

O INCA apresenta um modelo de gestão participativo e compartilhado, instituído pela Portaria MS/INCA nº 31, de 09 de fevereiro de 2004 e que se configura como um sistema gerencial colegiado, composto pelas seguintes instâncias: Conselho Deliberativo, Diretoria Executiva, Câmaras Técnico-Políticas, Conselho Consultivo.

Conselho Deliberativo (CD) é a instância máxima para tomada de decisões no Instituto, responsável por formular e examinar políticas; analisar e acompanhar os cenários internos e externos; definir linhas estratégicas de ação; aprovar e acompanhar o planejamento estratégico; deliberar sobre a política de desenvolvimento institucional; deliberar sobre a programação de atividades e a proposta orçamentária anual; aprovar os regimentos internos; deliberar sobre a política de pessoal; participar da elaboração da Política Nacional de Prevenção e Controle de Câncer.

Diretoria Executiva

À Diretoria Executiva compete executar as políticas e estratégias aprovadas pelo CD, elaborar ações referentes ao planejamento tático-operacional, acompanhar e avaliar o desempenho das unidades técnico-científicas, administrativas e de apoio aos programas desenvolvidos pelo INCA.

Câmaras Técnico-Políticas (CTP)

São instâncias de debate institucional e assessoramento ao Conselho Deliberativo no processo de avaliação e acompanhamento do planejamento anual. Sua composição é multidisciplinar, não hierarquizada, e aberta à participação de funcionários de diversos setores e convidados externos. O INCA conta com 4 CTP: 1) Atenção Oncológica; 2) Informação, Educação e Comunicação; 3) Incorporação Tecnológica; 4) Desenvolvimento Institucional.

Conselho Consultivo do INCA (ConsINCA)

O ConsINCA é formado por entidades de âmbito nacional, representativas de vários setores que contribuem para elaboração de normas relativas à estrutura e financiamento da atenção oncológica no país. Cabe ao ConsINCA pronunciar-se, sob demanda da Direção Geral, sobre a política de controle do câncer e o desenvolvimento dessas ações nas entidades públicas e privadas que integram o SUS.

A criação do ConsINCA é anterior à implantação do modelo de gestão participativa e compartilhada. A partir de sua reformulação, passou a contar com a participação dos usuários do SUS e ampliou a representação do Ministério da Saúde. Constitui-se de entidades de âmbito nacional, representantes de entidades técnico-científicas relacionadas à atenção ao câncer; prestadores de serviços ao SUS, gestores e usuários do SUS.

5.2 Atividades de correição e apuração de ilícitos administrativos

A Assessoria de Procedimentos Administrativo-Disciplinares (APADS) atua na prevenção, investigação preliminar, apuração de denúncias, formulação de Juízos de Admissibilidade para o Senhor Corregedor Geral do Ministério da Saúde no tocante à abertura ou não de PAD e/ou Sindicância, cabendo a este a decisão quanto à instauração ou não de sindicâncias acusatórias ou Procedimentos Administrativos Disciplinares.

A APADS auxilia também diversos servidores e gestores deste Instituto, prestando esclarecimentos sobre eventuais condutas próprias ou de terceiros, concernente a instruir previamente quanto à legalidade de seus respectivos atos, corroborando para que as ações individuais ou coletivas, operacionais ou de gestão, possam impactar positivamente o desempenho da Instituição. No âmbito do INCA, em 2015, não houve processos administrativos disciplinares que envolvessem questões gravosas ao Instituto.

Esta Assessoria Disciplinar mantém um diálogo profícuo com a Controladoria Geral da União (CGU), entre outros pontos, permitindo atuar de forma preventiva, e não apenas correccional, a exemplo de alguns membros da APADS estarem cadastrados como operadores/analísadores no Sistema Eletrônico de Prevenção de Conflito de Interesses – SeCI, coibindo assim supostas condutas irregulares de servidores deste Instituto entre o exercício em funções da área pública e privada.

Por meio de seus servidores e excepcionalmente com a colaboração de uma servidora externa, a APADS atuou (e vem atuando) em diversas comissões instauradas e delegadas pelo Senhor Corregedor Geral do Ministério da Saúde, investigando supostos fatos irregulares ocorridos neste Instituto e em outras instituições do Ministério da Saúde, conforme a deliberação do Corregedor.

Em 2015, os principais eventos apurados, alguns dos quais ainda em curso de investigação pela APADS, eram referentes à responsabilidade de servidores em processos licitatórios, às suspeitas de irregularidades em concurso realizado e aparente ilicitude em procedimento licitatório em instituições federais.

A sistemática de apuração de supostos ilícitos ocorridos dá-se de acordo com as instruções e orientações presentes no Manual de Procedimento Administrativo Disciplinar da Controladoria Geral do Ministério da Saúde, bem como as deliberações dadas pela Corregedoria Geral do MS, à qual a APADS está vinculada.

A condução das investigações ocorre em sigilo, preservando sempre a ampla defesa e o contraditório dos acusados. Os processos disciplinares e sindicantes encontram-se sempre à disposição dos respectivos acusados, bem como lhe são fornecidos gratuitamente cópias dos autos. Nos relatórios finais, as Comissões costumam apontar encaminhamentos para a melhoria dos processos envolvidos aos supostos fatos irregulares, evitando a reiteração de problemas, perscrutando o Princípio de Eficiência na Administração Pública.

Em 2015 a APADS atuou em 23 (vinte e três) Procedimentos Administrativos Disciplinares, sendo 17 (dezesete) referentes a instituições externas, conforme demanda da Corregedoria Geral do MS (Relatório de Demanda Especial nº 00190.010225/2011-45, da CGU) e outras; e 06 (seis) procedimentos relacionados ao Instituto. Além destes procedimentos Administrativos Disciplinares, a APADS atuou em 47 (quarenta e sete) Investigações Preliminares/Juízos de Admissibilidade, encaminhadas ou a serem encaminhadas, em caso das investigações ainda em curso, ao senhor Corregedor Geral do Ministério da Saúde.

Os procedimentos administrativos disciplinares e sindicantes são inseridos no Sistema de Gestão de Processos Disciplinares (CGUPAD), por um dos membros das respectivas comissões, em consonância com a Portaria CGU nº 1.043, de 24 de julho de 2007.

Quadro 16 - Procedimentos Administrativos Disciplinares – 2015

No. de Processo	Objeto	Local
25000.124615/2014-65	Const. 31 DE-CGU	HFA
25000.043294/2013-18	Const. 28-CGU	HFA
25000.117252/2015-92	Favorecimento próprio e de terceiros -	Fiocruz
25000.078086/2014-11	Pedido da CGU	NERJ
25410.000909/2011-28	Erros procedimentais	INCA
25000.078726/2011-40	Sobre Luiz César Albernaz Ayrosa, CGU, irregularidades licitatórias	Fiocruz
25000.069734/2015-29	Auditoria da CGU de 2008	HFB
33409.003738/2012-37	Irregularidades licitatórias	INC
33367.007778/2014-53	Sobre Rogério Telles de Freitas	HFSE
25000.109149/2015-79	Erros procedimentais, por Mary Jeannette López Achá - AT 364/2015 COPIP	HFSE
25000.219153/2012-00	Const. da CGU	HFB
25000.068060/2015-45	Cons 26, 27, 30 e 31 RDE-CGU	HFA
25000.068063/2015-89	Memo nº 69/2015 Gab/Correg	HFA
25000.068066/2015-12	Cons. 36,37, 38 e 39 RDE-CGU	HFL
25000.176882/2014-18	Sobre ANDREY JOSÉ DE OLIVEIRA MONTEIRO a pedido da CGU	INC
25001.053545/2014-43	Apuração de responsabilidade	HFA
25410.002722/2014-10	Abandono de cargo	INCA
25410.003764/2014-60	Abandono de cargo	INCA
25410.002538/2014-61	Acúmulo - Jaqueline Reis Mendes de Sá	INCA
25410.002842/2014-17	Acúmulo - Mônica Desiderio Penedo de Brito	INCA
25410.002924/2014-53	Abandono de cargo - AT 240/2015 COPIP	INCA
25001.053545/2014-43	Irregularidades - pagamento indevido à Gemafe	HFA
25000.102563/2015-57	Irregularidades administrativas e abandono de cargo	HFA

Fonte: APADS/COGEP -2015

5.3 Gestão de riscos e controles internos

O Instituto Nacional de Câncer desde sua criação, sempre procurou estabelecer praticas de excelência para seus processos administrativos e assistenciais, e a partir de 2007 desenvolveu junto a Joint Commission International - JCI, operadora internacional de Acreditação Hospitalar, processos de certificação de conformidade, que entre seus diversos pré-requisitos, define que a instituição deva atender a padrões de gestão de excelência, tanto assistenciais, como em seus processos de gestão administrativa.

A obtenção do Certificado de Acreditação Internacional da JCI está condicionada a demonstração que tais práticas são executadas na instituição de maneira cotidiana, sendo alvo de avaliações periódicas através de indicadores de desempenho. A instituição deve ainda demonstrar que está em conformidade com leis e regulamentos locais, e que atende normativas relacionadas a processos assistenciais e administrativos, definidos por órgãos de controle governamental, tais como a Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA e TCU.

O INCA conta ainda com um Serviço de Auditoria Interna que, ligado a Direção Geral, desenvolve ações de verificação e avaliação de procedimentos, em escopo específico, visando minimizar a probabilidade de fraudes, erros e práticas ineficazes de gestão. O Serviço tem também como objetivo comprovar a legalidade e legitimidade dos atos do Instituto, examinando seus resultados nos aspectos de economicidade, eficácia e eficiência da gestão orçamentária, financeira, patrimonial, de pessoal e demais sistemas administrativos operacionais.

Quadro 17 – Avaliação do Sistema de Controles Internos da UJ

ELEMENTOS DO SISTEMA DE CONTROLES INTERNOS A SEREM AVALIADOS	VALORES				
	1	2	3	4	5
Ambiente de Controle					
1. A alta administração percebe os controles internos como essenciais à consecução dos objetivos da unidade e dão suporte adequado ao seu funcionamento.					X
2. Os mecanismos gerais de controle instituídos pela UJ são percebidos por todos os servidores e funcionários nos diversos níveis da estrutura da unidade.			X		
3. A comunicação dentro da UJ é adequada e eficiente.			X		
4. Existe código formalizado de ética ou de conduta.			X		
5. Os procedimentos e as instruções operacionais são padronizados e estão postos em documentos formais.			X		
6. Há mecanismos que garantem ou incentivam a participação dos funcionários e servidores dos diversos níveis da estrutura da UJ na elaboração dos procedimentos, das instruções operacionais ou código de ética ou conduta.			X		
7. As delegações de autoridade e competência são acompanhadas de definições claras das responsabilidades.			X		
8. Existe adequada segregação de funções nos processos e atividades da competência da UJ.					X
9. Os controles internos adotados contribuem para a consecução dos resultados planejados pela UJ.				X	
Avaliação de Risco					
10. Os objetivos e metas da unidade jurisdicionada estão formalizados.					X
11. Há clara identificação dos processos críticos para a consecução dos objetivos e metas da unidade.					X
12. É prática da unidade o diagnóstico dos riscos (de origem interna ou externa) envolvidos nos seus processos estratégicos, bem como a identificação da probabilidade de ocorrência desses riscos e a consequente adoção de medidas para mitigá-los.				X	
13. É prática da unidade a definição de níveis de riscos operacionais, de informações e de conformidade que podem ser assumidos pelos diversos níveis da gestão.				X	
14. A avaliação de riscos é feita de forma contínua, de modo a identificar mudanças no perfil de risco da UJ ocasionadas por transformações nos ambientes interno e externo.				X	
15. Os riscos identificados são mensurados e classificados de modo a serem tratados em uma escala de prioridades e a gerar informações úteis à tomada de decisão.				X	
16. Não há ocorrência de fraudes e perdas que sejam decorrentes de fragilidades nos processos internos da unidade.				X	
17. Na ocorrência de fraudes e desvios, é prática da unidade instaurar sindicância para apurar responsabilidades e exigir eventuais ressarcimentos.					X
18. Há norma ou regulamento para as atividades de guarda, estoque e inventário de bens e valores de responsabilidade da unidade.					X
Procedimentos de Controle					
19. Existem políticas e ações, de natureza preventiva ou de detecção, para diminuir os riscos e alcançar os objetivos da UJ, claramente estabelecidas.				X	
20. As atividades de controle adotadas pela UJ são apropriadas e funcionam consistentemente de acordo com um plano de longo prazo.				X	
21. As atividades de controle adotadas pela UJ possuem custo apropriado ao nível de benefícios que possam derivar de sua aplicação.				X	
22. As atividades de controle adotadas pela UJ são abrangentes e razoáveis e estão diretamente relacionadas com os objetivos de controle.				X	
Informação e Comunicação					
23. A informação relevante para UJ é devidamente identificada, documentada, armazenada e comunicada tempestivamente às pessoas adequadas.				X	
24. As informações consideradas relevantes pela UJ são dotadas de qualidade suficiente para permitir ao gestor tomar as decisões apropriadas.				X	
25. A informação disponível para as unidades internas e pessoas da UJ é apropriada, tempestiva, atual, precisa e acessível.				X	
26. A Informação divulgada internamente atende às expectativas dos diversos grupos e indivíduos da UJ, contribuindo para a execução das responsabilidades de forma eficaz.			X		
27. A comunicação das informações perpassa todos os níveis hierárquicos da UJ, em todas as direções, por todos os seus componentes e por toda a sua estrutura.				X	
Monitoramento					
28. O sistema de controle interno da UJ é constantemente monitorado para avaliar sua validade e qualidade ao longo do tempo.				X	
29. O sistema de controle interno da UJ tem sido considerado adequado e efetivo pelas avaliações sofridas.				X	
30. O sistema de controle interno da UJ tem contribuído para a melhoria de seu desempenho.				X	

Análise crítica e comentários relevantes: A metodologia utilizada para o preenchimento do quadro foi a avaliação comparativa com o exercício anterior. Destacamos ainda que itens como "Monitoramento - Elementos 28, 29, e 30" tiveram sua pontuação aumentada, pois foram aprimorados de maneira significativa. Esta percepção se dá também pelo recebimento do Certificado de Regularidade de Contas da CGU - Certificado N. 201503573, que aprovou as contas e atos de gestão da unidade no período 01/01/2014 a 31/12/2014.

5.4 Informações sobre a empresa de auditoria independente contratada

O Instituto Nacional de Câncer não adota a prática de contratação de Auditoria Externa Independente em função de ter, como auditores externos, os órgãos de controle do governo federal, o Tribunal de Contas da União e a Controladoria Geral da União.

6. RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE

6.1 Canais de acesso do cidadão

O INCA possui canais de comunicação destinados a esclarecer dúvidas do cidadão, atender demandas, receber reclamações, agradecimentos, sugestões e elogios. Os principais canais são o “*Fale Conosco*”, presente no Portal do INCA, destinado ao público em geral, e a *Ouvidoria-Geral*, que tem como público-alvo os usuários do Instituto (pacientes, familiares, funcionários).

O Portal do INCA traz informações sobre câncer e sobre as áreas de atuação do Instituto (ensino, pesquisa, prevenção, vigilância e assistência). A seção “Acesso à Informação” reúne informações úteis à sociedade sobre as atividades do Instituto e aquelas que contribuem para a transparência da gestão, como dados institucionais, informações sobre ações e programas e perguntas frequentes. Também disponibiliza o link de acesso direto ao Serviço de Informação ao Cidadão (SIC). Em 2015, o Portal INCA teve 11.500.000 acessos.

O Fale Conosco é o canal de comunicação oficial para esclarecimento de dúvidas gerais sobre a atuação da instituição. É administrado pela Divisão de Comunicação Social e funciona como elo entre o Instituto e o cidadão. É importante ressaltar que o Fale Conosco não presta atendimento clínico pela Internet nem substitui a consulta médica. Para dúvidas específicas sobre diagnóstico e tratamento de câncer, o cidadão é orientado a procurar um médico de sua confiança ou a unidade básica de saúde mais próxima.

Quadro 18- Número de contatos estabelecidos com INCA através do canal “Fale Conosco”

CANAL DE ACESSO - FALE CONOSCO (INCA): CONTATOS EM 2015	
TOTAL DE MENSAGENS RECEBIDAS	8.212
MENSAGENS RESPONDIDAS	4.706
MENSAGENS NÃO RESPONDIDAS*	3.314
<i>Spam</i> e propagandas	1796
Mensagens repetidas	800
Quarentena	338
Respostas que voltaram (email incorreto)	186
Agradecimento pós resposta	194

Fonte: DCS/DG/INCA - 2015

Em 2015, o Fale Conosco recebeu 8.345 mensagens, sendo 4.839 respondidos por meio do canal. As 3.605 mensagens não respondidas incluem propagandas, avisos do sistema, textos repetidos, respostas devolvidas devido a e-mail incorreto, agradecimentos após resposta enviada pelo Fale Conosco, entre outras.

Quadro 19 - Principais temas de questionamento veiculados pelo “Fale Conosco”

CANAL DE ACESSO "FALE CONOSCO"	
PRINCIPAIS TEMAS DAS MENSAGENS RESPONDIDAS	No. de mensagens
Tratamento no INCA	380
Transplante/Doação de Medula Óssea	1285
Doação de Sangue	153
Trabalho Voluntário	223
Educação (cursos, bolsas, eventos técnico-científico)	474
Publicações e Materiais Editados pelo INCA	209
Apoio a pacientes e Familiares	154
Tabagismo	86
Esclarecimentos sobre informações encontradas no portal	271
<i>Outros temas</i> (doação de cabelo, sangue de cordão umbilical, solicitação de visitas, estágios)	1471

Fonte: DCS/DG/INCA, 2015

Outro importante canal de comunicação é a Ouvidoria-Geral. Esse meio de comunicação recebe, analisa e encaminha as manifestações de pacientes e seus cuidadores à Direção-Geral, à direção das unidades hospitalares e às coordenações do INCA, que dão encaminhamento e acompanham a solução das demandas, promovendo-se assim a gestão participativa e compartilhada. Dessa forma, a Ouvidoria-Geral funciona também como ferramenta de gestão.

Atua prestando atendimento presencial, por telefone, Internet, carta e fax. Acompanha as solicitações do cidadão até sua solução. Também aponta as principais deficiências ou irregularidades, na ótica dos cidadãos, acompanha as providências adotadas, cobra soluções e mantém o cidadão informado. A Ouvidoria-Geral do INCA dá ciência dos elogios e agradecimentos aos profissionais citados, suas chefias e a Direção da Unidade Hospitalar através das demandas encaminhadas pelo sistema interno da própria ouvidoria aos referidos setores.

6.2 Carta de Serviços ao Cidadão

A fim de informar o cidadão sobre o INCA, os serviços prestados e as formas de acesso, o Instituto disponibiliza em seu Portal na internet a *Carta de Serviços ao Cidadão*, em conformidade com o Decreto nº 6.932/2009. O documento pode ser acessado na seção *Links Diretos do Portal*, localizado na página principal.



6.3 Aferição do grau de satisfação dos cidadãos-usuários

Desde 2008, por determinação da Direção-Geral, objetivando atender aos padrões de acreditação hospitalar da *Joint Commission International*, o INCA realizava anualmente uma pesquisa de satisfação com os usuários do instituto, em todas as suas unidades assistenciais.

As pesquisas eram realizadas pelo IME/UERJ. Nos anos de 2013, 2014 e 2015 não foram realizadas pesquisas de satisfação. Houve um impedimento para a contratação, devido ao valor apresentado. Procuramos estabelecer um convênio com a UERJ para a execução de atividades de pesquisa no INCA, o que não se realizou. O Instituto busca alternativas para a realização da avaliação em 2016.

Foi também planejado, para o ano de 2015, a realização de novas pesquisas de opinião sobre produtos e ações da Divisão de Comunicação Social do INCA, sendo esperados resultados consistentes sobre a visão que a sociedade tem a respeito do Instituto e apontamentos das necessidades de aprimoramento. Todavia, devido a restrições orçamentárias, a pesquisa ainda não pode ser feita.

Diante das limitações administrativas descritas, o mecanismo para medir a satisfação dos produtos e serviços em 2015 esteve concentrado no que é repassado a Ouvidoria-Geral do INCA.

Quadro 20 – Número de atendimentos prestados pela Ouvidoria do INCA

OUVIDORIA GERAL	
ATENDIMENTO	QUANTIDADE
QUEIXAS	1596
DENUNCIAS	65
ELOGIOS	109
INFORMAÇÕES	441
ORIENTAÇÕES	221
PEDIDOS	353
SUGESTÕES	35
TOTAL	2820

Fonte: Ouvidoria Geral do INCA - 2015

Diante dessas circunstâncias e buscando melhorias para o Instituto, consideramos a possibilidade de trabalharmos com mecanismos de medição quantitativa e qualitativa, em 2016.

6.4 Mecanismos de transparência das informações relevantes sobre a atuação da unidade

Informamos abaixo os links de acesso às informações de maior utilidade para usuários e cidadãos em geral, no que se refere ao funcionamento do INCA:

- Portal INCA: www.inca.gov.br.
- Acesso à informação: (<http://www2.inca.gov.br/wps/wcm/connect/acessoainformacao/site/home/>)
- Ouvidoria: [INCA - Sobre o Instituto - Ouvidoria Geral](#)
- Carta de Serviços ao Cidadão: O documento pode ser acessado na página inicial do Portal INCA (seção “*Links Diretos*”) ou pela página “*Atendimento no INCA*” (<http://www2.inca.gov.br/wps/wcm/connect/cancer/site/tratamento/atendimento>).

A **Ouvidoria-Geral** também pode ser acessada presencialmente, por telefone ou e-mail:

- Praça Cruz Vermelha 23, 4º andar, Ala D, Centro, Rio de Janeiro-RJ, CEP 20230-130.
- Correio eletrônico: ouvidoria.geral@inca.gov.br
- Telefones: (21) 3207-1399 / 3207-1276 / 3207-1420

6.5 Medidas para garantir a acessibilidade aos produtos, serviços e instalações

O INCA vem buscando melhorias nos acessos às suas unidades, através da regularização de calçadas e rampas, assim como adequação dos equipamentos de transporte verticais.

No que tange às ações para melhoria da acessibilidade aos edifícios do Inca, informamos que durante o exercício de 2015, foram executadas revitalização de elevadores, implantação e substituição de fitas antiderrapantes nos pisos dos degraus das escadas. Além disso, destacamos a manutenção constante de corrimãos de escadas e rampas que dão acesso aos edifícios. Aponta-se também, a demarcação de fluxo de filas de acesso aos elevadores por meio de fitas adesivas implantadas no piso, de forma a orientar o fluxo de pessoas e evitar acidentes. No caso específico do Hospital do Câncer I situado à Praça da Cruz Vermelha, 23 – Centro – Rio de Janeiro, foram realizadas intervenções na calçada em frente à portaria principal com vistas a eliminar risco de quedas de transeuntes.

7. DESEMPENHO FINANCEIRO E INFORMAÇÕES CONTÁBEIS

7.1 Tratamento contábil da depreciação, da amortização e da exaustão de itens do patrimônio e avaliação e mensuração de ativos e passivos

Quadro 21 - Tratamento Contábil de Bens Móveis

GRUPO CONTÁBIL	SALDO ANTERIOR	ORÇAMENTÁRIO	ENTRADA		SAÍDA		SALDO
			EXTRAORÇAMENTÁRIO	AVALIAÇÃO	BAIXA	DEPRECIÇÃO	
04- APARELHOS DE MEDIÇÃO E ORIENTAÇÃO	878.140,21	15.000,00		9.172,11	0,00	0,00	902.312,32
06- APARELHOS E EQUIP. DE COMUNICAÇÃO	503.649,20	0,00		845,65	0,00	0,00	504.494,85
08- APAR. EQUIP. E UTENS. MED. ODONT. LABOR. E HOSP	148.643.930,73	3.143.338,19		567.638,10	80.508,33	10.112.604,84	141.973.241,76
10- APAR. EQUIP. P/ ESPORTES E DIVERSÕES	636,09	0,00		0,00	0,00	0,00	636,09
12- APAR. E UTENSÍLIOS DOMÉSTICOS	1.663.818,50	127.619,20		4.924,94	0,00	0,00	1.796.362,64
18- COLEÇÕES E MATERIAIS BIBLIOGRÁFICOS	13.554,39	0,00		0,00	0,00	0,00	13.554,39
24- EQUIP. DE PROTEÇÃO, SEGURANÇA E SOCORRO	28.376,57	0,00		0,00	0,00	0,00	28.376,57
26- INSTRUMENTOS MÚSICAIS E ARTÍSTICOS	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00	0,00
28- MAQ. E EQUIP. DE NATUREZA INDUSTRIAL	1.272.564,65	1.703,60		0,00	0,00	0,00	1.274.268,25
30- MAQ. E EQUIP. ENERGÉTICO	1.764.740,98	0,00		30.672,44	4.096,51	18.544,38	1.780.965,55
32- MAQ. E EQUIP. GRÁFICOS	20.047,91	0,00		0,00	0,00	0,00	20.047,91
33- EQUIP. P/ ÁUDIO, VÍDEO E FOTO	1.399.842,51	0,00		22.864,37	0,00	0,00	1.422.706,88
34- MAQ. UTENS. E EQUIP. DIVERSOS	665.927,52	0,00		779,00	413,73	3.093,38	663.322,11
35- EQUIP. DE PROCESSAMENTO DE DADOS	12.243.952,19	915.350,00		136.807,74	0,00	0,00	13.296.109,93
36- MAQ. INSTALAÇÕES E UTENS. DE ESCRITÓRIO	23.726,99	0,00		600,00	0,00	0,00	24.326,99
38- MAQ. FERRAMENTAS E UTENS. DE OFICINA	40.986,25	0,00		89,99	0,00	0,00	41.076,24
39- EQUIP. HIDRÁULICOS E ELÉTRICOS	620.767,13	0,00		0,00	0,00	0,00	620.767,13
42- MOBILIÁRIO EM GERAL	7.445.941,66	0,00		2.905,24	457,96	3.560,40	7.445.744,46
44- OBRAS DE ARTES E PEÇAS PARA EXPOSIÇÃO	4.600,01	0,00		0,00	0,00	0,00	4.600,01
48- VEÍCULOS DIVERSOS	674.483,34	0,00		0,00	0,00	0,00	674.483,34
51- PEÇAS NÃO INCORPORÁVEIS A IMÓVEIS	90.574,49	0,00		0,00	0,00	0,00	90.574,49
52- VEÍCULOS DE TRACÇÃO MECÂNICA	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00	0,00
84- ESTOQUE EM ARMAZENS DE TERCEIROS	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00	0,00
87- MATERIAL DE USO DURADOURO	31.752,59	0,00		0,00	0,00	0,00	31.752,59
92-01- ESTOQUE INTERNO	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00	0,00
92-02- ESTOQUE DE DISTRIBUIÇÃO	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00	0,00
93- BENS EM PODER DE OUTRAS UNIDADES E TERCEIROS	33.184.818,66	0,00		0,00	0,00	2.605.692,28	30.576.719,78
	R\$ 211.216.832,57	4.203.010,99		777.299,58	85.476,53	12.721.390,50	203.186.444,28

Fonte: SEPAT/COAD - 2015

7.2 Sistemática de apuração de custos no âmbito da unidade

O INCA vem se estruturando para gerenciamento dos custos através da utilização do ApuraSUS, aplicativo desenvolvido DESID/SE/MS para gestão dinâmica de custos.

A proposta é de que, a partir da utilização da base do ApuraSUS sejam gerados: relatórios por centro de custos, custo da unidade assistencial e custo por paciente atendido nessas unidades. Os relatórios estarão disponíveis para cada gerente de centro de custos e a evolução dos custos, assim como a formação do custo padrão de cada unidade de produção serão acompanhadas pela DIPLAN.

Durante o ano de 2015 mantivemos o processo de sensibilização institucional, para uso do aplicativo, através de palestras sobre Gestão de Custos nas unidades assistenciais do INCA e suas coordenações (COAS, COAD, COGEP, CONPREV, CPQ e COENS). Entretanto, a prospecção nas Unidades foi interrompida, em função de mudanças na gestão do instituto, e

a chegada de novos funcionários. A relevância e especificidade do tema, e seu desconhecimento por parte dos profissionais de saúde exigem procedimentos sistemáticos de implantação, a fim de garantir a sustentabilidade do processo.

Apesar do retardo, mantemos a expectativa de que a configuração das unidades do Instituto no ApuraSUS ocorra a partir do quarto trimestre de 2016, com início da geração de relatórios a partir de Janeiro de 2017, com a ressalva de que os primeiros relatórios gerados poderão ainda não refletir a realidade de custos do Instituto, levando em consideração a complexidade de sua estrutura.

7.3 Demonstrações contábeis exigidas pela Lei 4320/64 e notas explicativas

Os demonstrativos contábeis constantes do SIAFI (Balanços Orçamentários, Financeiro e Patrimonial e as Demonstrações das Variações Patrimoniais, do Fluxo de Caixa e do resultado Econômico) regidos pela lei 4320/64, refletem adequadamente a situação orçamentária, financeira e patrimonial do INCA, exceto, no tocante a: falta ou inconsistência do contrato referente aos pagamentos realizados a título de indenização na forma do art. 59 da Lei 8666/93, conforme consta na declaração do contador em anexo.

No que diz respeito à conformidade contábil, ela é de responsabilidade da CCONT/FNS/MS, que acompanha mensalmente o fechamento das contas, emitindo as restrições e cobrando a solução das ocorrências (Anexo I)

Durante o exercício de 2015 recebemos 11 (onze) restrições referentes aos meses de fevereiro a dezembro. Informamos que tais restrições ocorreram em virtude da implantação do PCASP e da adequação de todas as rotinas contábeis. Todos os apontamentos foram regularizados.

8. ÁREAS ESPECIAIS DA GESTÃO

8.1 Gestão de Pessoas

8.1.1 Estrutura de pessoal da Unidade

Quadro 22- Força de Trabalho da UJ

Tipologias dos Cargos	Lotação		Ingressos no Exercício ^c	Egressos no Exercício
	Autorizada ^a	Efetiva ^b		
1. Servidores em Cargos Efetivos (1.1 + 1.2)	3904	3400	542	168
1.1. Membros de poder e agentes políticos	não há	0	0	
1.2. Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)	3904	3400	542	168
1.2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão	3904	3380		168
1.2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado	não há			
1.2.3. Servidores de carreira em exercício provisório	não há	5		
1.2.4. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas ^d		15		
2. Servidores com Contratos Temporários		10	0	17
3. Servidores sem Vínculo com a Administração Pública^e		254	0	
4. Total de Servidores (1+2+3)		3664	542	185

^aFoi considerado o relatório do SIAPE - GRCOLOTREA de Março de 2016. Além da carreira de Ciência e Tecnologia, o relatório considera os dados das demais carreiras com vagas no Instituto (Grupo Cargo 401,402,405,406,407,422,430)

^bFoi considerado o relatório do SIAPE GRCOSITCAR de Dezembro de 2015, com as Situações 01 e 08 para o item 1.2.4

^cApenas os servidores efetivos exonerados e aposentados. As situações 03 04 e 14 não foram consideradas

^d Consideramos para o item 1.2.4 os servidores da situação 08 - CEDIDO. Portanto, para o total de servidores ativos, temos as situações do SIAPE 01 E 08.

^eServidores "sem Vínculo com a Adm Pública" a situação do SIAPE 05 - SEM VÍNCULO - são os residentes (229) - e a situação 66 - ESTAGIÁRIOS (25)

Fonte: SIAPE dez 2015

Quadro23 - Distribuição da lotação efetiva

Tipologias dos Cargos	Lotação Efetiva	
	Área Meio	Área Fim
1. Servidores de Carreira (1.1)	640	2760
1.1. Servidores de Carreira (1.1.2+1.1.3+1.1.4+1.1.5)		
1.1.2. Servidores de carreira vinculada ao órgão		
1.1.3. Servidores de carreira em exercício descentralizado		
1.1.4. Servidores de carreira em exercício provisório		
1.1.5. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas		
2. Servidores com Contratos Temporários	0	10
3. Servidores sem Vínculo com a Administração Pública	25	229
4. Total de Servidores (1+2+3)	665	2999

Fonte: SIAPE dez/2015

Quadro 24 - Detalhamento da estrutura de cargos em comissões e funções gratificadas da UPC.

Tipologias dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Cargos em Comissão	84	79	25	28
1.1.Cargos Natureza Especial	não há	0	0	0
1.2.Grupo Direção e Assessoramento Superior	84	79	25	28
1.2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	84	79	24	25
1.2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentraliza	não há	0	0	0
1.2.3. Servidores de Outros Órgãos e Esferas	não há	0	1	2
1.2.4. Sem Vínculo	não há	0	0	1
1.2.5. Aposentados	não há	0		
2. Funções Gratificadas	44	39	10	11
2.1.Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	44	39	10	11
2.2.Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado	não há	0	0	0
2.3.Servidores de Outros órgãos e Esferas	não há	0	0	0
3. Total de Servidores em Cargo e em Função (1+2)	128	118	35	39
Fonte: DW SIAPE				

. Análise Crítica

Com base nos relatórios extraídos do SIAPE de Dezembro de 2015, observamos que a força de trabalho do INCA neste período era de 3400 servidores efetivos, além de 10 profissionais contratados através do Contrato Temporário da União (Lei nº 8.745/93) e 254 estudantes contratados para os programas de residência e estágio, totalizando 3664 profissionais.

O Instituto recebeu, em 2015, 542 novos servidores em substituição aos profissionais terceirizados que executam atividades não previstas no Decreto nº 2.271, de julho de 1997. Esta transição de forma segura foi respaldada pela Portaria Nº 568, de 16 de Julho de 2015, Diário Oficial da União de 17/07/2015, que condicionava o desligamento dos profissionais terceirizados ao ingresso de novos servidores, e pelo termo de conciliação, nos autos da Ação Civil Pública nº 0081000-60-2006-05-10-0017, que contemplou novo prazo para substituição de pessoal terceirizado no INCA, a saber:

- 518 contratos de prestação de serviços terceirizados até 31 de dezembro de 2015;
- 65 contratos de prestação de serviço terceirizados até 31 de agosto de 2016.

Quanto aos egressos, cumpre destacar que no exercício de 2015, aproximadamente 80% (134) se deu através e aposentadorias no exercício, os outros 20% foram decorrentes de exonerações e falecimentos.

Quadro 25 - Distribuição de aposentadorias por cargo em 2015

CARGOS	Número
Analista em Ciência e Tecnologia	2
Assistente em Ciência e Tecnologia	31
Auxiliar em Ciência e Tecnologia	1
Auxiliar Técnico	2
Médico	6
Pesquisador	2
Técnico	36
Técnico em Radiologia	1
Tecnologista	54
Total em 2015	135

Fonte: Relatório extraído do Sistema DATA WAREHOUSE em 16/03/2016, com as seguintes especificações: FILTROS: Cód UPAG; Mês 12/2015; Situação Vínculo, Ano, Aposentadoria ; Campos de Resposta: Nome Servidor, Cargo, Vínculo do Servidor, Ano aposentadoria. Métrica: Quantitativo de vínculo SPF.

Quanto aos profissionais com abono permanência, os quais poderiam impactar na força de trabalho, destacamos que em 2015 aproximadamente 355 servidores encontravam-se nesta situação, o que representava mais de 10% da força de trabalho ativa do INCA.

Ao analisarmos o quantitativo de profissionais distribuídos em atividades-fim e atividades-meio da Instituição, observamos que profissionais de áreas fins (Assistência, Pesquisa, Prevenção e Ensino) corresponderam a 81,1% (2760) dos profissionais de carreira. Os demais, cerca de 18,9% estavam alocados em atividades acessórias como, por exemplo, gestão de pessoas, administração e planejamento. Os estagiários do INCA, por outro lado, estão lotados apenas nas atividades-meio enquanto os residentes apenas nas atividades-fim. Ao longo de 2015, apenas três (03) dos 131 cargos de Direcionamento e Assessoramento Superior (DAS) e Funções Gratificadas (FG's) do INCA, foram ocupados por servidores não ocupantes de cargos efetivos de carreira da própria UJ ou do órgão supervisores da UJ. Em dezembro de 2015, entretanto, todos os cargos de DAS e FG já eram ocupados por

profissionais de carreira. O grande número de servidores efetivos nos cargos de gestão garante a continuidade do planejamento a longo prazo e, de certa maneira, representa um sistema de meritocracia, o que conseqüentemente contribui para o fortalecimento da Instituição.

8.1.2 Demonstrativo das despesas com pessoal

Quadro 26 - Despesas com pessoal

Tipologias/ Exercícios	Vencimentos e Vantagens Fixas	Despesas Variáveis						Despesas de Exercícios Anteriores	Decisões Judiciais	Total	
		Retribuições	Gratificações	Adicionais	Indenizações	Benefícios Assistenciais e Previdenciários	Demais Despesas Variáveis				
Membros de poder e agentes políticos											
Exercícios	2015	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
	2014	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Servidores de carreira vinculados ao órgão da unidade jurisdicionada											
Exercícios	2015	168.369.449,35	1.828.150,63	151.238.154,74	30.629.363,55	21.678.462,38	5.831.852,71	0,00	13.460,01	89.480,23	379.678.373,60
	2014	151.789.049,55	1.896.091,19	140.664.313,36	29.152.145,93	22.063.620,69	3.330.420,14	0,00	0,00	72.972,78	348.968.613,64
Servidores de carreira SEM VÍNCULO com o órgão da unidade jurisdicionada											
Exercícios	2015	0,00	65.316,03	8.147,63	2.907,03	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	76.370,69
	2014	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Servidores SEM VÍNCULO com a administração pública (exceto temporários)											
Exercícios	2015	8.161.600,41	0,00	0,00	362,42	28.265,60	0,00	0,00	0,00	0,00	8.190.228,43
	2014	7.282.753,80	125.156,15	10.429,65	3.725,76	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	7.422.065,36
Servidores cedidos com ônus											
Exercícios	2015	1.555.193,98	0,00	975.351,67	80.057,49	87.060,41	92.573,27	0,00	0,00	0,00	2.790.236,82
	2014	1.074.176,91	0,00	677.247,28	33.651,80	96.461,61	13.515,74	0,00	0,00	0,00	1.895.053,34
Servidores com contrato temporário											
Exercícios	2015	513.810,00	0,00	49.980,00	148.024,00	69.883,40	0,00	0,00	0,00	0,00	781.697,40
	2014	664.290,00	0,00	0,00	139.806,00	1.620,00	0,00	0,00	0,00	0,00	805.716,00

O levantamento dos dados foi feito no SIAPE(Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos) DATA WAREHOUSE. O Relatório contém as seguintes especificações: Campos resposta do relatório 1) CÓDIGO DA UPAG;2) CONTA CONTÁBIL;3) RUBRICA 4) MÊS; Filtrou: 1) CÓDIGO DA UPAG 2) ANO. Métrica-DESPESA SERVIDOR- VALOR CORRESPONDE A DESPESA DE PESSOAL DO ÓRGÃO COM OS SERVIDORES.

Fonte: RELATÓRIO EXTRAÍDO DO DATA WAREHOUSE-SIAPE em 09/03/2016 COM DESPESA DE PESSOAL DOS SERVIDORES. REFERENCIA: 2015.

8.1.3 Gestão de riscos relacionado ao pessoal

A complexidade das ações desenvolvidas pelo INCA nas áreas de assistência, ensino, pesquisa, prevenção e vigilância do câncer e gestão exigem mecanismos flexíveis, ágeis e legais que garantam um processo de permanente recomposição de sua força de trabalho, considerando a *expertise* exigida para o desempenho institucional no cumprimento de sua missão: **CONTROLE DO CANCER NO PAÍS**.

Neste contexto, a lotação de pessoal através do concurso público nem sempre atende ao processo de recomposição contínuo de admissão de pessoal no INCA. Por consequência temos um déficit de pessoal. O cenário atual na área de pessoal é preocupante. Além de ter de substituir força de trabalho altamente qualificada e experiente por novos servidores, a Instituição tem hoje o quadro mais deficitário dos últimos anos. O concurso solicitado em 2015 ao MPOG para 606 (seiscentos e seis) vagas, quadro gerado por vacâncias nos últimos 3 (três) anos, foi negado por não ter sido previsto no orçamento de 2016, sendo recomendada a inclusão para o orçamento de 2017.

A falta de pessoal determina uma sobrecarga de trabalho para os servidores, pondo em risco sua saúde, e a segurança de pacientes, quando na atuação em área assistencial. Além disso, limita o processo de capacitação de profissionais, uma vez que não existe a alternativa de liberação, o que compromete as ações para o desenvolvimento científico e tecnológico institucional.

Em função do cenário apresentado foram criados planos de gerenciamento de risco, com intuito de dirimir tanto quanto possível o impacto do que foi apresentado. Abaixo, um descritivo das ações executadas no ano de 2015.

- **PLANO DE AÇÃO PARA GARANTIR CAPITAL HUMANO NO PROCESSO DE SUBSTITUIÇÃO DE FORÇA DE TRABALHO**

Em julho de 2015 iniciou-se o processo de substituição de 583 (quinhentos e oitenta e três) profissionais altamente qualificados e experientes contratados no INCA através da FAF. A Coordenação de Gestão de Pessoas em parceria com as áreas de Planejamento Estratégico e Comunicação Social reformulou o *PROGRAMA BOAS VINDAS*.

Todos os servidores ingressantes do concurso, realizado conforme Edital nº04/2014, participaram do Programa de Boas Vindas no qual um conjunto de ações de recepção, acolhimento e integração foram desenvolvidas. Foram propostos encontros individuais, coletivos e visitas guiadas aos principais setores do INCA. O novo servidor teve acompanhamento sistemático institucional e setorial, através da criação das figuras de “padrinho” e “treinador técnico”. Em decorrência desse trabalho foi ofertada ao novo servidor a oportunidade de se integrar e socializar, enquanto se aproximava dos valores institucionais através de seus pares, de maneira a dar continuidade às atividades institucionais.

Quanto a alocação dos novos servidores, foi estabelecido um processo fundamentado em critérios técnicos, o que garantiu a substituição de perfis compatíveis com a experiência e qualificação de quem estava sendo substituído.

- PLANO DE AÇÃO PARA GARANTIR A FORÇA DE TRABALHO DOS PERFIS DO CONCURSO SEM CANDIDATOS APROVADOS

Após análise do resultado do concurso, trabalhamos junto a Coordenação Geral de Gestão de Pessoas do Ministério da Saúde ações que garantiram, junto aos órgãos de controle, a manutenção da força de trabalho até 31/08/2016 no quadro de perfis que não tiveram candidatos aprovados.

- IMPLEMENTAÇÃO DE ALTERNATIVAS PARA MELHORIA DO DESEMPENHO INSTITUCIONAL MEDIANTE DÉFICIT DE PESSOAL :

Concomitantemente ao processo de captação de novos servidores através de concurso público realizamos outras ações que dão suporte a manutenção de nossa força de trabalho

- ✓ **Recrutamento Interno** – É utilizado para o preenchimento das vagas disponíveis, através da participação de servidores, dentro do que é permitido pela legislação pública, e **de funcionários** terceirizados em conformidade com a legislação, proporcionando melhor adequação funcional e desenvolvimento profissional;

- ✓ **Remanejamento Interno** - visa a redistribuição entre áreas de maior criticidade mediante a realocação de servidores por meio de um acordo entre as chefias envolvidas (de origem e destino) e o servidor, com a autorização da Direção/Coordenação das unidades envolvidas, com ou sem a intermediação da **área de gestão de pessoas** para identificação de uma melhor adequação para o servidor e a **necessidade institucional**

- ✓ Revisão de processos, automação de rotinas e procedimentos em alinhamento com o cenário restritivo de admissão de novos servidores na ausência de concurso público e sem outros meios de alocação de pessoal.

- ✓ Estimulo a manutenção de servidores em abono permanência como forma de reduzir o déficit de pessoal, mas principalmente, como meio de garantir o capital humano necessário a suprir as lacunas de competências geradas em processos de ampla substituição de servidores visando mitigar os riscos na qualidade dos serviços prestados a população.

- **PROCESSOS DE DESENVOLVIMENTO DE PESSOAS**

A gestão da Capacitação/Plano de Educação no INCA teve como base legal o Decreto 5707/06 e as Portarias MS 278/14 e 1328/2015.

A participação dos servidores em ações de educação priorizou a aprendizagem no trabalho, as ações de desenvolvimento passíveis de realização em turmas fechadas, envolvendo coletivos de trabalhadores, ou, ainda, mediante a participação de servidores que atuam como instrutores ou facilitadores do processo de aprendizagem e difusão do conhecimento.

O PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO GERENCIAL contemplando todos os níveis gerenciais (lideranças) visando a capacitação do gestor para o exercício do cargo e promover a reflexão quanto a seu papel de gestor de pessoas contemplou 80 (oitenta) gestores nos diferentes escalões e foi fundamental para a gestão de riscos decorrentes da falta de pessoal mediante a capacitação e o comprometimento para a busca de meios para

otimizar e motivar o desempenho das pessoas e assegurar a utilização eficiente de recursos.

O PROCESSO DE GESTÃO DO DESEMPENHO POR COMPETÊNCIA o Sistema de Gestão de Avaliação de Desempenho já implantado no INCA desde 2001, integra o modelo de gestão do INCA. Este processo é primordial para implantar a cultura orientada para resultados – avaliar a capacidade institucional de manter uma força de trabalho de alta performance por meio da utilização de sistemas de gestão do desempenho que, efetivamente, diferenciem altos de baixos níveis de desempenho, vinculando-os às metas e aos resultados planejados e pactuados entre servidores e gestores.

- **AÇÕES PARA A MELHORIA DE PROCESSOS NA ÁREA DE ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL**

Através desta ação podemos organizar e assegurar o cumprimento do princípio da legalidade, de forma que os direitos e vantagens concedidos por ela aos servidores estejam em conformidade com a legislação aplicável à área de pessoal. Ampliou-se o senso de transparência, responsabilidade e a capacidade de responsabilização pela gestão de pessoas e os servidores suas demandas atendidas com mais eficiência e eficácia contribuindo para melhoria do clima organizacional.

- Através da Assessoria de Procedimentos Administrativos Disciplinares, buscar apoio para ações educativas a fim de dirimir dúvidas pertinentes à legislação do serviço público e principalmente no que se refere a conflito de interesses e acumulo ilícito de cargos visando atender a demanda dos servidores para evitar situações que possam levar a redução ou exoneração do cargo público no INCA.

- **PROCESSOS NA ÁREA DE SAÚDE DO TRABALHADOR E QUALIDADE DE VIDA VISANDO A GESTÃO DOS RISCOS RELACIONADOS ÀS DOENÇAS DO TRABALHO**

Atendendo a Política Nacional de Atenção à Saúde e Segurança do Trabalho do Servidor Público Federal (PASS), que é uma estratégia transversal de gestão de pessoas, sustentada a partir dos eixos: de vigilância e promoção à saúde, assistência à saúde do servidor e perícia em saúde, o INCA

possui na COGEP equipe multidisciplinar formada por Médico, Enfermeiro , Técnico de enfermagem, Psicólogo , Assistente Social , Fisioterapeuta , Engenheiro e Técnico de Segurança que realiza análise dos processos de trabalho que possam trazer adoecimento e propõe ações de prevenção e promoção da saúde do trabalhador

É através de estudo do absenteísmo, importante indicador de saúde do trabalhador, que são norteadas as ações de prevenção e promoção. As perícias médicas realizadas na Divisão de Saúde do Trabalhador (DISAT) são registradas no SIASS. Em função dos afastamentos lançados no SIASS, e das atividades desenvolvidas nesse Instituto, podemos constatar que as principais causas de afastamento são os distúrbios psicológicos, patologias psiquiátricas e as osteomusculares

Através dos exames ocupacionais é possível acompanhar a saúde do servidor, registrar doenças e agravos relacionados ao trabalho e definir indicadores para desenvolver ações de atenção a saúde.

Abaixo elencamos algumas das estratégias de promoção a saúde, utilizadas para reduzir o adoecimento dos servidores visando reduzir e o índice de absenteísmo no trabalho motivado por doença:

- ✓ **Realização de Atendimento Psicológico Individual:** Rodas de Conversa , Escuta e Vínculo, Terapia Comunitária Integrativa (TCI) visando minimizar o stress e os conflitos advindos das atividades relacionadas ao trabalho, principalmente aos servidores que desenvolvem suas atividades nos cuidados ao paciente com câncer onde as cargas psíquicas do trabalho levam a vivenciar grande sofrimento psíquico o que está constatado nos afastamentos por distúrbios psicológicos e patologias psiquiátricas. É ainda disponibilizado para o servidor, em que há indicação medica acupuntura visando a melhoria de diversas sintomatologias relacionadas a doenças crônicas reduzindo assim a ausência ao trabalho. Temos também o Grupo de Readaptação Funcional que visa reduzir aposentadorias por doença.

- ✓ **Grupo de Ergonomia:** em função do alto índice de afastamentos por doenças osteomusculares utiliza constructos da ergonomia com o objetivo de identificar as causas que influenciam no processo de adoecimento dos trabalhadores. A Fisioterapia desenvolve atividades teórico-práticas para a orientação de posturas adequadas no dia-a-dia de trabalho.

- ✓ A avaliação dos riscos ambientais, as inspeções ambientais periódicas, as avaliações das atividades e dos postos de trabalho realizadas pela Engenharia de Segurança do Trabalho proporcionam um ambiente mais saudável.
- ✓ PROGRAMA DE ERGONOMIA POR ÁREA ESPECÍFICA: um projeto de saúde do trabalhador sob a perspectiva da ergonomia no Instituto Nacional de Câncer . Este programa iniciado em 2014 e com projeto piloto finalizado em 2015 no Serviço de Radiologia do HCI busca utilizar constructos da ergonomia para orientar a análise do trabalho realizado no INCA e propor ações para a prevenção de doenças relacionadas ao trabalho e conseqüentemente promoção a saúde do trabalhador. Através de orientação para adequação ergonômica e treinamento postural em grupo–oficinas previne e reduz o adoecimento. Este estudo vai dar subsídios para o Manual de descrição de cargos, a organização dos processos de trabalho, compra de mobiliário e a organização dos espaços físicos do novo campus do INCA construindo uma ambiência favorável a saúde do trabalhador e segurança dos pacientes e demais clientes do Instituto.
- ✓ O Programa de Preparação para Aposentadoria tem realizado encontros com o objetivo de fornecer conhecimentos sobre direitos, benefícios e administração de finanças além de espaço sobre reflexão da vida após a aposentadoria.

Com o atual cenário de falta de pessoal documentada no quadro que segue, se nenhuma ação se der para a recomposição da força de trabalho, não teremos, em curto espaço de tempo, como gerenciar o riscos relacionados à falta de pessoal sem que se proceda a descontinuidade das atividades institucionais, comprometendo gravemente os objetivos estratégicos e a missão institucional de: AÇÕES INTEGRADAS PARA O CONTROLE DO CÂNCER.

Observa-se que o quantitativo da força de trabalho no INCA em dezembro de 2015 é a menor nestes últimos 5 anos conforme quadro abaixo						
Déficit de força de trabalho 2010- 2015 (dezembro)						
Quantitativo	2010	2011	2012	2013	2014	2015
Necessidade identificada no Dimensionamento	3920	3920	3920	3920	3920	3920
Servidores do quadro do MS	1973	2910	3102	3012	2888	3161
Déficit de servidores	1947	1010	818	908	1032	759
Contratualizados FAF	1141	830	781	633	583	65
Postos de trabalho temporário (técnico radioterapia)	471	0	0	0	25	8
déficit de força de trabalho	335	180	37	275	424	686

Os riscos mais eminentes são:

- Em função da excessiva carga de trabalho, principalmente na área de assistência, os profissionais vivenciam grande nível de stress e ansiedade, podendo comprometer fortemente as atividades executadas;
- A mesma sobrecarga de trabalho pode levar ao fortalecimento de conflito interpessoais;
- Aumento do índice de afastamentos, devido a problemas de saúde dos servidores;
- Comprometimento do processo de capacitação e educação permanente dos servidores;
- Perda do capital humano com as aposentadorias dos servidores, sem que haja um processo ágil de reposição de pessoal para o compartilhamento do conhecimento.
- Comprometimento de linhas de pesquisa na produção de conhecimento e tecnologia;
- Comprometimento no Ensino, impactando negativamente os programas de formação de recursos humanos na área de oncologia para o SUS;
- Comprometimento na área de Gestão, na agilidade e segurança dos processos de trabalho, refletindo nas atividades administrativas, de assistência, pesquisa e ensino;

8.1.4 Contratação de pessoal de apoio e estagiários

Quadro 27 - Contratos de Pessoal de Apoio

Unidade Contratante						
Nome: Instituto de Câncer José de Alencar Gomes da Silva						
UG/Gestão: 250052						
Informações sobre os Contratos						
Ano do Contrato	Objeto	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de escolaridade mínimo exigido dos trabalhadores contratados	Sit.*
			Início	Fim		
2014	Limpeza	CNS – Nacional de Serviços Ltda (33.285.255/0001-05)	11/08/2014	10/08/2019	Fundamental	P
2011	Apoio Operacional	CNS – Nacional de Serviços Ltda (33.285.255/0001-05)	01/09/2011	31/08/2016	Fundamental, Médio e Superior	P
2014	Roupaia	FERLIM (42.116.376/0001-06)	29/01/2014	28/01/2019	Fundamental e Médio	P
2014	Transporte de Carga e Pessoas	EXPLORER (02.570.702/0001-36)	15/12/2014	15/03/2015	Médio	E
2014	Transporte de Carga e Pessoas	EXPLORER (02.570.702/0001-36)	18/03/2015	17/09/2015	Médio	E
2015	Transporte de Carga e Pessoas	EXPLORER (02.570.702/0001-36)	14/09/2015	13/09/2020	Médio	A
2013	Reprografia	EXCEL.3000 (04.177.571/0001-57)	01/06/2013	31/05/2018	Fundamental	P
2014	Ambulância básica	SAVIOR (30.299.895/0001-78)	31/12/2014	30/12/2019	Médio	P
2014	Recepcionistas	ABRADECONT (04.213.923/0001-82)	16/09/2014	14/03/2015	Médio	E
2015	Recepcionistas	ABRADECONT (04.213.923/0001-82)	15/03/2015	14/06/2015	Médio	E
2015	Recepcionistas	ABRADECONT (04.213.923/0001-82)	01/07/2015	31/06/2020	Médio	A
2015	Vigilância	CENTAURO (31.245.699/0001-83)	01/01/2015	31/07/2015	Médio e Superior	E
2015	Vigilância	CENTAURO (31.245.699/0001-83)	26/08/2015	25/08/2020	Médio e Superior	A
2011	Apoio administrativo	FUNDAÇÃO ARY FRAUZINO PARA PESQUISA E CONTROLE DO CÂNCER	01/01/2012	31/12/2016	Curso Técnico completo	P
2011	Manutenção de equipamentos	ARAUJO ABREU ENGENHARIA (33.373.325/0001-79)	15/08/2011	14/08/2016	Ensino Médio Completo	P
2013	Manutenção de equipamentos	CMA ELEVADORES LTDA (40.348.641/0001-56)	10/10/2013	09/10/2016	Sem Esigência	P
2014	Engenharia	CONCREMAT ENGENHARIA E TECNOLOGIA S/A (33.146.648/0001-20)	12/02/2014	11/02/2016	Ensino Médio Completo	P
2014	Engenharia	CONCREMAT ENGENHARIA E TECNOLOGIA S/A (33.146.648/0001-20)	03/11/2014	02/11/2016	Ensino Médio Completo	p
2011	Manutenção Predial	ARAUJO ABREU ENGENHARIA S.A (33.373.325/0001-79)	01/11/2011	31/10/2016	Curso Técnico completo	P
2014	Infomática	CENTAURO ENGENHARIA E INF. LTDA (07.391.921/0001-71)	24/11/2014	23/02/2016	Ensino Médio Completo	P
2015	Telefonia	CONNECTCOM TELEINFORMÁTICA COMÉRC. E SERVIÇOS Ltda	01/09/2015	31/08/2020	Ensino Médio Completo	A
2014	Infomática	CPM Braxis S.A (65.599.953/0003-25)	01/09/2014	31/08/2019	Ensino Médio Completo	P
2011	Manutenção de Hardware	Nova Tecnologia Ltda	01/11/2011	31/10/2016	Ensino Médio Completo	P
2015	Infomática	ALERT Serviços de Licenciamento de Sistemas de Infomática para a Saúde, LTDA	12/06/2015	11/06/2020	Ensino Médio Completo	A
2009	Alimentação	MASAN SERVIÇOS ESPECIALIZADOS	05/12/2013	04/12/2018	Ensino Fundamental Incompleto	P
2011	Alimentação	Hiper Serve Nutrisabor Assessoria Alimentos LTDA	21/09/2011	20/09/2016	Ensino Fundamental Incompleto	P

* Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado

Fonte: Serviço de Apoio Administrativo (COAD)

Quadro 28 - Contratos de Estagiários

Nível de escolaridade	Histórico de Contratações								
	Exercício 2013			Exercício 2014			Exercício 2015		
	Nº de estagiários	Despesas – Bolsa/ Auxílio transporte	Despesas – CIEE	Nº de estagiários	Despesas – Bolsa/ Auxílio transporte	Despesas – CIEE	Nº de estagiários	Despesas – Bolsa/ Auxílio Transporte	Despesas – CIEE
1. Nível superior	16	R\$ 20.458,90	R\$ 771,40	28	R\$ 93.544,84	R\$ 5.565,10	25	R\$ 137.442,01	R\$ 5.647,75
1.1 Área Fim	0	R\$ 0,00	R\$ 0,00	0	R\$ 0,00	R\$ 0,00	0	R\$ 0,00	R\$ 0,00
1.2 Área Meio	16	R\$ 20.458,90	R\$ 771,40	28	R\$ 93.544,84	R\$ 5.565,10	25	R\$ 137.442,01	R\$ 5.647,75
2. Nível Médio	0	R\$ 0,00	R\$ 0,00	1	R\$ 412,33	R\$ 27,55	0	R\$ 0,00	R\$ 0,00
2.1 Área Fim	0	R\$ 0,00	R\$ 0,00	0	R\$ 0,00	R\$ 0,00	0	R\$ 0,00	R\$ 0,00
2.2 Área Meio	0	R\$ 0,00	R\$ 0,00	1	R\$ 412,33	R\$ 27,55	0	R\$ 0,00	R\$ 0,00
3. Total (1+2)	16	R\$ 20.458,90	R\$ 771,40	29	R\$ 93.957,17	R\$ 5.592,65	25	R\$ 137.442,01	R\$ 5.647,75

Fonte: COGEP - 2015

Quadro 29 - Evolução de Contratações de Estagiários

Descrição do campo avaliado	Ano	
	2014	2015
Nº de Estagiários	81,25%	-13,79%
Despesas – Bolsa/ Auxílio transporte	359,25%	46,28%
Despesas – CIEE	625,00%	0,99%
* Embora no exercício de 2014 o número de contratações tenha sido maior, houve grande rotatividade nos contratos dos estagiários, o que não ocorreu em 2015.		
*O valor da bolsa auxílio paga ao estagiário varia de acordo com a escolaridade e carga horária do estágio.		

Fonte: COGEP - 2015

8.2 Gestão do patrimônio e da infraestrutura

8.2.1 Gestão da frota de veículos própria e terceirizada

Legislação que regula a constituição e a forma de utilização da frota de veículos

Além da legislação relativa ao Regime Jurídico Administrativo, destaca-se o Decreto 2271, de 07 de julho de 1997, que dispõe, dentre outros temas, sobre a contratação de serviços pela Administração Pública Federal.

Sobre a forma de utilização da frota de veículos, esta ocorre na forma de franquia, aluguel de veículos, com pagamento por diária.

Importância e impacto da frota de veículos sobre as atividades da UPC

O INCA conta hoje com 19 diferentes endereços na cidade do Rio de Janeiro o que torna necessário apoio de transportes que os interliguem. A frota utilizada é essencial na manutenção da logística necessária a execução das atividades essenciais da instituição, facilitando e agilizando o transporte de funcionários, materiais, insumos e equipamentos necessários para seu perfeito funcionamento.

Quadro 30 - Descritivo de veículos em uso ou sob responsabilidade da UPC.

Tipo de Veículo	Descrição	Quantidade	Horário de Atividade
Sedan – 4 portas	04 portas / 04 passageiros / 01 Motorista	15	2ª à 6ª – 08 h. às 17 h.
Executivo tipo Sedan	04 portas / 04 passageiros / 01 Motorista	1	2ª à 6ª – 08 h. às 17 h.
Van Curta tipo Furgão ou similar	01 Motorista e 02 Ajudantes	1	2ª à 6ª – 08 h. às 17 h.
Van Curta tipo Furgão ou similar	01 Motorista e 02 Ajudantes	1	2ª à 6ª – 07 h. às 16 h.
Van Curta tipo Furgão ou similar	01 Motorista	2	2ª à 6ª – 08 h. às 17 h.
Minivan de porte médio tipo Doblô	04 portas / 07 passageiros / 01 Motorista	3	2ª à 6ª – 08 h. às 17 h.
Van	13 Lugares / 01 motorista	1	2ª à 2ª – 07:30 h. às 19:30 h.
Média Anual de Km Rodados: 345.600 km/ano			
Idade Média da Frota: 02 anos			

Fonte: Apoio (COAD)

Idade média da frota por grupo de veículos

Considerando que a idade máxima do veículo admitida em contrato é de 5 anos e que alguns veículos novos foram adquiridos para atendimento aos termos do contrato, estima-se que a idade média da frota seja em torno de 2 anos.

Despesas associadas à manutenção da frota

Em relação ao presente questionamento, observam-se no edital alguns itens que correspondem as despesas associadas à manutenção da frota, itens estes que esclarecem que os custos estão inclusos no valor das diárias.

Plano de substituição de frota

Dentro do tópico “Obrigações da Contratada” e no ponto “Quanto à Execução do Serviço”, o item 14.2.2.2 do Edital estabelece que “a contratada deverá proceder a reparação ou substituição do veículo que não apresentar condições de circulação, quando apresentar alguma desconformidade do Check List apontada na periodicidade diária, no prazo de até 2 (duas) horas, de forma a não prejudicar o andamento do serviço.”

Estrutura de controles de que a UPC dispõe para assegurar uma prestação eficiente e econômica do serviço de transporte

Conforme previsão contratual, foi estabelecido Acordo de Nível de Serviço (ANS), através de um check list para aferição da qualidade do serviço prestado, bem como, em atenção à IN nº 06/2013 da SLTI/MPOG. Foram destacados servidores para exercerem os papéis de fiscal administrativo e fiscal técnico do contrato.

8.2.2 Política de destinação de os veículos inservíveis ou fora de uso e informações gerenciais sobre veículos nessas condições

O INCA não possui gestão sobre veículos inservíveis ou fora de uso.

8.2.3 Gestão do patrimônio imobiliário da União

No exercício de 2015, a Divisão de Engenharia e Infraestrutura do INCA atuou sobretudo na manutenção dos diversos prédios da instituição. A manutenção de tais edificações está diretamente relacionada com a minimização de indisponibilidades por parte da infraestrutura instalada, reduzindo assim os impactos sobre as ações assistenciais, de ensino, pesquisa e formulação de políticas públicas em oncologia desenvolvidas pela instituição. Destaca-se que o INCA conta com 04 unidades hospitalares, 01 centro de

transplante de medula óssea, 01 centro de pesquisa, 01 centro de patologia, além de edificações administrativas e de apoio logístico que demandam atenção constante por parte da Divisão de Engenharia e Infraestrutura, sobretudo quando se considera a complexidade das instalações presentes nesses espaços. No exercício de 2015 foi desenvolvida apenas uma intervenção de reforma a qual consistiu na requalificação do espaço da emergência da maior unidade hospitalar do Instituto situada à Praça da Cruz Vermelha no Centro do Rio de Janeiro. Ressalta-se que com a perspectiva das obras de um novo campus integrado, a instituição reduziu a programação de reformas e intervenções mais incisivas nos edifícios atuais, trabalhando com um cenário de instalações completamente novas numa perspectiva de médio prazo.

Além das ações de manutenção a Divisão de Engenharia do INCA administra outras atividades e projetos específicos cujos contratos e seus respectivos valores executados no ano de 2015 são descritos a seguir: Contratação da Reforma da Emergência do HCI (R\$ 135.596,63), Serviço de Plotagem monocromáticas e coloridas (R\$ 1.353,33), Apoio à Fiscalização de Contratos de Engenharia (R\$ 3.249.959,60), Manutenção de Áreas Limpas e Cabines de Fluxo Laminar (R\$1.115.379,92), Análise Qualidade do Ar dos Ambientes Climatizados (R\$ 44.195,00), Locação de Purificadores de Água (R\$ 113.533,94), Locação de Módulos de Ar medicinal e Vácuo para as unidades hospitalares do INCA (R\$ 130.317,83 para HCI; R\$ 96.734,06 para HCII; R\$ 94.641,00 para HCIII e HCIV), Contratos diversos de Fornecimento de Gases Medicinais para todas as unidades do INCA (R\$ 1.608.709,00), Serviço de Manutenção Predial Integrada, Serviço de Manutenção de equipamentos de Transporte vertical (R\$ 2.709.866,83).

Outro projeto específico, a já citada construção do Novo Campus Integrado envolveu as seguintes contratações e seus respectivos valores executados no ano de 2015: Contratação da Obra do Novo Campus Integrado (R\$ 16.485.394,59), Contrato de Apoio à Fiscalização das obras do Campus Integrado (R\$ 476.746,06) e Contratação Emergencial para contenção da parede diafragma do campus integrado em virtude da paralisação repentina da obra (R\$ 1.005.001,07).

Quadro 31 - Distribuição e Caracterização de Imóveis

Relação de imóveis da unidade Endereço	Nome da Edificação	RIP	REGIME	Numero de Pavimento/Andare	Proprietário Oficial	Número do SPIUnet	Valor do Imóvel
Rua do Rezende, 128	COAD	6001.03722.500-7	12- Em regularização -Outros	3	PRÓPRIO	6001.03722.500-7	18.633.618,97
Praça da Cruz Vermelha, 23	HC I	6001.02203.500-2	13 - Entrega - Adm.federal Direto	12	PROPRIO	6001.02203.500-2	98.643.372,99
Rua Jaceguai, 98	Gráfica	6001.03756.500-2	13 - Entrega - Adm.federal Direto	1	PROPRIO	6001.03756.500-2	2.331.129,84
Marechal Hermes 80	UPE	6001.04227.500-9	13 - Entrega - Adm.federal Direto	4	PROPRIO	6001.04227.500-9	7.006.108,81
Rua Visconde de Santa Isabel 274	HCIII E HCIV	6001.03734.500-2	12 - Em regularização	10	OUTROS - A PESQUISAR	6001.03734.500-2	43.474.473,37
Rua do Rezende, 193,195 e 197	INCADATA	6001.03724.500-8	7 - Comodato	4	COMODATO	6001.03724.500-8	2.540.667,01
Rua Washington Luís 26	Estacionamento	6001.01515.500-6	13 - Entrega - Adm.federal Direto	1	PRÓPRIO	6001.01515.500-6	564.274,20
Rua do Riachuelo, 172	Central de Suprimentos & CPQ	6001.03743.500-1	7 - Comodato	9	COMODATO	6001.03743.500-1	37.971.061,83
Rua Washington Luiz, 24 Lojas A e B	COAD - Manutenção	6001.03754.500-1	7 - Comodato	1	COMODATO	6001.03754.500-1	1.282.299,70
Rua do Equador, 831	HC II	6001.03726.500-9	12 - Em regularização - Outros	8	CEDIDO	6001.03726.500-9	20.894.539,27
Rua Washington Luis, 85/89	Residência Médica	6001.03737.500-9	20 - Locação para Terceiros	12	ALUGADO	6001.03737.500-9	5.090.660,50
Rua Jubaia, 60	Galpão	6001.03741.500-0	20 - Locação para Terceiros	1	ALUGADO	6001.03741.500-0	1.554.110,55
Rua Carlos Sampaio, 246 - Loja A	Deposito HCI	6001.03739.500-0	20 - Locação para Terceiros	1	ALUGADO	6001.03739.500-0	414.552,14
Rua Carlos de Carvalho 47	ALOJAMENTO	6001.04282.500-9	20 - Locação para Terceiros	5	ALUGADO	6001.04282.500-9	3.085.189,71
Rua Carlos Sampaio 246 Loja C	Ambulatório de Odontologia	6001.04434.500-4	20 - Locação para Terceiros	1	ALUGADO	6001.04434.500-4	769.991,62
Rua Prefeito Olímpio de Melo nº 1435	Galpão	6001.04955.500-7	20 - Locação para Terceiros	1	ALUGADO	6001.04954.500-1	13.806.406,61
Rua do Senado nº 232	Alojamento	6001.04953.500-6	20 - Locação para terceiros	2	ALUGADO	6001.04952.500-0	1.263.681,82
Rua Marquês de Pombal 125	CENTRO ADMISTRATIVO	6001.04387.500-0	20 - Locação para Terceiros	15	ALUGADO	6001.04387.500-0	7.968.702,36
Rua Cordeiro da Graça, 156	DIPAT	*	13 - Entrega - Adm.federal Direto	2	*	*	-

* Este Imóvel está cadastrado no Spiunet na UG da Justiça Federal de 1ª Instância a RJ.

A Srª Fátima Saraiva da GRPU estará providenciando vistoria para efetuar a transferência da parte do imóvel utilizada pelo INCA

OBS.:Estamos aguardando o início de construção do novo Campus para o cadastramento do imóvel Proc.:25410.000855/2008. TERMO DE CESSÃO DE USO DOS IMÓVEIS SITUADO NAS RUAS WASHINGTON LUÍS 80 a 122, HENRIQUE VALADARES 107 a 135, PROCESSO ENCAMINHADO AO SERVIÇO DE PATRIMÔNIO EM 08/09/2008.

Os dados dos imóveis, (valor do m², CUB, padrão de acabamento, área do terreno m², área construída, idade do imóvel), esses dados geram a benfeitoria automaticamente através do cálculo no sistema SPIUnet. Seguem abaixo os imóveis que seus dados foram atualizados em 2015.

1. HCI
2. HCII
3. HCIII
4. HCIV
5. Manutenção (Washington Luís nº 24)
6. Central de Suprimentos
7. Incadata
8. COAD (Resende nº 128)
9. CPQ
10. Estacionamento (esse imóvel não tem benfeitoria, pois não há edificação).
11. Centro Administrativo (Marquês de Pombal).

Fonte: SEPAT/COAD-2015

Quadro 32 - Imóveis de Propriedade da União sob responsabilidade da UJ

UG	RIP	REGIME	ESTADO DE CONSERVAÇÃO	VALOR DO IMÓVEL			DESPESA COM MANUTENÇÃO NO EXERCÍCIO			
				VALOR HISTÓRICO	DATA DA AVALIAÇÃO	VALOR DO REAVALIADO	IMÓVEL	DESPESAS COM MANUTENÇÃO	REFORMAS	OBSERVAÇÃO
250052	6001.03734.500-2	12 - Em regularização - Outros	Bom	R\$ 31.924.974,64	04/03/2015	R\$ 43.474.473,37	HCIH	R\$ 3.112.222,62		
	6001.03726.500-9	12 - Em regularização - Outros	Bom	R\$ 18.239.013,03	04/03/2015	R\$ 20.894.539,27	HCIH	R\$ 1.932.157,72		
	6001.02203.500-2	13 - Entrega - Adm.Federal Direta	Muito Bom	R\$ 86.117.633,08	04/03/2015	R\$ 98.643.372,99	HCI	R\$ 6.975.286,95	R\$ 135.596,63	Reforma da Emergência Adulto
	6001.04227.500-9	13 - Entrega - Adm.Federal Direta	Bom	R\$ 7.006.108,81	20/08/2014	R\$ 7.006.108,81	UPE	R\$ 952.442,76		
	6001.03722.500-7	13 - Entrega - Adm.Federal Direta	Bom	R\$ 16.317.524,74	04/03/2015	R\$ 18.633.618,97	COAD	R\$ 174.077,09		
	6001.03756.500-2	13 - Entrega - Adm.Federal Direta	Bom	R\$ 2.100.135,86	07/03/2014	R\$ 2.331.129,84	GRÁFICA	R\$ 0,00		
	6001.02154.500-7	13 - Entrega - Adm.Federal Direta	Bom	R\$ 387.370,20	01/07/2015	R\$ 564.274,20	ESTACIONAMENTO	R\$ 0,00		
	6001.03741.500-0	20 - Locação para Terceiros	Bom	R\$ 1.407.609,45	26/02/2014	R\$ 1.554.110,55	GALPÃO JUBÁIA	R\$ 33.605,98		
	6001.03737.500-9	20 - Locação para Terceiros	Bom	R\$ 6.067.348,79	27/02/2014	R\$ 5.090.660,50	HOTEL /RESIDENTES	R\$ 80.069,28		
	6001.03739.500-0	20 - Locação para Terceiros	Bom	R\$ 376.436,55	27/02/2014	R\$ 414.552,14	DEPÓSITO DO HCI	R\$ 17.059,37		
	6001.04282.500-9	20 - Locação para Terceiros	Bom	R\$ 2.803.355,73	26/02/2014	R\$ 3.085.189,71	ALOJAMENTO	R\$ 33.605,98		
	6001.04387.500-0	20 - Locação para Terceiros	Bom	R\$ 7.001.660,53	09/12/2015	R\$ 7.968.702,36	CENTRO ADMINISTRATIVO	R\$ 311.471,73		
	6001.04952500-0	20 - Locação para Terceiros	Bom	-----	04/09/2014	R\$ 1.263.681,82	ALOJAMENTO	R\$ 16.802,99		Este imóvel foi cadastrado em 04/09/2014
	6001.04954.500-1	20 - Locação para Terceiros	Bom	-----	04/09/2014	R\$ 13.806.406,61	GALPÃO BENFICA	R\$ 0,00		"
	6001.04434.500-4	20 - Locação para Terceiros	Bom	R\$ 676.773,42	09/06/2014	R\$ 769.991,62	AMB. DE ODONTO	R\$ 33.605,98		
	6001.03743.500-1	7 - Comodato	Bom	R\$ 29.596.622,57	04/03/2015	R\$ 37.971.061,83	CENTRAL DE SUPR	R\$ 781.492,01		
	6001.03724.500-8	7 - Comodato	Bom	R\$ 2.222.572,99	05/03/2015	R\$ 2.540.667,01	INCADATA	R\$ 70.439,01		
	6001.03754.500-1	7 - Comodato	Bom	R\$ 1.126.440,89	05/03/2015	R\$ 1.282.299,70	MANUTENÇÃO	R\$ 17.059,37		
		TOTAL		R\$ 213.371.581,28		R\$ 267.294.841,30		R\$ 14.541.398,84	R\$ 135.596,63	

* As despesas com Manutenção Predial foram estimadas a partir do valor global do contrato de Manutenção Predial Integrada, e distribuído entre as edificações considerando a metragem quadrada de cada edifício e nível de demanda por serviços de manutenção. Aos valores de manutenção foram agregados os valores com manutenção de elevadores e monta-cargas.

** Os valores do HCIII incluem as despesas realizadas no HCIV. Os valores do HCII incluem as despesas realizadas no DIPAT. Os valores do Almoarifado Central incluem as despesas com o Centro de Pesquisas - CPQ.

FONTE: SPIUNET

Quadro 33 - Imóveis de Propriedade da União sob responsabilidade da UJ exceto Imóvel Funcional

UG	RIP	Regime	Estado de Conservação	VALOR DO IMÓVEL			DESPESAS NO EXERCÍCIO		
				Valor Histórico	Data da Avaliação	VALOR DO REAVALIADO	IMÓVEL	DESPESAS COM MANUTENÇÃO	DESPESAS COM REFORMA
250052	6001.02203.500-2	13 - Entrega - Adm.Federal Direta	Muito Bom	R\$ 86.117.633,08	04/03/2015	R\$ 98.643.372,99	HCI	R\$ 6.975.286,95	R\$ 135.596,63
	6001.04227.500-9	13 - Entrega - Adm.Federal Direta	Bom	R\$ 7.006.108,81	28/08/2014	R\$ 7.006.108,81	UPE	R\$ 952.442,76	
	6001.03722.500-7	13 - Entrega - Adm.Federal Direta	Bom	R\$ 16.317.524,74	04/03/2015	R\$ 16.633.618,97	COAD	R\$ 174.077,09	
*	6001.03756.500-2	13 - Entrega - Adm.Federal Direta	Bom	R\$ 2.100.135,86	07/03/2014	R\$ 2.331.129,84	GRÁFICA	R\$ -	
	6001.01515.500-6	13 - Entrega - Adm.Federal Direta	Bom	R\$ 387.370,20	01/07/2015	R\$ 564.274,20	ESTACIONAMENTO	R\$ -	
TOTAL				R\$ 111.928.772,69		R\$ 125.178.504,81		R\$ 8.101.806,80	R\$ 135.596,63

* Este imóvel, consta na nossa UG, mas o INCA não utiliza, foi encaminhado Ofício / COAD 013/2013, em 19/06/2013, para SPU, solicitando a formalização do Termo de Cessão, em favor da Secretaria Estadual de Saúde e Defesa Civil - SESDEC.

Fonte: SPUInet

8.2.4 Cessão de espaços físicos e imóveis a órgãos e entidades públicas ou privadas

O INCA não é responsável pela gestão de nenhum espaço físico cedido.

8.2.5 Informações sobre os imóveis locados de terceiros

Imóveis de terceiros em comodatos

1. Serviço Central de Abastecimento e Centro de Pesquisa

Imóvel situado entre a Rua do Riachuelo nº 172 e André Cavalcanti, no. 37, onde estão alocados a Central de Suprimentos e o Centro de Pesquisa Básico do INCA.

O Serviço Central de Abastecimento tem por finalidade ser a central de estoque de material de consumo médico-hospitalar e de farmácia, a fim de atender todas as Unidades do INCA.

O Centro de Pesquisa concentra em um único prédio a grande maioria dos laboratórios de pesquisa do INCA, além de conter: áreas de biotério, equipamentos comuns, salas de ensino e auditórios que atendem aos cursos de pós graduação do instituto.

A utilização do imóvel é feita com base no Contrato de Comodato nº 198/99 entre a Fundação Ari Frauzino para Pesquisa e Controle do Câncer, na qualidade de Comodante, e o Instituto Nacional de Câncer, como Comodatário. O contrato assinado em 1º de fevereiro de 1999, tem prazo de 20 (vinte) anos, com término previsto para 31/01/2019;

2. Manutenção

O imóvel situado na Rua Washington Luís nº 24 lojas A E B, é utilizado pelo Serviço de Manutenção do Instituto Nacional de Câncer, de acordo com o Contrato de Comodato nº 201/99 entre a Fundação Ari Frauzino para Pesquisa e Controle do Câncer, na qualidade de Comodante, e o Instituto Nacional de Câncer como Comodatário. O contrato foi assinado em 1º de março de 1999, com prazo pactuado de 20 anos, término em 28/02/2019.

O imóvel tem por finalidade alocar parte da equipe de colaboradores que fazem manutenção em todas as Unidades do INCA.

Previsão de devolução do imóvel em 2016;

3.INCADATA

O imóvel situado na Rua do Resende nº 193,195 e 197, denominado INCADATA, é utilizado pela Divisão de Tecnologia da Informação do Instituto Nacional de Câncer, através Contrato de Comodato nº 262/01 Fundação Ari Frauzino para Pesquisa e Controle do Câncer, na qualidade de Comodante e o Instituto Nacional de Câncer como Comodatário. O prazo pactuado do contrato é de 20 (vinte) anos, com início em 28 /11/2001 e término em 27/11/2022.

Tem por finalidade alocar parte da equipe de colaboradores que fazem manutenção em DTI em todas as Unidades do INCA.

Previsão de devolução do imóvel em 2016.

Imóveis de terceiros Alugados

1. Imóvel situado na Rua Carlos Carvalho nº 47, denominado Alojamento dos residentes do Instituto Nacional de Câncer, o **valor do aluguel R\$ 21.204,00**; Imóvel situado na Rua Washington Luís nº 85/89, denominado Hotel dos residentes do Instituto Nacional de Câncer, **valor do aluguel R\$ 53.000,00**; Imóvel situado na Rua do Senado nº 232, denominado Alojamento dos residentes do Instituto Nacional, **valor do aluguel R\$ 17.145,24**. Os imóveis citados têm por finalidade acomodar todos os residentes do INCA, conforme Lei nº 12.514 de 28/10/2011, art.4º - § 5º;

2. O imóvel situado na Rua Marquês de Pombal nº 125, denominado Centro Administrativo do Instituto Nacional de Câncer, **valor do aluguel R\$ 119.269,00**. Este imóvel tem por finalidade a atender e comportar várias áreas administrativas;

3. Imóvel situado na Rua Carlos Sampaio nº 246 loja C, denominado Ambulatório de Odontologia do Instituto Nacional de Câncer, **valor do aluguel R\$ 5.304,80**. Este imóvel tem por finalidade atender a população. Faz parte do complexo de atendimento aos pacientes do Hospital do Câncer I (HC I);

4. Imóvel situado na Rua Carlos Sampaio nº 246 loja A, denominado Depósito para guarda de materiais do Instituto Nacional de Câncer (HCI), **valor do aluguel R\$ 1.514,00.**

Este imóvel tem por finalidade ser um depósito para atender a grande demanda de entrada e saída de material da Unidade HCI;

5. Imóvel situado na Rua Jubaia nº 60, denominado Galpão de materiais permanente, do Instituto Nacional de Câncer, **valor do aluguel R\$ 7.776,00.** Este imóvel é destinado a guarda de material inservível até a conclusão de processos de alienação. Atende a demanda de todas as Unidades do INCA;

6. Imóvel situado na Av. Prefeito Olímpio de Melo nº 1435, denominado Galpão, do Instituto Nacional de Câncer, valor do aluguel R\$ 220.000,00. Este contrato tem por finalidade a implantação de uma Central de Abastecimento e Patrimônio do INCA. Entretanto, por recomendação da AGU (CJU/RJ) a Administração Pública está em procedimento de anulação deste contrato. Para o atendimento desta demanda há um processo de terceirização da logística do serviço de abastecimento em trâmite administrativo.

8.3 Gestão da tecnologia da informação

Plano Diretor de Tecnologia da Informação - PDTI

Delineia estratégias para o planejamento e execução da política de Tecnologia da Informação do INCA. O objetivo é desenvolver e manter a infraestrutura e arquitetura de informação necessárias para: apoiar tomadas de decisão e automação dos processos de trabalho nas áreas de administração, prevenção, assistência, ensino e pesquisa.

As seguintes estratégias são propostas:

- Garantir a sustentabilidade e manutenção do ambiente operacional atual;
- Desenvolver cultura organizacional de Análise de Informações e Gestão de Conhecimento em Câncer;
- Ampliar as iniciativas de Ensino com a utilização de novas tecnologias;

- Apoio à ampliação dos projetos de Pesquisa em Câncer;
- Apoio às estratégias de Prevenção e Controle de Câncer do INCA;
- Buscar novas fontes de financiamento através de editais de fomento;
- Alinhar à Estratégia Geral de Tecnologia da Informação (EGTI), definida pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG) para o período de 2011-2015;
- Alinhar à Portaria Nº 4 de 2014 do MPOG/SLTI na aquisição, substituição e descarte de equipamentos.

Também busca contextualizar, cronologicamente, eventos e desenvolvimentos realizados nos últimos anos e os desafios e oportunidades em que a área de Tecnologia da Informação pode contribuir para o aprimoramento do INCA no complexo da Saúde.

Alinhamento ao Planejamento Estratégico do INCA

O Planejamento do INCA é baseado nos planos do Ministério da Saúde e do Governo Federal. Apoiado no sistema eletrônico de planejamento e gestão do INCA - SISPLAN – são desenvolvidos Ciclos de Planejamento que se materializam em Fóruns, Câmaras Técnicas, Conselhos Diretores, entre outras atividades. Tais atividades são construídas em conformidade aos objetivos estratégicos institucionais.

Comitê de Tecnologia da Informação

O Comitê de Tecnologia da Informação do INCA foi instituído através da Portaria no. 600, de 30 de julho de 2013. Esse Comitê é composto por representantes da Alta Direção, de todas as Coordenações (áreas de negócio) e da Divisão de Tecnologia da Informação.

Em 2015, em virtude da suspensão do ciclo de planejamento do Inca, não houve submissão de novos projetos.

Com a entrada de novos servidores na Divisão de Tecnologia da Informação, e na Instituição como um todo, a composição e a forma de atuação deste Comitê estão sendo revistas e uma nova portaria deverá ser publicada em 2016.

Plano de Capacitação

O Plano de Capacitação tem por objetivo capacitar os servidores aprovados no concurso público para os cargos de Analista de C&T – Perfil Tecnologia da Informação, que entraram a partir de setembro de 2015 e os servidores em atuação na Instituição.

✓ Metas

Participação dos novos servidores e servidores em atuação, nos módulos do Programa de Desenvolvimento de Gestores de Tecnologia da Informação, oferecido pelo SISP nas modalidades presencial e a distância (EAD), no período de 2015 e 2016.

Quadro 34 – Plano de Capacitação de profissionais da área de tecnologia de informação

INCA Plano de Educação 2015 / 2016			UNIDADE/COORDENAÇÃO: COAD - DTI									
Eixos Temáticos	Temas	Estratégias educacionais	Modalidade (presencial, semipresencial ou a distância)	Público	Quantidade de servidores	Previsão de realização - 2016				Valor aproximado	Passagens?	Distância?
						1º trimestre	2º trimestre	3º trimestre	4º trimestre			
GESTÃO PÚBLICA	Gestão e fiscalização de contratos administrativos	Nivelamento em Planejamento e Governança em TI	ENAP - INPI	ANALISTA C&T	8	X	X	X	X	gratuito	na	na
GESTÃO PÚBLICA	Elaboração de termos de referência e projetos básicos para contratação de bens e serviços no setor público	Nivelamento em Planejamento e Governança em TI	ENAP - INPI	ANALISTA C&T	8	X	X	X	X	gratuito	na	na
GESTÃO PÚBLICA	Fundamentos da gestão da logística pública e teoria geral da licitação	Nivelamento em Planejamento e Governança em TI	ENAP - INPI	ANALISTA C&T	8	X	X	X	X	gratuito	na	na
GESTÃO PÚBLICA	Análise e melhoria de processos	Nivelamento em Planejamento e Governança em TI	ENAP - INPI	ANALISTA C&T	8	X	X	X	X	gratuito	na	na
GESTÃO DA INFORMAÇÃO	GCTI - Gestão de Contratos de Tecnologia da Informação	Nivelamento em Planejamento e Governança em TI	EAD - ENAP	ANALISTA C&T	8	X	X	X	X	gratuito	na	na
GESTÃO DA INFORMAÇÃO	PCTI - Planejamento da Contratação de Tecnologia da Informação	Nivelamento em Planejamento e Governança em TI	ENAP - BRASILIA	ANALISTA C&T	4	X	X	X	X	gratuito	S	S
GESTÃO DA INFORMAÇÃO	PDTI - Elaboração do Plano Diretor de Tecnologia da Informação	Nivelamento em Planejamento e Governança em TI	ENAP - BRASILIA	ANALISTA C&T	4	X	X	X	X	gratuito	S	S
GESTÃO DA INFORMAÇÃO	Gestão de Contratos de Tecnologia da Informação	Nivelamento em Planejamento e Governança em TI	ENAP - BRASILIA	ANALISTA C&T	4	X	X	X	X	gratuito	S	S
GESTÃO DA INFORMAÇÃO	Planejamento de Tecnologia da Informação	Nivelamento em Planejamento e Governança em TI	ENAP - BRASILIA	ANALISTA C&T	4	X	X	X	X	gratuito	S	S
GESTÃO DA INFORMAÇÃO	Programa de Desenvolvimento de Gestores de Tecnologia da Informação (DGTI)	Nivelamento em Planejamento e Governança em TI	ENAP - BRASILIA	ANALISTA C&T	4	X	X	X	X	gratuito	S	S
GESTÃO DA INFORMAÇÃO	Seleção de Fornecedores de Tecnologia da Informação	Nivelamento em Planejamento e Governança em TI	ENAP - BRASILIA	ANALISTA C&T	4	X	X	X	X	gratuito	S	S
GESTÃO DA INFORMAÇÃO	EMAG - Desenvolvedor	Nivelamento em Planejamento e Governança em TI	ENAP - BRASILIA	ANALISTA C&T	4	X	X	X	X	gratuito	S	S

✓ Resultados

Devido à entrada dos novos servidores ter ocorrido no final de 2015 e a grade oferecida de cursos no período ser pequena, foram realizadas as seguintes capacitações em 2015:

Quadro 35 – Cursos oferecidos a profissionais da área de tecnologia de informação em 2015

Curso	Servidores Capacitados
Elaboração de TR e Projeto Básico para aquisição de Bens e Serviços no Setor Público	2
Gestão de Contratos de TI	1

Projetos de TI

Prontuário Eletrônico

Repositório único, alimentado por todos os módulos do sistema de Gestão Clínica em tempo real, atendendo a todas as Unidades hospitalares e permitindo a Visualização do fluxo de tratamento; Histórico clínico; Procedimentos realizados; Diagnósticos; Tratamentos.

Principais Funcionalidades: Emergência, Ambulatório, Internação, Centro Cirúrgico.

- Valores orçados e despendidos - Implantação da Unidade HC1 no valor de R\$ 488.704,88
- Prazo de conclusão - Agosto/2016
- Alinhamento com PDTI - Prontuário Eletrônico

Rastreabilidade

É o conjunto de procedimentos que permitem traçar o histórico, a aplicação ou localização de medicamentos, através de informações previamente registradas, mediante sistema de identificação exclusivo dos produtos, prestadores de serviço e usuários, a ser aplicado no controle de toda e qualquer unidade de medicamento produzido, dispensado ou vendido no território nacional

Fases do Projeto:

- Fase 1 - Serviço Central de Abastecimento
Desenvolvimento do projeto de implantação de código de barras no sistema do Serviço Central de Abastecimento
- Fase 2 - Implantação Rede Wifi

A Rede WI-FI implementada no INCA para atender ao projeto de rastreabilidade, possui cobertura nas áreas pré-definidas com a instalação de Pontos de Acesso.

- Fase 3 – Dispensação Ambulatorial
Processo que consiste em controlar por meio de código de barras todo o processo de dispensação ambulatorial de medicamentos ao paciente e todas as movimentações internas das Farmácias das Unidades.
- Fase 4 - Dispensação Internados
Encontra-se em etapa de validação com as Áreas de Enfermagem, Assistência Domiciliar e Quimioterapia assim como de revisão orçamentária.

Principais Funcionalidades: Pedidos ao estoque central, receber pedidos, registrar transferência, registrar consumo, registrar baixas, receber doação, emitir etiquetas, fazer receitas e prescrições, aprazar medicamentos, registrar devolução, controlar mala/maleta de medicamentos da Assistência Domiciliar, inventariar estoque.

- Valores orçados e dispendidos - Equipamentos – R\$ 816.632,36 – valor estimado para aquisição; Desenvolvimento do software realizado pela Fábrica de Software
- Prazos de Conclusão:
 - a. Serviço Central de Abastecimento: concluída
 - b. Implantação Rede Wifi: Concluída
 - c. Dispensação Ambulatorial : Fevereiro de 2016
 - d. Dispensação Pacientes Internados: A definir
- Alinhamento com PDTI - Rastreabilidade de medicamentos e materiais hospitalares utilizando código de barras.

Diluição de Quimioterápicos

O sistema tem por objetivo registrar as tarefas executadas no preparo do medicamento quimioterápico que atuam combatendo as células doentes, destruindo e/ou controlando seu desenvolvimento. Os registros das movimentações desses medicamentos serão realizados por paciente, permitindo a emissão eletrônica do termo de esclarecimento e responsabilidade previsto na Portaria SAS/MS nº 420, de 25/08/2010 que tem por objetivo cientificar o paciente sobre o tratamento antineoplásico administrado e os potenciais riscos e efeitos colaterais relacionados e para viabilizar ações de farmacovigilância.

Principais Funcionalidades: Prescrição da Quimioterapia, Análise da prescrição, preparo dos medicamentos, emissão de rótulo de controle, dispensação para aplicação no paciente.

- Valores orçados e dispendidos - Desenvolvimento do software realizado pela Fábrica de Software
- Prazo de Conclusão - Concluído

- Alinhamento com PDTI - Quimioterapia

Atualização do sistema PACS (Sistema de Arquivamento e Comunicação de Imagens)

O Projeto tem como objetivo: atualização tecnológica dos equipamentos; redução de custos com a manutenção de equipamentos; aumento da capacidade de armazenamento de exames; e atualização da versão do produto, permitindo uma maior produtividade do serviço realizado pelas áreas e, conseqüentemente, à melhoria no atendimento aos pacientes.

Principais Funcionalidades: Armazenamento das imagens médicas recebidas das várias modalidades (TC, RX, Mamografia, RM e Endoscopia) existentes no Instituto. Facilidade e agilidade na busca de pacientes, fornecimento de lista de trabalho (worklist) para as modalidades de exames, integração entre sistemas, manipulação de imagens, acessibilidade, reconciliação de dados e segurança.

- Valores orçados e dispendidos - R\$ 915.350,00
- Prazo de Conclusão - Março de 2016
- Alinhamento PDTI - Garantia da sustentabilidade e manutenção do ambiente operacional atual.

Dependência Tecnológica

Como medidas de mitigar eventual dependência tecnológica de empresas terceirizadas, o Instituto realizou um concurso público, no qual foram previstas 15 vagas destinadas a gestão e controle dos processos para Divisão de Tecnologia da Informação.

8.3.1 Principais sistemas de informações

Abaixo um descritivo dos principais Sistemas de Informação de apoio aos processos finalísticos.

Gestão Clínica

- Sistema clínico integrado, destinado a complementar as informações médicas dos pacientes e alimentação do prontuário eletrônico. Habilitado para Certificação Digital pelo CFM.
- Principais Funcionalidades:

- Emergência
- Ambulatório
- Internação
- Centro Cirúrgico
- Prontuário Eletrônico
 - Repositório único, alimentado por todos os sistemas em tempo real, atendendo a todas as Unidades hospitalares.
 - Visualização do fluxo de tratamento
 - Histórico clínico
 - Procedimentos realizados
 - Diagnósticos
 - Tratamentos
- Gestão de Atendimento
 - Sistema de suporte a decisão do fluxo de tratamento dos pacientes.
 - Definição de conduta clínica
 - Controle das filas de atendimento

Administração Hospitalar

- Sistema de informatização que contempla todos os processos necessários para a gestão organizacional do Hospital.
- Principais Funcionalidades:
 - Faturamento SUS
 - Agendamento
 - Internação
 - Dispensação de medicamentos e materiais hospitalares nas unidades
 - Geração de laudos radiológicos, integrado com o Pacs (Picture Archiving and Communication System)
 - Central de regulação

Patologia Clínica

- Sistema de informações laboratoriais com gestão de serviços de apoio ao diagnóstico.
- Principais Funcionalidades:
 - Interfaceamento das amostras com os equipamentos de análises clínicas.
 - Integração com sistemas de gestão clínica e administração hospitalar.

Radioterapia

- Controle do fluxo operacional de radioterapia.
- Principais Funcionalidades:
 - Agendamento

- Consulta
- Simulação
- Tratamento
- Faturamento

Anatomia Patológica

- Sistema de controle do fluxo operacional da Anatomia Patológica.
- Principais Funcionalidades:
 - Cadastro de exames
 - Imunohistoquímica
 - Clivagem
 - Emissão de laudos
 - Faturamento

Produção Quimioterapia

- Registro da administração de quimioterápicos nos pacientes.
- Principais Funcionalidades:
 - Agendamento
 - Controle da dispensação
 - Intercorrências

Prescrição de medicamentos

- Sistema de prescrição médica, que envolve a área médica, Enfermagem, Farmácia e Nutrição.
- Principais Funcionalidades:
 - Prescrição de medicamentos
 - Apazamento de medicamentos
 - Controle da dispensação e administração ao paciente

Prescrição Quimioterápicos

- Sistema de controle de prescrição de quimioterapia.
- Principais Funcionalidades:
 - Cadastro de protocolos
 - Calculo de dosagem

Nutrição

- Sistema de informação unificado para controle e solicitação de alimentação para pacientes e acompanhantes
- Principais Funcionalidades:
 - Prescrição de nutrição
 - Faturamento

Banco de Tumores

- Sistema de coleta e armazenamento de dados epidemiológicos e comportamentais de pacientes que participam dos projetos de pesquisas de câncer.
- Principais Funcionalidades:
 - Controle de consentimento de pacientes para participação em projetos de pesquisa
 - Captura de dados epidemiológicos e comportamentais através de formulários eletrônicos
 - Controle do armazenamento e distribuição de amostras biológicas

Informações Gerenciais - BI

- Consolidação de dados de diversos sistemas transacionais e exibição das informações obtidas através de painéis padronizados.
- Principais Funcionalidades:
 - Consulta a informações gerenciais consolidadas através de painéis publicados na intranet e internet
 - Confecção de relatórios a partir de dados consolidados dos sistemas hospitalares e administrativos
 - Disponibilização de informações gerenciais através de interfaces padronizadas

Assistência Domiciliar

- Prover acesso as informações dos pacientes atendidos pelo serviço de Assistência Domiciliar do INCA e realizar coleta de dados das visitas, prescrições e pedidos de materiais através de smartphones.
- Principais Funcionalidades:
 - Prescrição de medicamentos
 - Aprazamento de medicamentos
 - Controle da dispensação e administração ao paciente.
 - Consulta em smartphones as prescrições médicas.
 - Controle de materiais enviados aos pacientes.

Gestão Administrativa

- Sistema de gestão integrado (ERP) administrativo financeiro
- Principais Funcionalidades:
 - Compras
 - Recebimento de materiais
 - Estoque
 - Distribuição

- Patrimônio

Sistema de Planejamento - SISPLAN

- Ferramenta gerencial para registro, priorização e acompanhamento de projetos institucionais.
- Principais Funcionalidades:
 - Fluxo de aprovação.
 - Evolução de projetos.
 - Integração com sistema de compras.
 - Gestão dos indicadores gerenciais.

9. CONFORMIDADE DA GESTÃO E DEMANDAS DE ÓRGÃOS DE CONTROLE

9.1 Tratamento de determinações e recomendações do TCU

O Instituto Nacional do Câncer objetivando dar celeridade ao processo de gestão de não conformidades, identificadas em processos de auditoria externa, estabeleceu um fluxo interno administrativo que visa priorizar o tratamento das recomendações recebidas pelos órgãos de controle, onde as demandas encaminhadas à unidade são recebidas pelo Serviço de Apoio Administrativo do Gabinete da Direção Geral, que as centraliza e distribui as instâncias internas correspondentes ao pleito.

As recomendações então são analisadas, e têm o encaminhamento interno para a área adequada através do Sistema de Gerenciamento Eletrônico de Documentos - GED, que faz o follow-up das mesmas.

1.2 Tratamento de recomendações do Órgão de Controle Interno

O Instituto Nacional do Câncer conta em sua estrutura administrativa, com o Serviço de Auditoria Interna para o acompanhamento das determinações e recomendações dos órgãos de controle externo, e tem como finalidade reavaliar os elementos componentes dos processos da instituição, serviço ou sistema, objetivando a melhoria dos procedimentos, desta forma auxiliando no reestabelecimento de padrões de excelência. Com o objetivo de agilizar o processo de acompanhamento, encaminhamento de respostas e resolução de não conformidades, a DSI - Diretoria de Sistemas e Informação da Controladoria-Geral da União formalizou autorização para que o Serviço de Auditoria Interna do Instituto Nacional do Câncer acessasse os Sistemas Corporativos da CGU/EXTRANET onde encontramos o SISTEMA DE ACOMPANHAMENTO DE RECOMENDAÇÕES – SISTEMA MONITOR, que consolida a relação completa de recomendações, atendidas e as em processo de análise pelo CGU, bem como as manifestações e o encaminhamento das providencias adotadas da Unidade Gestora 250052 - Instituto Nacional de Câncer.

Esta relação das recomendações, bem como todo o histórico da evolução das atualizações encontra-se disponível através do link: <https://app.cgu.gov.br/> acessando a aba SISTEMA MONITOR e a unidade gestora correspondente, com o respectivo código de usuário e senha. A relação das recomendações que se encontram sob análise do CGU seguem como Anexo II.

9.3 Medidas administrativas para a apuração de responsabilidade por dano ao Erário

No INCA, as medidas administrativas para apuração de responsabilidade de atos supostamente irregulares praticados por servidores são realizadas, em geral, pela Assessoria de Procedimentos Administrativo-Disciplinares (APADS/CGP/INCA), por meio das comissões instauradas pela Corregedoria Geral do Ministério da Saúde.

A menos que envolva suspeita de dolo praticada por servidor público, caso em que a Assessoria de Procedimentos Administrativo-Disciplinares atua disciplinarmente, em geral, os casos de prejuízos ao Erário. Os casos de Termo Circunstanciado Administrativo (TCA) são feitos pela Coordenação de Administração do INCA.

Em 2015, no âmbito da Assessoria de Procedimentos Administrativo-Disciplinares, não houve processos administrativos disciplinares envolvendo supostos prejuízos ao Erário. Convém frisar, porém, que a Corregedoria Geral do Ministério da Saúde tem competência para instaurar Procedimento Administrativo Disciplinar, com uma comissão apuratória de fora dos quadros do INCA e da APADS, o que pode ensejar de talvez a existência de casos envoltos a suspeitas a dano ao Erário não serem necessariamente de conhecimento desta Assessoria Disciplinar.

Outra medida administrativa, de caráter preventivo, para coibir potenciais situações de prejuízo ao Erário concentra-se no Sistema Eletrônico de Prevenção de Conflito de Interesses – SeCI. A medida trata de situações em que agentes públicos valem de seus cargos públicos para lograrem vantagens na esfera privada, e vice-versa.

Além disso, todos os servidores e gestores do INCA dispõem de acesso a APADS para solicitar orientações e informações, a fim de evitar a ocorrência de ilícitos administrativos, perscrutando o Princípio de Eficiência na Administração Pública.

9.4 Demonstração da conformidade do cronograma de pagamentos de obrigações com o disposto no art. 5º da Lei 8666/1993

Os prazos para pagamentos têm início a partir da data de apresentação da Nota fiscal/fatura, sempre observando que:

. para valores iguais ou inferiores a R\$ 8.000,00 os pagamentos são efetuados em até cinco dias úteis;

. para valores superiores: os pagamentos são efetuados em prazo que não ultrapasse trinta dias.

No que diz respeito ao Cronograma de pagamentos, no ano de 2015 efetuamos os pagamentos de acordo com os repasses feitos pelo Tesouro, tentando obedecer aos prazos da lei.

9.5 Informações sobre a revisão dos contratos vigentes firmados com empresas beneficiadas pela desoneração da folha de pagamento

Durante o exercício de 2015 não houve revisão de contratos com empresas beneficiadas pela Desoneração da Folha de Pagamento conforme art. 7º da Lei 12.546/2011 e art. 2º do decreto 7.828/2012, considerando os contratos de prestação de serviços com mão de obra exclusiva, vigentes e encerrados ao final do exercício.

Abaixo a relação dos contratos que foram revisados no exercício de 2014 e que continuaram em vigência no exercício de 2015.

Quadro 36 – Contratos ainda vigentes em 2015

Empresa:	Araujo Abreu Engenharia S/A.
CNPJ:	33.373.325/0001-79
Nº contrato:	117/2011
Nº processo:	2418/2010
Objeto:	Manutenção predial
Vigência:	01/11/2011 a 30/10/2016
Unidade contratante:	INCA (Div. Engenharia)
Redução obtida/mês:	R\$ 81.595,89
Redução obtida/ano:	R\$ 979.150,68
Redução obtida em 2014 (a partir de 01/10) :	R\$ 244.787,67
Empresa:	Araujo Abreu Engenharia S/A.
CNPJ:	33.373.325/0001-79
Nº contrato:	090/2011
Nº processo:	3276/2010
Objeto:	Serviço técnico presencial de suporte local (Eng. Clínica)
Vigência:	15/08/2011 a 14/08/2016
Unidade contratante:	INCA (Div. Engenharia Clínica)
Redução obtida/mês:	R\$ 21.332,69
Redução obtida/ano:	R\$ 255.992,28
Redução obtida em 2014 (a partir de 01/04) :	R\$ 191.994,21

Fonte: COAD - 2015

9.6 Informações sobre as ações de publicidade e propaganda

Quadro 37 - Despesas com Publicidade

Publicidade	Programa/Ação orçamentária	Valores empenhados	Valores pagos*
Institucional	não houve	0,00	0,00
Legal	10 302 2015 8758 0033	510.000,00	470.946,59
Mercadológica	não houve	0,00	0,00
Utilidade pública	não houve	0,00	0,00

* Incluído em valores pagos a importância de R\$ 132.636,90 correspondente a Restos a Pagar Não Processados

Fonte: DOF/COAD

10. ANEXOS

Anexo I: Declaração do Contador Atestando Conformidade das Demonstrações Contábeis, com ressalvas

Declaração do Contador com ressalvas sobre a fidedignidade das demonstrações contábeis

DECLARAÇÃO DO CONTADOR			
Denominação completa (UPC)			Código da UG
INSTITUTO NACIONAL DO CANCER - RJ			250052
<p>Declaro que os demonstrativos contábeis constantes do SIAFI (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e as Demonstrações das Variações Patrimoniais, do Fluxo de Caixa e do Resultado Econômico), regidos pela Lei n.º 4.320/1964, refletem adequadamente a situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada que apresenta Relatório de Gestão, EXCETO no tocante a:</p> <p>a) Falta ou inconsistência no contrato referente aos pagamentos realizados a título de indenização, na forma do Art. 59 da Lei 8.666/93.</p> <p>Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.</p>			
Local	Brasília - DF	Data	01/02/2016
Contador Responsável	João Teófilo da Silva	CRC nº	DF-007448/O-7



João Teófilo da Silva
Coordenador de Contabilidade
CCONT/FNS/MS
CPC 7448-DF

Anexo II – Relatório de Acompanhamento de Recomendações

Recomendações na Situação Monitorando - Quantidade: 22

Documento	Identificação	Recomendação
OS: 201108818 Constatação: 50	7204 (18/02/2015)	Providenciar junto à Fundação Ary Frauzino (FAF) a devolução ao erário dos valores referentes aos casos analisados, compreendendo o cálculo desde o início do contrato n.º 151/2008, em outubro de 2008, até a data atual.
OS: 201108818 Constatação: 50	7205 (18/02/2015)	Confrontar as planilhas de cobrança da FAF com a relação dos servidores do quadro de FAF de pessoal permanente do INCA, identificando os servidores que figuram nas planilhas da FAF e estão sendo remunerados em duplicidade (via SIAPE e via contrato n.º 151/2008), promovendo o ressarcimento pela FAF dos valores apurados.
OS: 201306021 Constatação: 29	10893 (23/12/2014)	Considerando que a situação funcional não pode ser alterada até que se resolva a questão da acumulação, o INCA deverá providenciar a retirada das rubricas próprias de servidores ainda em atividade (Auxílio-alimentação e Adicional de Radiação Ionizante) que continuam a ser pagas ao ex-servidor, bem como promover o ressarcimento ao erário dos valores percebidos indevidamente. A recomendação vem a substituir a recomendação "Promover de imediato o afastamento do servidor de matrícula n.º 0363106, em razão de já ter ultrapassado a idade limite de 70 anos, consoante o art. 187 da Lei n.º 8.112/90. Caso o servidor já esteja afastado, cancelar a percepção de rubricas que já não lhe sejam mais devidas, providenciando o devido ressarcimento ao erário." (ID 85695) A recomendação atual foi encaminhada ao gestor pela Nota Técnica n.º 2648/2014/NAC-2/CGU-Regional/RJ/CGU-PR, de 12/12/2014 (Ofício n.º 33023/2014/NAC-2/CGU-Regional/RJ/CGU-PR).
OS: 201306021 Constatação: 29	10894 (23/12/2014)	Todas as situações cadastrais foram corrigidas. Porém, os valores recebidos a maior permanecem pendentes de ressarcimento, por isso recomendamos: Promover o ressarcimento dos valores recebidos a maior pelas pensionistas de matrículas números 4889801, 5237564, 4907116, 2435870, 4802624,

5237220, 4839340, 5104840, 5159822, 5177014, 5148090 e 5102251. Esta recomendação vem a substituir a recomendação "Promover a regularização cadastral no SIAPE das pensionistas de matrículas números 4889801, 5237564, 4907116, 2435870, 4802624, 5237220, 4839340, 5104840, 5159822, 5177014, 5148090, 5102251, de forma a constar o tipo correto de pensão (sem paridade) e corrigir os valores conforme os índices aplicados aos benefícios do RGPS. Caso seja detectada a percepção de valores a maior, adotar as medidas administrativas necessárias para o ressarcimento do montante indevido." (ID 85697) A recomendação atual foi encaminhada ao gestor pela Nota Técnica n.º 2648/2014/NAC-2/CGU-Regional/RJ/CGU-PR, de 12/12/2014 (Ofício n.º 33023/2014/NAC-2/CGU-Regional/RJ/CGU-PR).

OS: 201108818 Constatação: 48	64279 (23/12/2014)	Informar os resultados alcançados com o processo administrativo disciplinar instaurado, bem como os resultados da busca ao processo para averiguar os motivos de não terem prosperados ou satisfeitas as exigências. Esta recomendação vem a substituir a recomendação "Solicitar a entrega da declaração de bens e rendas de 2010 base 2009 dos servidores que não a apresentaram, e, em caso de recusa, realizar o procedimento disposto no art 5º do Decreto n.º 5.483/2005." (ID 64278) A recomendação atual foi encaminhada ao gestor pela Nota Técnica n.º 2648/2014/NAC-2/CGU-Regional/RJ/CGU-PR, de 12/12/2014 (Ofício n.º 33023/2014/NAC-2/CGU-Regional/RJ/CGU-PR).
OS: 201108818 Constatação: 50	64280 (18/02/2015)	Adotar providências para que os pagamentos relativos ao Contrato n.º 151/2008 somente sejam realizados mediante a efetiva contraprestação do serviço pela contratada, não liquidando despesas referentes a valores de cobranças referentes a servidores do quadro de pessoal permanente, requisitados e nomeados para cargos em comissão, que são remunerados/gratificados via SIAPE.
OS: 201306021 Constatação: 27	85526 (12/02/2015)	Recomenda-se ao INCA que nos casos de contratação direta, em que necessite comprovar a razoabilidade do valor das contratações, realize a comparação da proposta apresentada com os preços praticados pela futura contratada junto a outros entes públicos e/ou privados, ou outros meios igualmente idôneos, visando assim comprovar a vantajosidade do preço

Dinheiro público é da sua conta

www.portaldatransparencia.gov.br

contratado.

OS: 201306021 Constatação: 27	85527 (23/12/2014)	Recomenda-se ao INCA que nos casos de aquisição de materiais, equipamentos ou gêneros que só possam ser fornecidos por produtor, empresa ou representante comercial exclusivo, vedada a preferência de marca, adote como modalidade a inexigibilidade de licitação, conforme previsto no Inciso I do Art. 25 da Lei 8.666/93.
OS: 201306021 Constatação: 28	85528 (10/06/2015)	Recomenda-se ao INCA que adote as medidas necessárias para realizar a 1ª revisão da sua Política de Segurança da Informação - POSIC.
OS: 201306021 Constatação: 29	85696 (10/06/2015)	Promover o desconto em Folha de Pagamento das mencionadas Reposições ao Erário e das Antecipações de Férias concedidas aos servidores de matrícula nº 241377; 241670; 1187762; 1205096; 1375504; 1526865; 1527420; 1529502; 1534022; 1535316; 1546024; 1554982; 1556659; e 1561821.
OS: 201306021 Constatação: 30	85698 (11/02/2015)	Promover a cadastramento no SISAC de todos os atos de admissão e concessórios de aposentadoria e pensão dentro do prazo estabelecido na Instrução Normativa TCU n.º 55/2007.
OS: 244027 Constatação: 3	114766 (18/06/2015)	Faça constar de seus processos administrativos todas as justificativas e documentos que fundamentem a formação da estimativa de preço médio para o objeto a ser contratado, o critério de julgamento das proposta e o não atendimento aos pareceres jurídicos emitidos pela Assessoria Jurídica nos termos do parágrafo único do art. 38 da Lei 8.666/93, abstendo-se de alterar as minutas de editais e contratos após sua aprovação.
OS: 244027 Constatação: 3	114767 (18/06/2015)	Estabelecer controles internos administrativos adequados quanto aos fluxos dos processos relativos a licitações e contratos, a fim de evitar que sejam divulgados editais e firmados contratos em desacordo com aqueles aprovados pela Administração.
OS: 244027 Constatação: 3	114768 (18/06/2015)	Faça constar dos projetos básicos de serviços de engenharia, inclusive de suas eventuais alterações, a identificação do servidor responsável por sua elaboração bem como a da autoridade competente

Dinheiro público é da sua conta

www.portaldatransparencia.gov.br

responsável pela sua aprovação.

OS: 244027	Constatação: 3	114769 (18/06/2015)	Abster-se de revogar procedimento licitatório sem que estejam caracterizadas e devidamente consignadas no processo correspondente as razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, nos termos do art. 49 da Lei 8.666/93.
OS: 244027	Constatação: 4	114771 (16/09/2015)	Nomear tempestivamente os fiscais de contratos celebrados pelo INCA, abstando-se de iniciar a execução de serviços sem a devida fiscalização, promovendo tempestivamente reunião, devidamente registrada em ata, nos casos de serviços de natureza intelectual, nos termos do art. 32 da IN SLTI n.º 02/2008.
OS: 244027	Constatação: 11	114777 (18/06/2015)	Instruir o processo com a justificativa de preço, conforme preconiza a Lei n.º 8.666/1993, utilizando, se necessário, a comparação com os preços da administração pública em contratações similares.
OS: 244027	Constatação: 12	114779 (18/06/2015)	Providenciar para que a contratada, no âmbito do contrato n.º 151/2008, realize a devolução do montante estimado de R\$ 304.429,92 (trezentos e quatro mil quatrocentos e vinte e nove reais e noventa e dois centavos), decorrente de valores cobrados a maior, em relação ao custo total de cargos da Planilha de Serviços, Quantitativos e Preços do Contrato, e de valores de encargos e benefícios dos profissionais com frequência zero, referente ao mês de outubro de 2009.
OS: 244027	Constatação: 12	114782 (18/06/2015)	Registrar em termos aditivos as alterações contratuais, mediante as devidas justificativas, de modo que os cargos, quantitativos e valores formalizados sejam efetivamente aqueles praticados na execução e vice-versa, observando os limites impostos no parágrafo primeiro do artigo 65 da Lei n.º 8.666/1993.
OS: 244027	Constatação: 12	114783 (18/06/2015)	O fiscal do contrato deve anotar, em registro próprio ou no processo 25410.002135/2007, as ocorrências relacionadas com a execução e fiscalização do contrato n.º 151/2008, adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas

contratuais, conforme o disposto nos parágrafos primeiro e segundo do artigo 67 da Lei n.º 8.666/1993.

OFÍCIO 21228 2015 / CGU-RJ-NAC 2	154806 (14/02/2016)	Recomendação 1 da Nota de Auditoria n.º 201503710/001: Adotar providências para o ressarcimento ao erário dos valores pagos indevidamente no valor de R\$ 3.005.234,46.
OFÍCIO 21228 2015 / CGU-RJ-NAC 2	154807 (14/02/2016)	Recomendação 2 da Nota de Auditoria n.º 201503710/001: Aprimorar os procedimentos internos da Divisão de Engenharia e Infraestrutura do INCA, no tocante às análises de pleitos das empresas para aditivos contratuais que impliquem em acréscimos e decréscimos de quantitativos, bem como na inclusão de serviços não previstos inicialmente na planilha orçamentária das obras e serviços contratados, de modo a documentar a análise realizada e evitar alterações indevidas nos contratos celebrados.

Total de Recomendações: 22